Janaina Zito Losada
Miguel Ángel Puig-Samper
Heloisa Maria Bertol Domingues

# Um álbum para o Imperador



## A Comissão Científica do Pacífico e o Brasil

Museu de Astronomia e Ciências Afins
EDUFU

# UM ÁLBUM PARA O IMPERADOR:
# A COMISSÃO CIENTÍFICA DO PACÍFICO E O BRASIL

**Presidenta da República**
Dilma Rousseff

**Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação**
Clélio Campolina Diniz

**Ministro da Educação**
José Henrique Paim

**Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST**

Diretora
Heloisa Maria Bertol Domingues

**Universidade Federal de Uberlândia - UFU**

Reitor
Elmiro Santos Resende

Vice-Reitor
Eduardo Nunes Guimarães

Diretora da Edufu
Joana Luiza Muylaert de Araújo

**Conselho Editorial/EDUFU**

Alessandro Alves Santana
Carlos Eugênio Pereira
Cibele Crispim
Francisco José Torres de Aquino
Guilherme Fromm
Lília Gonçalves Neves
Luiz Carlos de Laurentiz
Luiz Fernando Moreira Izidoro
Sílvio Carlos Rodrigues

EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Mônica – Bloco 1S – Térreo
Cep 38408-100 – Uberlândia – Minas Gerais
Tel: (34) 3239-4293
www.edufu.ufu.br

Copyright © 2013 Edufu – Editora da Universidade Federal de Uberlândia/MG;
Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST.
Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total sem permissão da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

L879a Losada, Janaina Zito.
Um álbum para o imperador: a Comissão Científica do Pacifico e o Brasil. Janaina Zito Losada, Miguel Ángel Puig-Samper, Heloisa Maria Bertol Domingues: Rio de Janeiro: MAST; Uberlândia: EDUFU, 2013.
160p.:il

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7078-347-9

1. História. 2. Ciência – Brasil – História. 3. Expedições científicas - Brasil – Séc. XIX. 4. Brasil – História – Séc. XIX. 5. Brasil – História – II Reinado, 1840- 1889. 6. Brasil – Descrições e viagens. I. Puig-Samper, Miguel Ángel. II. Domingues, Heloisa Maria Bertol. III. Universidade Federal de Uberlândia.

**Equipe de realização**

| | |
|---|---|
| Editora de publicações | Maria Amália Rocha |
| Revisão | Zeila Abdala de Sá |
| Revisão ABNT | Maira Nani |
| Projeto gráfico, editoração e capa | Ivan da Silva Lima e Natália Borba |
| Fotos | Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Dimensão do original: 1 porta-fólio (51 fotos: papel albuminado, PB; : 11,6 x 15,2 cm a 25 x 18,2 cm) 31 x 43,3 cm. |

Janaina Zito Losada

Miguel Ángel Puig-Samper

Heloisa Maria Bertol Domingues

# UM ÁLBUM PARA O IMPERADOR:
# A COMISSÃO CIENTÍFICA DO PACÍFICO E O BRASIL

EDUFU
Editora da Universidade Federal de Uberlândia

CSIC
Consejo Superior de Investigaciones Científicas

Museu de Astronomia e Ciências Afins

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Governo Federal
BRASIL
País rico é país sem pobreza

# Sumário

7 Apresentação

9 Álbum Fotográfico

Vistas históricas: as viagens e o Império

67 A Comissão Científica do Pacífico no Brasil e o presente fotográfico para Pedro II
*Miguel Ángel Puig-Samper*

101 Expedições científicas no Brasil: circulação de conhecimentos "internacionais" e de objetos científicos "locais" (séc. XIX)
*Heloisa Maria Bertol Domingues*

125 As paisagens da história: viagens e passeios pelo II Império do Brasil
*Janaina Zito Losada*

153 Anexo

Nada mais apreciado em nosso mundo contemporâneo que a fixação de imagens. As viagens, as fotografias e os relatos aproximam-se na experiência da pesquisa que este livro representa, aproximam temas e historiadores que dos dois lados do Atlântico investigam as viagens científicas, a construção e a circulação dos saberes e dos artefatos que elas produzem. O tema da viagem científica tem oportunizado contribuições relevantes no campo da história. Aqui, nos trópicos, há muito, publicam-se relatos de viajantes europeus, obras acadêmicas e mesmo literárias.

O objetivo principal desta obra é apresentar o álbum de fotografias de Rafael Castro y Ordoñes presenteado a D. Pedro II pela Comissão Científica do Pacífico, em 1862, cujo original está sob a guarda da Biblioteca Nacional na Coleção Thereza Cristina, na cidade do Rio de Janeiro. Documento fotográfico da experiência de uma época, aqui reproduzido sem retoques, nos oferece as miradas de uma viagem que alguns espanhóis empreenderam no Brasil. Registro de um percurso que envolveu ruas, praças, monumentos, paisagens e indivíduos desde Madrid e Cádiz até Salvador e Rio de Janeiro. Presente entre impérios pretéritos que nos permitem aqui vislumbrar as formas e os objetos de um olhar qualificado, ilustrado, romântico e científico que, em vez de imobilizar imagens do e no passado, incitaram investigações, reflexões e análises e ensejaram a necessidade de contar esta história.

No desejo de perceber um lugar, de conhecer uma ciência e de observar uma experiência, apresentamos os capítulos que acompanham o álbum fotográfico propriamente dito.

O percurso que propomos inicia-se com Miguel Ángel Puig-Samper e a "*A oferenda imperial: a Comissão Científica do Pacífico no Brasil e o presente fotográfico para Pedro II*" onde escreve a história da viagem da Comissão do Pacífico, a composição de seus intelectuais, as expectativas e as dificuldades por eles vividas e relatadas. As experiências desses homens com as terras e a sociedade brasileiras deixaram descrições preciosas e marcaram um importante capítulo na longa jornada por eles experimentada na América.

Em seguida, com Heloisa Maria Bertol Domingues e seu "*Expedições científicas no Brasil: circulação de conhecimentos "internacionais" e de objetos científicos "locais" (séc. XIX)*", observaremos a experiência das viagens científicas oitocentistas, estrangeiras e brasileiras e a produção e circulação dos saberes, dos produtos naturais e dos objetos a elas conexos, marcas dos exercícios dos poderes imperiais na modernidade; por fim, com Janaina Zito Losada e "*As paisagens da história: viagens e passeios pelo II Império do Brasil*", perceberemos algumas das ideias que circulavam na capital do Império Brasileiro e seu ímpeto de construir paisagens e identidades que expressassem os interesses ilustrados de D. Pedro II e um determinado projeto de civilização.

Não espere o leitor homogeneidade na construção desta obra. Como trabalho coletivo de experiências acadêmicas distintas e mesmo, distantes, cada capítulo quer compor parte do cenário no qual esta história fotográfica se desenvolveu.

Agradecemos as instituições que, de diferentes formas, possibilitaram a realização deste projeto, na Espanha: o *Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, CSIC; no Brasil: o *Museu de Astronomia e Ciências Afins*, MAST/MCTI; a *Fundação Biblioteca Nacional* e a *Editora da Universidade Federal de Uberlândia*, EDUFU.

Os autores

# Álbum fotográfico



Foto 1. Capa do álbum




Foto 2. Dedicatória

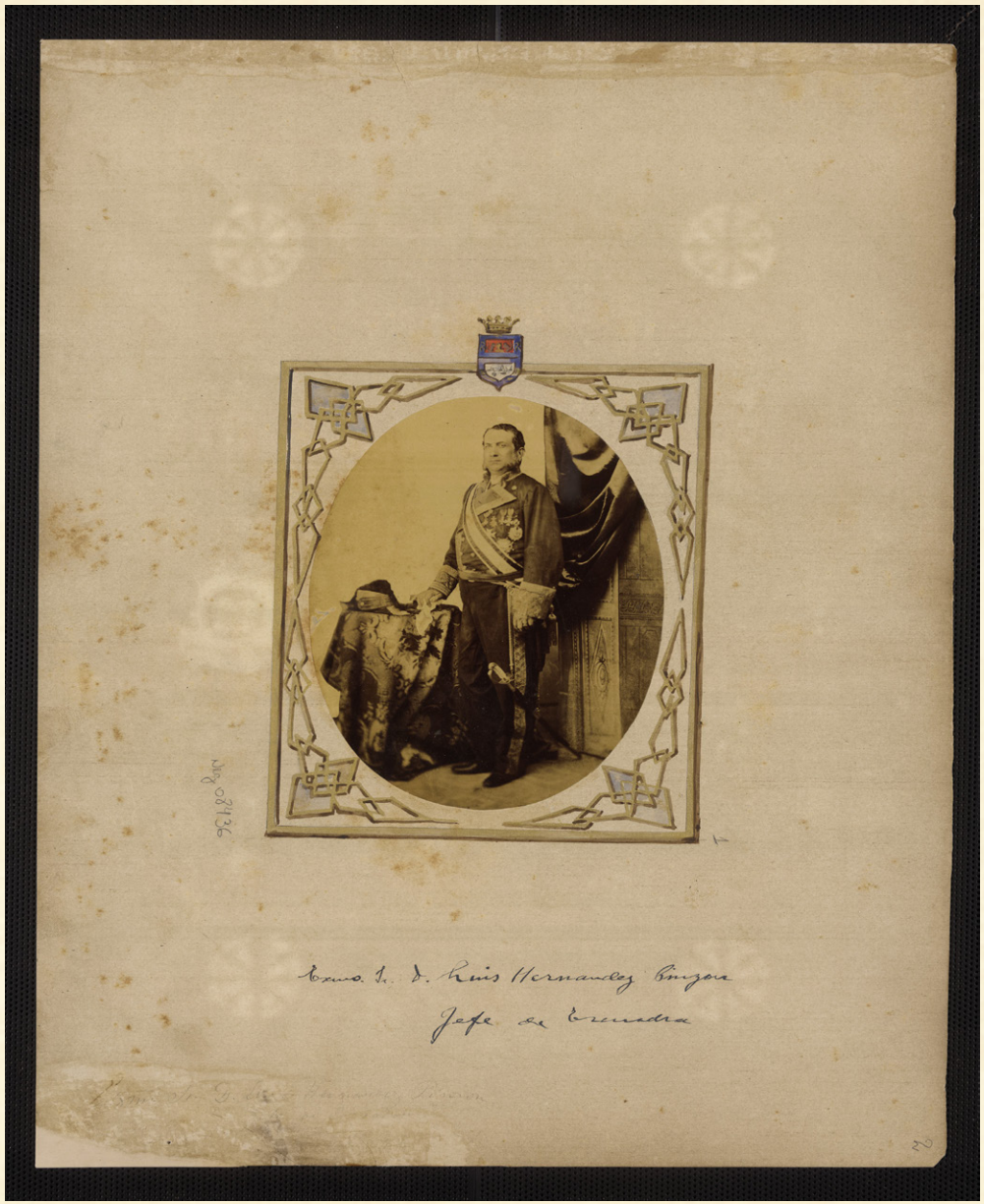



Foto 3. Excelentíssimo Senhor  Dom Luiz Hernandez Pinzon, chefe de esquadra.

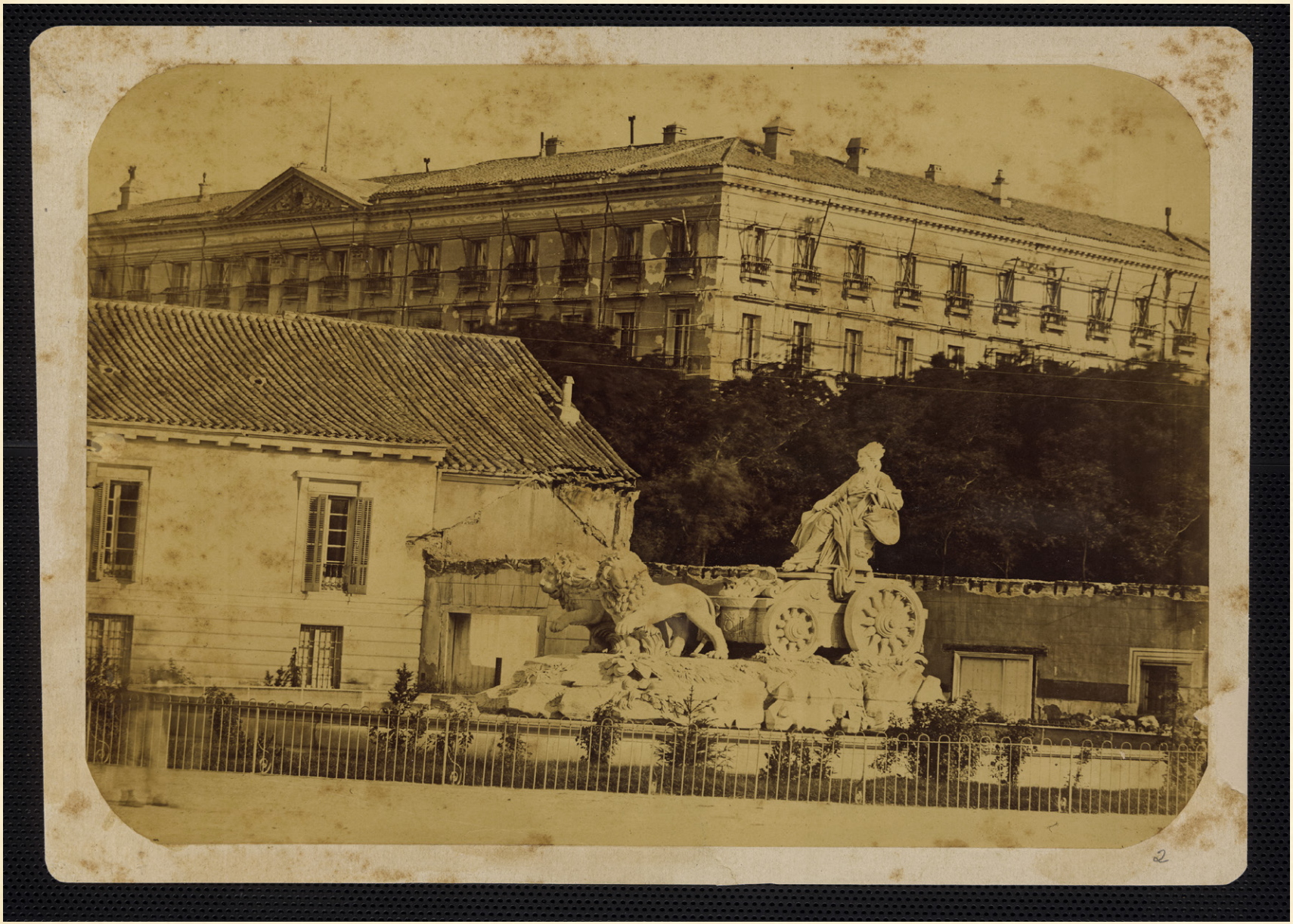


Foto 4. Fonte de Cibeles em Madrid.



Foto 5. Rua de Acalá em Madrid.



Foto 6. Fonte de Netuno em Madrid.



Foto 7. Alameda de Cádiz.



Foto 8. Praça de São João de Deus em Cádiz.



Foto 9. Alameda de Cádiz.



Foto 10. Aduana de Cádiz.



Foto 11. Bahia: vista.




Foto 12. Uma ladeira da Bahia.



Foto 13. Rua na Bahia: Convento da Lapa.




Foto 14. Naturais da Bahia: menina Tapajó.




Foto 15. Naturais da Bahia.




Foto 16. Uma quitandeira da Bahia.




Foto 17. Quitandeira da Bahia.



Foto 18. Passeio da Bahia.




Foto 19. A bateria do forte da Bahia.




Foto 20. O forte da Bahia.




Foto 21. Vista do Rio de Janeiro, tirada de Sta. Tereza.




Foto 22. Campo de Sant´Anna.




Foto 23. Rio de Janeiro: vista.




Foto 24. Vista geral do Rio.




Foto 25. Subida do Corcovado.




Foto 26. Sta. Thereza.




Foto 27. O Pão de Açúcar.




Foto 28. Praça de D. Pedro I.



Foto 29. Estátua de D. Pedro I.




Foto 30. Passeio Público: vista 1.




Foto 31. A Biblioteca.




Foto 32. O aqueduto de Sta. Thereza.




Foto 33. Passeio Público: vista 2.



Foto 34. Jardim Botânico: Alameda das Palmeiras Imperiais.



Foto 35. Jardim Botânico: entrada principal.




Foto 36. O aqueduto de Sta. Thereza.



Foto 37. Jardim Botânico: vista 1.




Foto 38. Sta. Thereza: vista.




Foto 39. Aqueduto de Sta. Thereza.




Foto 40. Jardim Botânico: vista 2.




Foto 41. Sta. Thereza: vista.




Foto 42. Catete.



Foto 43. Botafogo.




Foto 44. Sta. Thereza




Foto 45. Campo de Sant´Anna: vista.




Foto 46. Jardim Botânico: vista 3.




Foto 47. Rio de Janeiro: vista geral.




Foto 48. Jardim Botânico: Corcovado.




Foto 49. Campo de Sant´Anna: lado do museu.




Foto 50. Sta. Thereza: vista do bairro do Catete.




Foto 51. Rua do Ouvidor.




Foto 52. Bairro da Glória.

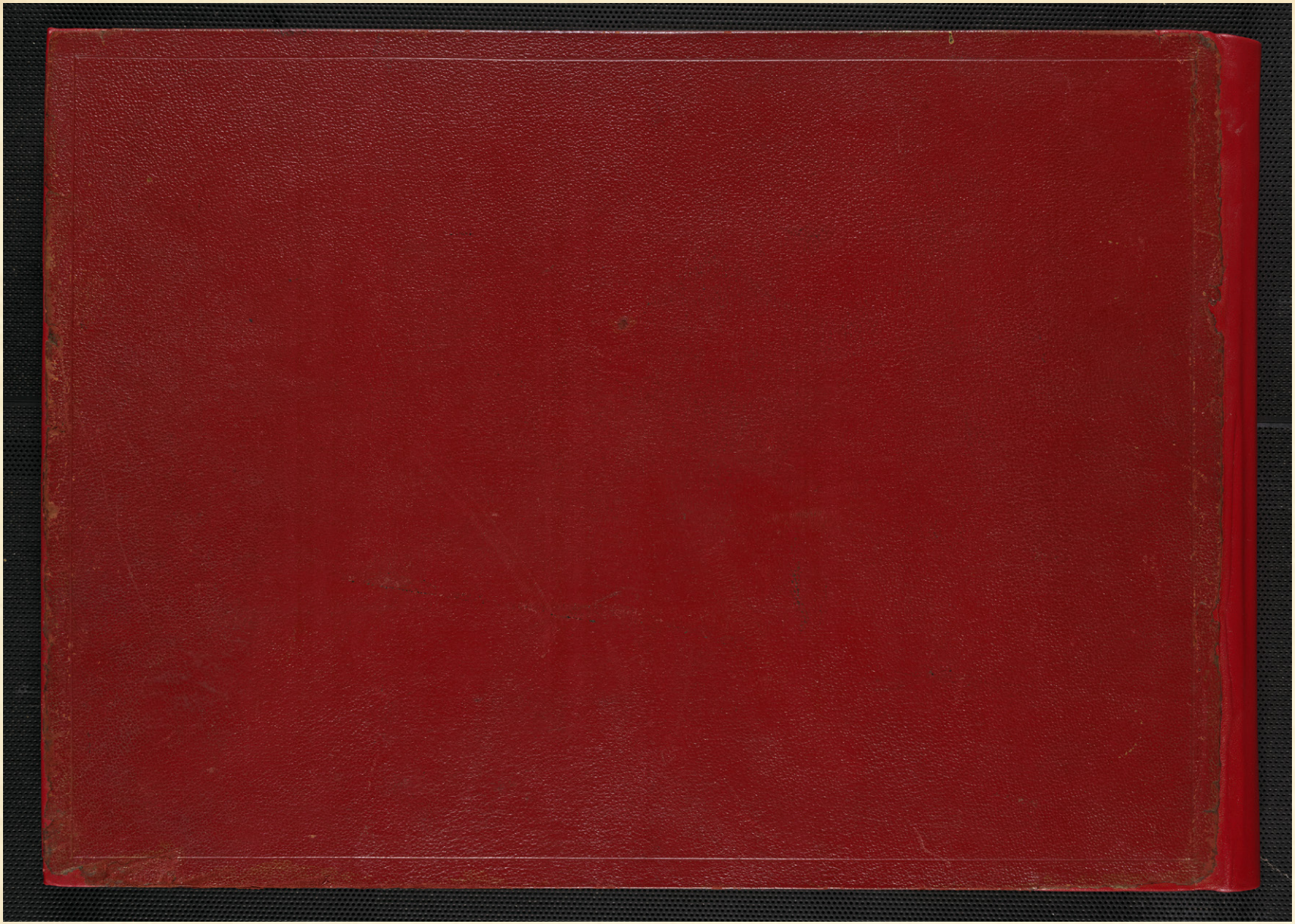


Foto 53. Contracapa do álbum

# Vistas históricas: as viagens e o Império

# A Comissão Científica do Pacífico no Brasil e o presente fotográfico para Pedro II[1]

*Miguel Ángel Puig-Samper*
*Conselho Superior de Investigações Científicas*

Um dos elementos do discurso real de aprovação da que se denominou Comissão Científica do Pacífico (1862-1866) foi a lembrança e a tentativa retórica de recuperação da tradição científica ilustrada. A rainha Isabel II da Espanha imitou seus antepassados, especialmente os dois Carlos da Ilustração, no envio de uma comissão de naturalistas a seus antigos territórios coloniais no mundo americano. Não parece casual que no próprio título dessa nova comissão científica apareça o Pacífico como a área preferencial já que, nessa época, essa área era uma zona de grande interesse estratégico para a coroa espanhola, que controlava apenas os restos de seu antigo império com domínio real sobre o que se chamava arquipélago colonial, ou seja, Cuba, Porto Rico, Filipinas e algumas outras ilhas de menor importância.

Do ponto de vista científico, no que se refere ao interesse pela História Natural americana, houve algumas expedições antecedentes para a região do Pacífico, não muito distantes no tempo, mas com objetivos diferentes dos que se consideraram para essa nova comissão. Além disso, foi Humboldt um dos pontos de referência imprescindíveis na viagem dos naturalistas da Comissão Científica do Pacífico, pelo menos no que se refere à própria expedição, já que no retorno se encontraram com a figura e a obra de Charles Darwin, o autor da grande mudança paradigmática da História Natural, que a converteu realmente em Biologia. Como descobrimos recentemente ao investigar as relações de Alejandro de Humboldt com a Espanha, a própria rainha Isabel II havia distinguido o sábio alemão com a grande cruz de Carlos III em 1845 por seus méritos como cientista, por isso sua figura serviu de ícone da nova aventura ultramarina. Assim como em todos os casos anteriores, a nova expedição isabelina teve entre seus objetivos o enriquecimento das duas instituições científicas mais emblemáticas da Espanha: o *Real Jardín Botánico de Madrid* e o *Museo de*

[1] Projeto de investigação HAR2010-21333-C03-02 do Ministério de Economia e Competitividade da Espanha. Tradução de Ivna Feitosa.

*Ciencias Naturales*, antigo *Real Gabinete de Historia Natural*. Era a última tentativa da coroa espanhola de incluir em suas vitrines a exótica natureza americana, que havia deslumbrado a tantos sábios e escapado de seu domínio, ainda que, talvez, fosse importante diferenciar a visão romântica de seus protagonistas científicos da que mantinha os marinheiros que os levaram para a América, mais apegados a instruções de caráter político-militar muito conectadas aos interesses comerciais e estratégicos da Espanha isabelina.

**A organização da Comissão Científica**

Para entender o espírito que guiava o envio de uma esquadra de guerra às águas do Pacífico com uma comissão de professores de ciências naturais a bordo, há que se lembrar do momento de euforia da burguesia espanhola nos anos centrais do século XIX. A *Unión Liberal*, grupo político que melhor representava os interesses dessa burguesia, tinha chegado a uma conjuntura interna que, sem dúvida, favorecia o otimismo histórico de ocupar de novo um papel relevante no conjunto das nações europeias, já que o comércio exterior havia melhorado, o sistema bancário se consolidava, a agricultura de exportação se desenvolvia, como também a indústria têxtil, a ferrovia, o exército e a marinha.

Além disso, a política exterior espanhola – muito ligada à francesa – era especialmente intervencionista, como se demonstrou em Marrocos, México e Santo Domingo, o que, unida à sua ideologia pan-hispanista – obcecada em estreitar os laços políticos, econômicos e culturais da Espanha com suas antigas colônias, sempre como potência reitora –, era realmente perigoso para uma empresa como a que se preparava para o envio da esquadra às águas do Pacífico americano. Esse pan-hispanismo se viu, ademais, favorecido pela política expansionista norte-americana que visava à comunicação entre o leste e o oeste da União por meio da América Central, com o desmembramento do Panamá da Colômbia, a anexação de Cuba e a ocupação das Ilhas Galápagos; uma política, portanto, que impulsionava por reação o aparecimento de movimentos de integração hispano-americanos e do pan-hispanismo mais integrista.[2] O tom da nova aventura ultramarina espanhola, nos dias em que estava sendo preparada, aparece refletido nas páginas de uma das revistas românticas mais emblemáticas da época, *El Museo Universal*:

> Enquanto a Espanha recobrava seu posto na Europa e cobrava a importância militar e política que merece toda nação grande, rica e civilizada, se fazia conveniente que seu pavilhão passeasse por outros países, que os territórios que pertenciam a sua coroa em outros tempos lembrassem a dignidade e

[2] DURÁN DE LA RÚA, N. *La Unión Liberal y la modernización de la España Isabelina*. Una convivencia frustrada. Madrid, 1979; INAREJOS MUÑOZ, J. *A. Intervencionismos coloniales y nacionalismo español*. La política exterior de la Unión Liberal y sus vínculos con la Francia de Napoleón III (1856-1868). Madrid: Sílex, 2007. p. 99-134; VAN AKEN, J. *Pan-Hispanism*. Its Origin and Development to 1866. Berkeley: University of California Press, 1959.

importância da pátria mãe, fazendo, assim, seus filhos mais dignos de estimação e de respeito em todas as partes. Por isso, o governo espanhol dispôs que uma pequena, mas bela, esquadra de buques de guerra fosse percorrer os países banhados pelo Pacífico, o que recordará em todas as partes nosso pavilhão e a civilização da antiga Ibéria. Colocada às ordens do general Luis Pinzón, descendente de um daqueles valentes marinheiros e capitães que haviam acompanhado Cristóvão Colombo no descobrimento de um Novo Mundo, nem podia ser mais acertada a eleição, nem devia se esperar outros resultados da perícia e dos conhecimentos práticos de tão ilustre chefe, que os prósperos que hoje se estão logrando. Uma comissão científica que, ao mesmo tempo em que estudasse nos territórios banhados pelo mar Pacífico, os três reinos da Natureza, desse testemunho de que na Espanha se cultivam as ciências e as artes com consideração suma, devia completar os planos políticos e científicos do governo, devendo-se sua iniciativa e arranjo ao senhor ministro de Fomento, Marquês da Vega de Armijo e ao diretor geral de Instrução Pública, Dom Pedro Sabau, que teve, nesse feito útil para as ciências, decidido empenho. Escolhidos os homens científicos que deviam formá-la, marcharam todos com entusiasmo a uma viagem útil para o avanço dos estudos, digna para os que iam realizá-la e de gloriosa importância para a nação espanhola.[3]

[3] CASTRO ORDÓÑEZ, R. La expedición científica del Pacífico. *El Museo Universal,* Madrid, año 6, p. 51-52, 1863.

Ainda que possa parecer que todo o projeto da expedição ao Pacífico foi apressado e fruto da improvisação da política exterior da *Unión Liberal*, o certo é que há antecedentes sobre a possibilidade da esquadra espanhola passear pelo Pacífico americano, pelo menos desde os anos cinquenta. Por exemplo, Carlos Sanquirico y Ayesa, secretário da Legação de Quito, havia elaborado planos em 1856 que anunciavam o futuro projeto. Em um despacho reservado, expôs a necessidade de estabelecer uma base naval no Pacífico americano, de forma similar à existente em Montevidéu, com o objetivo de defender os interesses nacionais nos países da região, além de divulgar o novo poder da Espanha às suas antigas colônias e ligar a área com as possessões filipinas. Previa também o desfile contínuo da esquadra espanhola entre México e Valparaíso para assegurar a presença do pavilhão espanhol na defesa dos interesses hispânicos, utilizando a diplomacia das canhoneiras que, em diferentes ocasiões, foi praticada por outras potências como Inglaterra, Estados Unidos e França.

Já em 1860, o próprio ministro de Estado – Saturnino Calderón Collantes – difundia os informes de alguns diplomáticos espanhóis e das demandas dos súditos espanhóis residentes em alguns países americanos, exigindo a presença de buques espanhóis para a defesa de seus interesses, como também fazia frequentemente a revista *A América*. O próprio ministro reforçou o espírito nacionalista nas instruções que finalmente deu ao general Pinzón em 1862. Reconhecia-se a independência das jovens repúblicas americanas, com as quais se deveriam

estreitar os laços de amizade, mas já advertia sobre a possível hostilidade de algumas delas, especialmente a do Peru, por isso também foi recomendado que a esquadra devesse intervir caso fosse necessário, ou seja, se os interesses espanhóis estivessem em perigo. A prevenção contra o Peru era tal que as mesmas instruções indicavam que se ostentassem mais as forças espanholas nos portos peruanos para fazer com que os peruanos compreendessem que, apesar da política moderada da Espanha, essa atuaria com firmeza se a situação assim requeresse.[4]

Nesse sentido, é muito interessante a interpretação de Francesc A. Martínez Gallego sobre o envio da esquadra de guerra com o transfundo dos interesses "guaneiros"[5] espanhóis frente ao monopólio da companhia londrinense *Anthone Gibbs and Sons* – representada na Espanha por *Murrieta & Cia.* – já que nos lembra de que, além da retórica política, alguns jornais como *La España* tinham chegado a reclamar a tomada pela força das ilhas "guaneiras" de Chincha e Lobos, os maiores depósitos "guaneiros" do Peru, e de como a própria revista do Ministério de Fomento publicou em 1864 diversos artigos sobre o guano chileno e peruano, suas jazidas, qualidades, rendimentos etc., em vez de se preocupar com os possíveis resultados científicos da Comissão.[6] As instruções dadas ao general Pinzón, chefe da expedição no comando das fragatas *Resolución* e *Triunfo* e das goletas *Virgen de Covadonga* e *Vencedora*, assinalavam um itinerário aproximado que percorria as Ilhas Canárias, Cabo Verde, Brasil, Rio da Prata, a costa patagônica, Ilhas Malvinas, Cabo de Hornos, Chiloé, Califórnia e as costas chilenas e peruanas.

Sobre a possibilidade de acrescentar uma Comissão Científica à esquadra, parece que a primeira notícia está ligada a um ofício do diretor geral de Instrução Pública, Pedro Sabau, em 26 de maio de 1862, dirigido a vários professores que ocupavam postos-chave em instituições científicas para estudar a conveniência de agregar um grupo de cientistas à esquadra. Dentre os convocados, encontravam-se Mariano de La Paz Graells, diretor do *Museo Nacional de Ciencias Naturales*, seu discípulo e futuro diretor do *Real Jardín Botánico*, Miguel Colmeiro, além de figuras como Vicente Vázquez Queipo, Venancio González Valledor e Vicente Santiago Masarnau. No dia seguinte, Sabau explicou ao ministro a conveniência da incorporação dos cientistas à esquadra que se enviava ao Pacífico, especialmente pelo que podia supor para o avanço das ciências e para a glória nacional:

> Estando destinada ao Pacífico uma esquadra comandada pelo General Pinzón, é muito conveniente que nela vá uma missão científica, como praticam as nações cultas em casos semelhantes e, como a Espanha a que mais executou, com tanta glória, na segunda metade do século passado e princípios do atual, em cuja época nossos sábios adiantaram alguns passos às ciências e enriqueceram os museus nacionais,

[4] LÓPEZ-OCÓN, L.; PUIG-SAMPER, M. A. Los condicionantes políticos de la Comisión Científica del Pacífico. *Revista de Indias*, Madrid, v. 67, p. 667-682, 1987; MILLER, R. R. *Por la gloria y la ciencia nacional*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1983; PUIG-SAMPER, M. A. La organización de la Expedición al Pacífico en 1862. Un proyecto político-científico para articular el sistema colonial español. *Quipu*, Mexico, v. 3, p. 335-448, 1986.

[5] N. Trad.: Relativo a guano: matéria resultante do acúmulo de excrementos e de cadáveres de aves marinhas, utilizada como fertilizante, segundo Houaiss, versão eletrônica 2009.4

[6] MARTÍNEZ GALLEGO, F. A. *Conservar progresando*: la Unión Liberal (1856-1868). Valencia: Fundación Instituto de Historial Social, 2001.

até o ponto em que foram citados entre os primeiros; estado, por certo, bem diferente de seu atual abatimento e pobreza, circunstâncias que fazem necessária a missão projetada para que se comece a tirar já as ciências espanholas do esquecimento em que caíram, máxime quando, de todas as maneiras, há de se realizar maior gasto que consiste no fretamento dos buques.[7]

A comissão consultiva reconheceu a importância do envio da Comissão Científica do Pacífico com o objetivo de recolher todo tipo de minerais, plantas e animais, incluindo a possibilidade de aclimatar alguns desses últimos na Espanha, questão de especial interesse para Mariano de La Paz Graells, que nesses anos tentava criar um zoológico nas instalações do *Real Jardín Botánico de Madrid*.[8] Também se considerou a importância da coleta de dados astronômicos, hidrográficos e geográficos, ainda que essas matérias ficassem reservadas à marinha, como já se havia feito em épocas passadas, e que fossem recomendadas as instruções dadas pela Academia de Paris e a utilização das folhas de observação da fragata *Venus*.

No que se refere às instruções para o estudo das ciências naturais, a principal incumbência da Comissão Científica, essas foram elaboradas por Graells e Colmeiro e foram divididas em três partes básicas: botânica, zoologia e mineralogia-geologia. Para a botânica, foram especificadas oito seções similares às das antigas expedições, mas que contavam com mais rigor metodológico e davam especial importância à coleta de dados úteis para a geografia botânica. As preocupações de Graells pela fauna marinha aparecem refletidas nas instruções zoológicas, difundindo as correntes europeias representadas por Milne-Edwards, Quatrefages, Huxley, Forbes, Müller etc., com especial ênfase para a coleta de dados biogeográficos e ecológicos. No caso da antropologia, a Comissão seguiria as instruções elaboradas por Paul Broca, o criador da *Société d'Anthropologie* de Paris, ainda que marcasse de maneira específica a necessidade de coleta de crânios de diferentes raças indígenas americanas, armas, trajes, utensílios de cultivo, de pesca e de caça, ídolos e outros objetos de interesse etnográfico, que se complementariam com as fotografias de indígenas.[9]

Sobre a composição final da Comissão Científica do Pacífico, vale destacar que a nomeação de presidente recaiu sobre um marinheiro aficionado à malacologia, Patricio Mª Paz y Membiela (1808-1874), que tinha que conjugar as atividades da esquadra com as da Comissão Científica. Paz, segundo o regulamento da Comissão, ficou ainda com a direção administrativa, a organização das expedições de curta duração e a nomeação dos que deviam participar delas, a revisão das contas, catálogos e livros, assim como o direito de punir os indivíduos da Comissão que não cumprissem adequadamente sua incumbência. A importância concedida à zoologia estava plasmada no próprio presidente Paz, que estava encarregado dos

[7] BARREIRO, A. J. *Historia de la Comisión Científica del Pacífico*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales, 1926. p. 41-42.

[8] ARAGÓN, Santiago. El zoológico del Museo de Ciencias Naturales. Madrid: CSIC, 2005.

[9] PUIG-SAMPER, M. A. Crónica de una expedición romántica al Nuevo Mundo. Madrid: CSIC, 1988. p. 421-448.

estudos malacológicos e, segundo Jiménez de La Espada, era um coletor de primeira ordem, experto, incansável e paciente, mesmo que suas virtudes, quiçá, como chefe da comissão não fossem as mais adequadas, como ficou demonstrado pelas contínuas disputas com os componentes e com os chefes da esquadra, os quais, por outra parte, já não estavam adornados com as virtudes ilustradas de seus antecessores do século XVIII.

Fernando Amor y Mayor (1822-1863), catedrático do *Instituto de Valladolid* e formado na escola do *Museo de Ciencias de Madrid*, se encarregou, como "naturalista" da expedição, de tudo o que concernia à geologia, mineralogia, paleontologia e entomologia, até seu falecimento em São Francisco, Califórnia, em 1863. Amor já tinha experiência como explorador por sua participação numa viagem científica a Marrocos em 1859, onde coletou abundante material zoológico e botânico, além de reunir notícias de interesse etnográfico.

Marcos Jiménez de La Espada (1831-1898),[10] ajudante do *Museo de Ciencias Naturales*, foi – como segundo "ajudante naturalista" – o responsável pelas investigações sobre aves, mamíferos e répteis terrestres. Espada se destacou no transcurso da expedição por seus trabalhos nos vulcões andinos e suas observações geográficas, antropológicas e históricas. Dos membros da Comissão Científica do Pacífico, foi o que desempenhou o papel mais importante durante e depois da expedição, fazendo destacadas contribuições para a Zoologia, sem descuidar-se de úteis observações antropológicas e históricas, que o inclinaram posteriormente ao estudo da História da América.

Francisco de Paula Martínez y Sáez (1835-1908), ajudante da Faculdade de Ciências da *Universidad Central*, onde tinha dado aulas de mineralogia e botânica, foi nomeado secretário da Comissão e ficou encarregado dos estudos sobre mamíferos e répteis aquáticos, peixes, crustáceos, anelídeos, moluscos e zoófitos. Além disso, como secretário, devia encarregar-se da correspondência oficial, da contabilidade, de relatar o diário da expedição e de levar o livro de atas da junta facultativa. Martínez vinha também da escola naturalista do *Museo de Ciencias Naturales* de Madrid e era, portanto, outra das apostas de Graells. De sua viagem ao Pacífico, Martínez nos deixou um detalhado *Diario*, no qual relata os lugares visitados, as coletas feitas em cada ponto, os personagens com que se relacionaram, as condições de vida tanto nos buques como em terra e uma grande quantidade de impressões pessoais que fazem desse diário um documento muito valioso para o estudo da expedição.[11]

Na equipe de zoologia, estava o taxidermista Bartolomé Puig y Galup (1826-?), médico natural de Sitges e ajudante dissecador do *Gabinete de Historia Natural* da *Universidad de Barcelona*, onde trabalhou com o catedrático Antonio Sánchez Comendador até sua nomeação para a Comissão Científica do Pacífico em 11 de junho de 1862.

[10] LÓPEZ-OCÓN, L.; PÉREZ-MONTES, C. (Ed.). Marcos Jiménez de la Espada (1831-1898). Tras la senda de un explorador. Madrid: CSIC, 2000.

[11] CALATAYUD ARINERO, Mª. A. (Ed.). *Diario de Don Francisco de Paula Martínez y Sáez, miembro de la Comisión Científica del Pacífico (1862-1865)*. Madrid: CSIC, 1994.

Completando esse grupo de zoólogos, estava um encarregado de estudos antropológicos, Manuel Almagro y Vega (1834-1895), médico natural de Matanzas (Cuba) que é considerado o primeiro que chegou a ser interno dos hospitais de Paris. Pertenceu ao corpo da *Sanidad Militar* e um dos motivos de sua eleição foi, sem dúvida, seu conhecimento sobre a nova antropologia física criada em Paris nesses anos por Paul Broca na *Société d'Anthropologie* de Paris. Dita sociedade, o nomeou sócio correspondente estrangeiro precisamente por sua participação na Comissão Científica do Pacífico e lhe enviou instruções para seu trabalho, tal como mostra o *Bulletin* da corporação francesa ao falar da sessão de 19 de junho de 1862, o qual comenta sobre um suposto itinerário muito mais completo que o realmente previsto pelas autoridades espanholas:

> O doutor Almagro, antigo interno dos hospitais de Paris, comenta em Madrid que o governo espanhol prepara uma grande expedição de circum-navegação, composta de quatro fragatas, sob o comando do contra-almirante Pinzón. Almagro forma parte da comissão científica que deve acompanhar esta expedição e solicita à *Société* que lhe envie instruções. A expedição, partindo de Cádiz, irá sucessivamente a Canárias, às ilhas de Cabo Verde, ao Brasil, a Buenos Aires, ao estreito de Magalhães; percorrerá depois, de sul a norte, a costa ocidental da América até Califórnia, dali, atravessando o oceano, irá à Austrália, depois às Filipinas, com possibilidade de ir ao Japão meridional, às ilhas de Sonda, às Índias orientais e voltará à Europa pelo Cabo de Boa Esperança.[12]

O trabalho de Almagro nas atividades da Comissão Científica foi intenso, participou no percurso por terra desde Montevidéu até Valparaíso, fez uma importante excursão pelos Andes em companhia do botânico Joan Isern e atravessou a América meridional na *Grande Viagem*, o que acabou produzindo uma abundante coleção de interesse antropológico e etnográfico. Ainda que não pareça haver terminado sua obra antropológica (foi-se a Cuba depois da viagem e não voltou a participar em outra atividade científica), foi o encarregado de relatar a memória oficial da viagem, publicada em Madrid – em 1866 – com o título de *Breve descripción de los viajes hechos en América por La Comisión Científica enviada por el Gobierno de S.M.C. durante los años de 1862 a 1866*.[13]

O botânico da Comissão foi Joan Isern i Batlló (1825-1866),[14] natural de Setcasas e protegido de Miguel Colmeiro, que havia conhecido depois da ida de Isern do *Seminario de Gerona* à cidade de Barcelona para se dedicar à sua carreira científica. Seus conhecimentos botânicos chamaram a atenção de vários sábios europeus, entre os quais há de se mencionar a Bentham, explorador pireneu com o qual manteve estreitos laços de colaboração; Willkomm,

[12] "Demande d'Instructions" e "Elections". *Bulletin de la Société d'Anthropologie de Paris*, Paris, v. 3, p. 322-323, 1862.

[13] ALMAGRO, M. *Breve descripción de los viajes hechos en América por la Comisión Científica enviada por el gobierno de S.M. durante los años de 1852 a 1866*. Madrid: [s.n.], 1866. Edición facsimilar de Lily Litvak en 1984, Ed. Laertes, Barcelona.

[14] BLANCO FERNÁNDEZ DE CALEYA, P. Los herbarios de Mutis e Isern. *Asclepio*, Madrid, v. 40, n. 1, p. 359-373, 1988.

o descobridor da botânica espanhola, com o qual intercambiou plantas espanholas por alemãs, e especialmente Webb, com o qual percorreu os Pirineus e que foi um de seus mentores para ocupar em 1850 o posto de coletor do *Museo de Ciencias* de Madrid, onde sempre contou com o apoio de Mariano de La Paz Graells. Provavelmente foram esse e Colmeiro os autores de sua nomeação na Comissão para explorar as terras americanas, aquelas que o deslumbraram tanto que acreditou aproximar-se do paraíso terreno.

Finalmente, completava a Comissão um desenhista-fotógrafo, Rafael Castro Ordóñez, discípulo de Charles Clifford, fotógrafo oficial de Isabel II, foi o encarregado desse trabalho na expedição e realmente foi o *olho* dessa expedição romântica e nacionalista.

**América através da lente do fotógrafo Rafael Castro Ordóñez[15]**

O desenhista-fotógrafo da Comissão Científica do Pacífico era natural de Madrid, onde se formou como pintor graças a seus estudos na *Real Academia de San Fernando*, ainda que ao que parece completou seus conhecimentos em Paris com o pintor francês Cogniet. Castro participou das Exposições de Belas Artes que foram celebradas em Madrid em 1858 e 1860 e pintou um retrato do rei visigodo Turismundo, que figura na série cronológica de retratos dos reis da Espanha.

Sua nomeação como membro da Comissão que ia fazer a viagem ao Pacífico se deu como consequência da renúncia do fotógrafo inicialmente designado, Rafael Fernández Moratín, pintor e desenhista conhecido por um retrato de seu tio Leandro, que chegou a ser professor na Escola de Belas Artes de Havana. Fernández Moratín tinha sido comissionado para comprar em Paris grande parte do material necessário para a expedição e o Ministério de Fomento tinha liberado a seu favor a quantidade de 52.000 *reales*. Porém, não pôde levar a cabo sua incumbência já que, logo ao chegar à capital francesa, sofreu os efeitos de uma doença de estômago e, por isso apresentou sua demissão em 15 de junho de 1862. Em 28 de junho, Rafael Castro Ordóñez foi nomeado fotógrafo-desenhista da Comissão Científica do Pacífico, ainda que o peso real dos preparativos em matéria de fotografia tenha recaído sobre um fotógrafo mais experimentado que se converteu em seu instrutor: Charles Clifford.[16] Esse tinha sido o introdutor na Espanha de novas técnicas fotográficas e era um dos elegidos pela rainha Isabel II para recordar as viagens reais, fator que, sem dúvida, influenciou na sua eleição como mestre de Castro. Ficaram registros de que Clifford se responsabilizou pela aquisição do material fotográfico procedente de Londres e por fazer provas com os aparelhos comprados antes de sua ida a Cádiz. O trabalho de Castro Ordóñez, durante a expedição ao Pacífico, foi

[15] CALATAYUD ARINERO, Mª. A. La Fotografía en la expedición del Pacífico. In: TORRES, Alejandro R. Díez et al. (ed.). *La ciencia española en Ultramar*. Madrid: Ateneo de Madrid-Doce Calles, 1991. p. 347-362; CALATAYUD ARINERO, Mª. A.; PUIG-SAMPER, M. A. (Ed.). *Pacífico inédito, 1862-1866*. Exposición fotográfica. Barcelona: Lunwerg, 1992.

[16] FONTANELLA, Lee. *Clifford en España*. Un fotógrafo en la corte de Isabel II. Madrid: El Viso, 1999.

enormemente produtivo, como demonstra a extensa coleção de fotografias que se conservam no arquivo do *Museo Nacional de Ciencias Naturales* de Madrid. É um mérito acrescentado do trabalho jornalístico de Rafael Castro nas páginas da revista *El Museo Universal* para a qual enviava suas crônicas acompanhadas de desenhos e fotografias, que então eram publicadas em forma de gravura.

O mestre Clifford era "informador gráfico" da *El Museo Universal* e provavelmente introduziu seu novo discípulo nessa revista, que marcou uma época importante das relações entre as técnicas da gravura e a arte fotográfica. Os artigos jornalísticos de Castro na *El Museo Universal*, escritos em um estilo romântico muito peculiar, constituem uma valiosa fonte para o estudo da expedição ao Pacífico e da situação das repúblicas americanas em meados do século XIX.

As dificuldades do fotógrafo para cumprir sua incumbência na Comissão e escrever suas crônicas para *El Museo Universal* surgiram, em grande medida, pela contínua falta de tempo e a pouca organização dos trabalhos, o que é lógico se levarmos em conta a rapidez com que se preparou a Comissão Científica do Pacífico e o próprio ritmo da viagem. Desde 10 de agosto de 1862, data em que a expedição saiu de Cádiz, e depois de duas escalas em Tenerife e Cabo Verde, a esquadra chegou à Bahia em nove de setembro, para mais tarde visitar e explorar o Rio de Janeiro, Desterro, Petrópolis, Santa Cruz e Rio Grande do Sul em três meses. Já em Montevidéu, foi planejada uma viagem para percorrer a Argentina até alcançar território chileno, projeto que foi realizado pelos expedicionários Paz, Almagro, Isern e Amor, enquanto seus companheiros de Comissão seguiram nos buques em direção ao estreito de Magalhães. Da mesma maneira, esses últimos visitaram as Ilhas Malvinas e a Terra do Fogo, antes de chegar a Valparaíso, lugar de encontro dos dois grupos da Comissão Científica.

No verão de 1863, a Comissão voltou a se fragmentar para alcançar um horizonte mais amplo de estudo. Almagro e Isern iniciaram uma ampla excursão nos Andes, na qual recolheram numerosos objetos antropológicos e um interessante herbário, enquanto o resto dos cientistas explorava a costa chilena e o deserto de Atacama,[17] antes de sair rumo à América Central e São Francisco, Califórnia, cidade em que faleceu Fernando Amor. Na Califórnia, Rafael Castro Ordóñez recebeu ajuda do alemão Eduard Vischer, que lhe preparou e desenhou o itinerário que podia seguir para obter boas fotografias e que incluía, entre outras, a visita a Sacramento e a São José. Dessa excursão, são as vistas aos bancos de areia cheios de ouro [no original, *placeres de oro*] de Murphys, onde observaram o processo de lavagem e adquiriram mostras para o *Museo de Ciencias* de Madrid, assim como as fotografias dos *Big Trees* de Rafael Castro, que o próprio Vischer reproduziu em seu livro *Sequoia Gigantea, Calaveras Mammoth Tree Grove*, publicado em 1864.[18]

[17] SAGREDO, R.; PUIG-SAMPER, M. Á. (Ed.). *Imágenes de la Comisión Científica del Pacífico en Chile.* Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2007.

[18] PUIG-SAMPER, M. A. *California a través de la lente de una expedición romântica.* Madrid: BOE, 2011.

No transcurso geral da expedição, não deixa de ser curioso que Castro tenha indicado como dificuldade o fato de encontrar-se com sociedades "civilizadas", quando supunha que ia enfrentar-se com índios e feras já inexistentes. O espírito de romântica exaltação patriótica, própria das ideias pan-hispanistas que animaram a expedição ao Pacífico desde seu início, apareceu nas crônicas de Castro Ordóñez logo ao chegar às repúblicas americanas do Pacífico. As impressões do fotógrafo Rafael Castro na república do Peru foram favoráveis à pretendida união hispano-americana, defendida pelo governo da *Unión Liberal* isabelino, até que estourou o conflito com as duas repúblicas pela tomada espanhola das ilhas "guaneiras" de Chincha. Apesar disso, o fotógrafo tinha advertido sobre certa animadversão pelos espanhóis de parte peruana nos dias em que se preparava em Lima a festa da Independência, com a inoportuna presença da esquadra espanhola em suas águas. Em dezembro de 1863, a fragata *Resolución* chegou ao porto de Callao e um mês mais tarde a *Triunfo* ancorou nas águas do porto chileno de Valparaíso. O primeiro buque, que devia embarcar Almagro e Isern, permaneceu cerca de três meses no porto peruano à espera de atuar militarmente, já que, ao regressar da viagem à Califórnia, Pinzón soube da notícia da agressão armada à colônia espanhola de Talambó. Finalmente se dirigiu a Valparaíso, onde permaneceu à espreita até que, por fim, foi possível reunir os integrantes da Comissão Científica.

Iniciada a campanha do Pacífico, com a ocupação militar das Ilhas Chinchas por parte da esquadra espanhola e depois da demissão de Paz Membiela como presidente da Comissão, foi ordenada a suspensão da expedição científica. Apesar dessa ordem, Martínez – como presidente provisório –, Jiménez de La Espada, Almagro e Isern decidiram continuar a expedição sem contar com a direção militar de Pinzón. Uma vez autorizado esse projeto e reunidos em Guayaquil, em outubro de 1864, os quatro cientistas mencionados anteriormente decidiram realizar o que eles chamaram de *El Gran Viaje* através do Amazonas.

O tom crítico e mordaz que utilizou Castro em suas crônicas na *El Museo Universal*, nas quais atacou ferozmente o que ele considerava pseudorrepúblicas americanas pela violência com que tinham se manifestado contra os espanhóis e pela falta de liberdade de expressão, deve ter incomodado os chilenos e os peruanos que, por outra parte, consideravam os membros da Comissão espiões a serviço da monarquia espanhola. Em julho de 1864, Castro Ordóñez se dirigiu às recém-tomadas Ilhas Chinchas por desejo do próprio general Pinzón, chefe da esquadra espanhola no Pacífico, que, sem dúvida, quis que o fotógrafo da Comissão imortalizasse o que pudesse ocorrer ali antes que a Comissão voltasse à Espanha, de acordo com a ordem que acabara de receber. A viagem de volta à Espanha foi iniciada por Castro em Guayaquil, em 15 de outubro de 1864, de onde saiu no vapor *Chile* rumo ao Panamá para dirigir-se posteriormente a Nova York, cidade a que chegou aos primeiros dias do mês de

novembro e da qual nos deixou uma interessante descrição. Já em Madrid, no início do ano de 1865, solicitou ao Ministério de Fomento encarregar-se do material que tinha deixado na fragata *Triunfo*, o que foi concedido pelo diretor do *Museo de Ciencias Naturales*, Mariano de La Paz Graells, que, além disso, indicou a conveniência de que o fotógrafo buscasse um local apropriado para desenvolver seu trabalho. Castro, por decisão oficial, ficou em uma situação contraditória que o fazia continuar desempenhando seu trabalho de fotógrafo, mas sem as vantagens de ser comissionado, apesar de ter apresentado os orçamentos para a realização de, pelo menos, mil cópias fotográficas das chapas da viagem. No dia 2 de dezembro, o desenhista fotógrafo da Comissão Científica do Pacífico se suicidou, tal como compila o doutor Ametller que extraiu "a bala matadora que em um momento de extravio mental lhe atravessou o peito".

O resto da expedição, que havia ficado em Guayaquil, se dirigiu a Quito para iniciar a *Grand Viaje* amazônica, já sem a testemunha da câmera de Castro, ainda que tenham sido conservadas algumas fotografias do oriente equatoriano que, sem dúvida, foram adquiridas pelos expedicionários de fotógrafos locais. A aventura no grande rio veio depois do descenso do rio Napo, com pequenas explorações antropológicas na região dos jivaros por parte do antropólogo Manuel Almagro. Chegaram a Mazán em quatro de agosto de 1865 e iniciaram a travessia do Amazonas em Destacamento, em situação bastante lamentável e com Joan Isern doente, um problema que foi resolvido temporariamente embarcando-o com as coleções científicas nos vapores *Icamiaba* e *Belém*, que os conduziu até o Grande Pará, onde terminaram a viagem em 12 de outubro; uma coincidência bastante simbólica do fim dessa última expedição romântica ao Novo Mundo em um momento em que Espanha parecia entrever no horizonte a imagem de uma miragem no reflexo de suas antigas possessões americanas.

## A Comissão Científica no Brasil

Se olharmos para trás para ver com mais detalhe a estadia da Comissão Científica no Brasil, vemos que a primeira impressão que a cidade da Bahia, ou São Salvador, causou nos naturalistas, que chegaram em nove de setembro de 1862, foi enorme, tanto pela exuberante e exótica vegetação como pelo traçado de suas ruas e a disposição em dois níveis de suas casas. A antiga cidade tinha ficado nos pés de um morro junto ao mar, já as modernas casas residenciais ocupavam os estratos superiores do morro, alinhando-se em paralelo em relação às da velha São Salvador que, em muitos casos, se destinavam à instalação de lojas e armazéns.[19] Numa descrição sintética, Almagro juntou algumas das características mais importantes da cidade brasileira:

[19] LA ESPADA, Marcos Jiménez. *Diario da expedición al Pacífico llevada a cabo por una comisión de naturalistas españoles durante os años 1862-1866, escrita por (…), miembro que fue de la misma.* Madrid: [s.n.], 1928. p. 28-29. Publicado por vez primera el P. Agustín Jesús Barreiro, agustino.

> A cidade de Bahia, capital da província de mesmo nome, uma das que compõem o império do Brasil, está situada na costa oriental do império sobre o Oceano Atlântico, a 12 graus de latitude S. e a 41 graus de longitude O. Sua magnífica baía é imensa e, nela, comparecem baleias que são pescadas à vista dos habitantes da cidade. Sua população passa de cem mil almas; a maior parte é composta de negros, escravos ou livres, muitos europeus, dominando em número os portugueses e os alemães que se adaptam ali perfeitamente apesar da febre amarela, que visitou várias vezes essa cidade. O clima é ardente todo o ano, as chuvas excessivas de dezembro a maio, e as produções do solo são as de países intertropicais. As principais linhas de exportação são o açúcar, o café, o tabaco, preciosas madeiras, entre elas as de *palissandro*, o produtivo pau de tinta chamado *brasil,* e uma grande quantidade de diamantes pelo valor de 50.000 duros mensais. Graças à riqueza do solo, à natureza de seus produtos, à liberalidade do governo e à ordem da administração, Bahia progride de maneira notável, não sendo desconhecida ali a maior parte das inovações deste século. [20]

Logo ao chegar à Bahia, a fragata *Triunfo* se situou junto à *Resolución*, que nesse momento rompeu fogo para saudar a vaga e, imediatamente, o presidente da Comissão Científica e Jiménez de La Espada foram à nave capitã para se informar do tempo que permaneceriam na cidade. Depois de serem informados de que ficariam uns quinze dias, tomaram a decisão, com o resto dos naturalistas, de irem a terra para poder trabalhar mais comodamente e evitar, assim, os inconvenientes existentes na *Triunfo*. Ao anoitecer, pularam para terra no cais do Areal e dedicaram o pouco tempo que lhes sobrava no dia para buscar um lugar onde hospedar-se, decidindo finalmente pelo hotel Fertin, onde era permitido dissecar animais e plantas.[21]

No dia seguinte, 10 de setembro de 1862, Pinzón ordenou que o comandante Croquer fizesse uma visita às autoridades da Bahia com os oficiais subalternos de seu comando e com a Comissão Científica, acompanhados do representante diplomático espanhol vice-cônsul Francisco Javier Machado. Depois de atravessar a parte mais baixa da cidade, com ruas estreitas e mal empedradas, se encontraram atônitos frente a um grupo de negros, que esperavam por eles com uma espécie de palanquim, chamados de *cadeiras*, para transportá-los à zona mais alta da cidade. Martínez refletiu sobre esse momento em seu *Diario*, explicando também a constituição do surpreendente meio de transporte:

[20] ALMAGRO, 1866, p. 11-12. Uma descrição muito similar à realizada pelos cientistas da Comissão apareceu em "Viaje al Brasil" do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied e Francisco de Castelnau, em *Nuevo Viajero Universal*. Ordenada e arrumada por Nemesio Fernández Cuesta, t. III, "América", Madrid, Imp. y Lib. Gaspar y Roig, ed., 1861. p. 313-509. Cita en p. 464-466.

[21] MARTÍNEZ Y SÁEZ, F. Diario de viaje de Francisco Martínez y Sáez, naturalista de la Comisión científica del Pacífico, 9 de septiembre de 1862, A. M. C. N. M. In: LA ESPADA, Marcos Jiménez. *Diario da expedición al Pacífico llevada a cabo por una comisión de naturalistas españoles durante os años 1862-1866, escrita por (…), miembro que fue de la misma.* Madrid: [s.n.], 1928. p. 30-31; LA ESPADA, 1928, p. 12. Carta a Graells.

> Para subir à parte mais alta da cidade, há umas cadeiras, geralmente pintadas de azul, colocadas em uma tábua oval que se une por quatro barras a outra superior e, da mesma forma, da qual saem duas varas de madeira grossas e encurvadas, que servem para que os negros as conduzam facilmente; da borda da tábua superior saem dois tecidos de lã azul que têm desenhos de papel dourado, que se combinam em várias séries. Para entrar nelas, os panos são separados pelos lados.[22]

Os expedicionários comentam que a subida foi um autêntico espetáculo, já que, aos gritos dos condutores e aos estranhos artefatos que os transportavam, se somava à multidão que saía de suas casas para observá-los com curiosidade; essa mesma, segundo *El Museo Universal*, que despertaram em Londres os enviados japoneses ou em Paris os embaixadores do rei de Sião.[23] No alto da íngrime colina, na praça do teatro e do cassino, os esperavam carruagens de cavalos que os conduziram sucessivamente às casas do presidente de governo, arcebispo, general e chefe do Arsenal, onde formalizaram sua apresentação de acordo com os desejos do comandante da esquadra espanhola. Depois, já na casa do vice-cônsul Machado, ficou combinado visitar no dia seguinte um vapor que, procedente do Pará, trazia uma índia selvagem do Amazonas e realizar uma excursão à Ilha de Itaparica, da qual haviam recebido boas informações sobre seu conteúdo em espécies vegetais e animais.[24] Fracassada a visita ao vapor, por estar Paz, Membiela e Martínez recolhendo moluscos e fazendo algumas compras na cidade, saíram, exceto Castro, ao meio-dia num bote, acompanhados de um guia para Itaparica. Desembarcaram em Porto dos Santos, perto de um estabelecimento dedicado à extração de óleo de baleia e encontraram numerosos restos ósseos desses cetáceos, que serviam inclusive para construir os cercados das hortas. Percorreram a ilha em vários grupos, com resultados muito desiguais, já que, enquanto Jiménez de La Espada fazia uma abundante coleta de aves e Isern "não tinha mãos para pegar plantas", o presidente da Comissão e Martínez não conseguiam encontrar nem um caracol terrestre e Amor escassos insetos.[25]

No dia 12, antes de sair o sol, Paz e Martínez partiram para o povoado de Itaparica para tentar de novo a coleta das espécies cujo estudo estava a cargo deles. No caminho, que fizeram acompanhados por dois guias locais, observaram o curioso movimento das dormideiras e, no rio Picum, se surpreenderam ao ver "caranguejos com quilíferos desiguais" que se enterravam com facilidade em buracos feitos na areia. Depois de comer nas cercanias do povoado, Martínez aproveitou a sesta de Paz para reflexionar sobre a vida dos habitantes da ilha:

> Nus de pé e perna, andam com mais facilidade por aqueles campos cobertos de plantas que o europeu com suas grossas e gastadas botas. Este necessita polainas para se proteger dos espinhos dos arbustos,

[22] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928.10 de septiembre de 1862.

[23] "Revista de la Semana". *El Diario Universal*, año 6, p. 321, 12 oct. 1862, "Viaje al Brasil". *Nuevo Viajero Universal*, v. 3, p. 464.

[24] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 10 de septiembre de 1862; LA ESPADA, 1928, p. 31.

[25] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 11 de septiembre de 1862; LA ESPADA, 1928, p. 32; LA ESPADA, 1928, p. 13-14. Carta a Graells.

> dos quais esses insulanos se defendem só com a destreza em caminhar. Sua roupa leve demora tão pouco em secar como em molhar e, dessa maneira, se salvam mais facilmente da umidade que o homem civilizado, cujas lanosas vestimentas, uma vez molhadas, demoram a secar. Soma-se a isso a soltura que têm por sua maneira de vestir e, se pode ver que, ainda sem as vantagens da grande civilização, os habitantes dessa ilha podem viver com algum conforto e atravessar campos.
> Estando estabelecidos perto do mar, a pesca é sua favorita ocupação, porque dá facilmente, sem perigo, nem necessidade de aparelhos complicados, um alimento saudável e abundante. Não tendo paixões, se retrata em sua cara a tranquilidade de sua alma. Não conhecendo as ciências, não há neles emulação, muito menos afeição a estudos sérios que possam destruir o equilíbrio entre o físico e o moral que deve existir. Sua sobriedade é grande; um pouco de carne seca e farinha de mandioca era bastante para pai e filho que, em pé, comiam de pouco em pouco.[26]

Depois de fazer o retrato do "homem natural" da ilha, no qual observa tanta simplicidade frente à sua própria complicação de homem "civilizado", Martínez confessou que, nesse momento, acreditou "em igualdade das distintas posições do homem" e na nocividade do contato dessa gente com o homem civilizado, que desperta nela necessidades inúteis para alcançar a felicidade.

Enquanto isso, Isern continuava sua ativa coleta de plantas, e Amor e Jiménez de La Espada faziam provisão de animais para suas respectivas coleções. Espada conseguiu aprisionar vivo um "pássaro mosca" e uma curiosa espécie de "lacertídeo" que teve de matar valendo-se de uma escopeta; como, acompanhado de outros naturalistas, recolheu de noite alguns insetos luminosos.[27]

Já de volta, Martínez buscou os peixes que os marinheiros tinham pescado para ele e conseguiu, além disso, graças a duas pessoas da ilha, os nomes vulgares de alguns desses peixes: *aramaçan*, *galo*, *biarda*, *sambuco*, *espada*, *carapaba*, *gato*, *perúpetro*, *jaguaraçá*, *barbeiro*, *garapão*, *baleia*, *caramuru-mulatinho etc*.[28]

Da constituição geológica da Ilha de Itaparica, apenas Amor anotou que nela existia "terreno granítico" e grandes massas de arenito vermelho ou amarelento:

> Esses arenitos, misturados com detritos dos granitos e gneisse nas partes altas e com as areias do mar nas baixas, constituem os terrenos cultiváveis dessa parte da ilha. Há argila, de tato fino e cor branca, que no país se chama *Tabatinga branca*; em outros pontos, passa a ter cor amarela de gema de ovo e, em outros, está carregada de grande quantidade de óxidos de ferro, que dão o nome de *Toa*[29] e que produz um excelente barro que, em Nazaré, confeccionam garrafas, copos, jarras e outros utensílios de preciosas formas para refrescar a água.[30]

[26] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 12 de septiembre de 1862.

[27] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928, p. 14.

[28] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. N. Trad. Não há tradução para todos os termos citados.

[29] N. Trad.: Uma espécie de argila.

[30] *Diario de Amor* apud BARREIRO, 1926, p. 73.

Em vista do fracasso na coleta de moluscos, o presidente da Comissão decidiu pela volta à Bahia. Os primeiros dias depois da volta de Itaparica foram bastante ociosos, e os membros da Comissão dedicaram sua atenção às relações sociais por meio do representante diplomático espanhol. No dia 16, Martínez e Paz madrugaram para tentar de novo a fracassada coleta de moluscos e, em vista da má colheita, se entretiveram comprando coleções de aves. Puig fez o mesmo e surgiu de novo o conflito entre os expedicionários, já que Jiménez de La Espada se queixava, com razão, de que provocar a subida de preço das coleções havia prejudicado os interesses da Comissão e protestava por Paz ter impedido a aquisição de avestruzes para o Jardim Zoológico de Madrid, alegando que a Comissão só tinha obrigações com o Museu. Essa situação foi esclarecida na Junta, no mesmo dia, acordando a futura compra de animais vivos para envio ao Zoo de Madrid.[31] Pela tarde, os naturalistas visitaram a Biblioteca Pública da Bahia, dirigida pelo senhor Lisboa, que continha 16.000 volumes e havia sido criada pelo conde dos Arcos, então governador da província, em 1811, no antigo colégio dos jesuítas, segundo as notícias que o príncipe Maximiliano Wied-Neuwied nos deixou de sua viagem pelo Brasil (1815-17). Segundo esse, quando visitou a Bahia, a biblioteca continha 7.000 volumes e a cidade florescia graças a seu benigno governador:

> Os serviços prestados pelo senhor conde dos Arcos são conhecidos demais para que possam passar em silêncio. Durante o tempo em que foi governador daquela província, absolutamente nada foi omitido do que poderia ser vantajoso; conhecedor do idioma e das instituições dos países estrangeiros, instruído por suas viagens a diferentes pontos do Brasil, consagrou todo o seu tempo para introduzir melhorias. Honrou e protegeu as ciências e as artes e dedicou seu zelo constante e incansável para sustentá-las e lhes dar acrescentamento. Trata os espanhóis com a maior distinção, e podem, com a maior confiança, contar com seu apoio; fundou uma imprensa e uma fábrica de cristais; a cidade lhe deve um passeio público e outros diversos embelezamentos; estabeleceu uma loteria em beneficio da biblioteca, cujos produtos se destinam à aquisição de obras; e, por último, mandou plantar no passeio público a verdadeira quina do Peru. Grande número de plantas da Europa e de várias outras regiões fixa ali a atenção do botânico".[32]

No dia seguinte, 17 de setembro, os membros da Comissão foram visitar o senhor Lacerda; exceto, pelo menos, Martínez, que ficou estudando uns peixes e preparando recipiente para colocar as coleções. Com esse rico comerciante, muito afeiçoado às ciências naturais, fizeram observações antropológicas sobre uma menina indígena de uns oito anos,

[31] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 16 de septiembre de 1862; LA ESPADA, 1928, p. 14-15. Carta a Graells; p. 14-15.

[32] "Viaje al Brasil". *Nuevo Viajero Universal*, v, 3, p. 464.

recolhida depois de um combate entre tribos inimigas. Jiménez de La Espada nos deixou esta descrição:

> Só emitia um grito inarticulado e selvagem quando o senhor Lacerda a viu pela primeira vez. Está marcada no hipocôndrio esquerdo com um ferro, como os cavalos, e esse sinal é o de sua tribo. São antropófagos. Recém pegada a menina, lançava-se carne crua e ela a comia. Ainda hoje, a come com muito prazer. Chorou no princípio, mas começou a rir assim que viu o Almagro botar nele o cefalômetro. Depois, o deixou colocar nela sem se mover e mostrando muita resignação. É de cor negro sujo. Sua musculatura é muito branda (flácida) e bem desenvolvida. Crânio muito desenvolvido posteriormente e estreito na parte anterior. Cabelo longo, negro, abundante, sedoso e liso; olhos negros muito bonitos, mas oblíquos; nariz chato, circunstância rara na raça índia. Lábio superior convexo, boca curta, distância entre os olhos muito grande e o nariz pouco sobressai nesse ponto. Rosto em geral muito desenvolvido e lábios salientes. É das tribos mais estúpidas entre os índios. O aspecto da menina é triste e pensativo. Rosto muito arredondado inferiormente.[33]

Lacerda, correspondente do *Jardín de aclimatación* [Jardim Zoológico] de Paris, presenteou, nesse dia, diferentes objetos de história natural a Jiménez de La Espada, que noticiou essas doações em seu *Diario*, comentando que entre outras coisas recebeu um curioso ninho de joão-de-barro e alguns exemplares de *Paca figulus* de Burmeister. Depois dessa visita, o naturalista foi conhecer o doutor Wucherer, médico alemão estabelecido na Bahia, especialista em répteis, que os enviava ao *British Museum* e muito amigo do naturalista Günther. Nessa ocasião, Espada conseguiu que o sábio alemão lhe oferecesse uma coleção de répteis da província, como também informações sobre os costumes e o efeito das mordidas.[34]

Do dia 18, cabe apenas destacar uma excursão de Martínez, com Amor e Isern, à lagoa do Dique, onde observaram sua disposição e contornos, certamente para preparar uma visita científica que realizaram uns dias depois. Passados dias de bastante inatividade, Martínez foi visitar Lacerda no dia 21 e ficou agradavelmente surpreendido pelo estudo que este tinha em sua casa. Conheceu ali muitos animais do país, os minerais e algumas de suas principais madeiras, mas o que o deixou mais atônito foi que Lacerda tinha um pequeno observatório meteorológico e, sobretudo, um microscópio que o "entreteve agradavelmente, porque era a primeira vez que tinha o gosto de admirar a magnificência de semelhante instrumento".[35]

Pela tarde, acompanhado do mesmo comerciante naturalista, foi ao passeio público escutar os acordes da música que interpretava a banda da Esquadra, dirigindo-se depois

[33] LA ESPADA, 1928, p. 33.

[34] LA ESPADA, 1928, p. 34-36.

[35] LA ESPADA, 1928, 21 de septiembre de 1862.

para a casa do cônsul de Itália, Cerruti, em companhia de Amor e Espada. Esse último dedicou sua seguinte jornada a estudar e classificar aves na casa do comerciante francês Chuchu, anotando os nomes vulgares de algumas espécies, enquanto Martínez tentava conseguir moluscos com um fabricante de cal que obtinha tal produto a partir de conchas e madréporas.[36]

Em 24 de setembro, fizeram uma expedição ao lago Dique, com o objetivo de investigar e caçar o que se pudesse, além de pegar moluscos e plantas. Os naturalistas da Comissão foram para a casa de Lacerda, acompanhados por esse, Cerruti, Nicolai e Pizzarello para embarcar em uma canoa, na qual percorreram o lago. Conseguiram determinar sua profundidade e temperatura em distintos pontos – levantando um plano que foi conservado no *Diario* de Martínez y Sáez –, recolheram e observaram os animais próprios desse lago:

> abundam as perdizes chamadas *Paranis*? o pato comum do país, as *sabias chinas*, uma espécie de *ancilaria* que pegou D. Patrício, três ou quatro curiosas espinhas de puas de crocodilo, cobras etc.; entre as plantas, a *Ninfeia alba*, uma *cala* cujo talo tem duas varas e meia de altura, as folhas só formam em cima uma sombrinha, o resto pelado. A *Ninfeia* estava em botão. Persegui um pato de cor escura com asas brancas [...] Vi também morcegos que estavam dormindo entre os velhos troncos das árvores que nascem à beira e não consegui matar nenhum. Abundam ali as *leguminosas* volúveis, as *yacasyacas*, as *mangas*, as *orquídeas* (sem flor agora), algumas nascem entre os próprios ninhos dos pássaros, outras se sustentam pela própria forquilha de um ramo e quase no ar; há também *ciperáceas, gramíneas, compostas, lianas, pinhas* espontâneas e outras muitas. Há uma árvore, chamada *comidiya*, aonde vão pássaros granívoros.[37]

Após dois dias, foi feita outra expedição, dessa vez na localidade de Pitanga, à qual se chegava por ferrovia depois de passar pelas populações ou estações de Plataforma, Piripiri, Paripe, Olaria, Mapele, Engenho Novo, Muritiba, Parafuso, Camaçari, Feira Velha e Mato de São João. A coleta de Paz e Martínez foi escassa, segundo esse último, e se limitou a alguns moluscos em não muito bom estado, enquanto que o outro naturalista que os acompanhava, Fernando Amor, conseguiu recolher e observar térmitas e formigas. Desses animais, que já haviam excitado sua curiosidade na expedição a Itaparica, o que mais lhe chamou a atenção foi a forma de construir suas moradias, e sobre os que denominavam cupim [no original, *toupin*] escreveu:

[36] LA ESPADA, 1928, p. 37; MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928, 22 y 23 de septiembre de 1862.

[37] LA ESPADA, 1928, p. 38. N. Trad.: Os termos *ancilarias*, *yacasyacas*, *e comidiya* não tiveram tradução.

> Uma dessas espécies constrói suas moradias nos ramos das árvores. Tem esses ninhos na forma de um ovo que atravessam um ou dois ramos, parecendo, à primeira vista, uma excrescência enorme desses ninhos. Seu tamanho, umas vezes, de meia vara de diâmetro, chega a ter uma outra vara de longitude e mais outra de circunferência. São de uma cor parda ou cinzenta e se cobrem de uma espécie de casca. Apresentam em seu interior um imenso número de alvéolos pelos quais circulam numerosas falanges desses curiosos insetos. Outras espécies estabelecem estranhas comunicações entre a terra e as partes superiores dos troncos de grossas e velhas árvores.[38]

Os naturalistas dedicaram os poucos dias restantes de sua estadia na Bahia para fazer os preparativos de sua ida e se despedir dos amáveis colaboradores locais, Blum, Wucherer, Cerruti, Williams, Nicolai, Lacerda e dos representantes do Governo e da Igreja, além de realizar visitas culturais à Biblioteca, à Escola de Medicina, ao Hospital e ao Liceu da Bahia. No dia 30, depois de empacotar todos os objetos e pagar as contas de gastos da Comissão, embarcaram de novo na fragata *Triunfo* à espera de partir rumo ao Rio de Janeiro.

## Rio de Janeiro

No primeiro dia de outubro de 1862, às oito da manhã, as fragatas *Resolución* e *Triunfo* saíram do porto da Bahia de Todos os Santos derrotando para o Rio de Janeiro. A explicação sobre a saída nesse dia e o resumo dos incidentes de navegação foram comunicados pelo comandante geral da Esquadra do Pacífico ao ministro da Marinha nos seguintes termos:

> Apesar de estarmos preparados com carvão e água desde o dia 25, achei conveniente permanecer lá alguns dias mais para dar tempo da Comissão Científica concluir suas investigações, a qual na Bahia de Todos os Santos se enriqueceu de muitos objetos, especialmente répteis, insetos, pássaros, coleópteros e plantas que, com outros que lhes foram presenteados pelos naturais, entre eles um leão que foi dissecado, farão parte em breve de nossos Museus.
>
> Na nossa saída da Bahia, navegamos a máquina durante algumas horas, até que, iniciado o vento fresco do Norte, mandei apagar os fogos e continuei minha navegação à vela. Esse vento, com outros sinais, me anunciava um Pampeiro, que veio, com efeito, mas meneável sobre o Plano dos Abrolhos, na latitude de 20 graus 30' e longitude de 33 graus 13' e contrário à derrota; naveguei umas tantas horas a máquina, até que voltou a entrar a brisa do NE. Com essa, reconheci as terras de Cabo Frio, entrando com a *Triunfo* nesse porto do Rio de Janeiro no dia 6 último às 12 do dia, tendo dedicado na travessia 5 dias e 4 horas.[39]

[38] *Diario de Amor* apud BARREIRO, 1926, p. 79-80.

[39] Ofício de Pinzón ao ministro da Marinha, participando sua saída da Bahia e sua entrada no Rio de Janeiro, de 8 de outubro de 1862. Archivo Álvaro de Bazán de la Armada Española, leg. Expediciones, Esc. del Pacífico 1862-1864.

A primeira impressão dos naturalistas na entrada ao Rio de Janeiro aparece no *Diario* de Jiménez de La Espada:

> Subi a coberta e descobri a surpreendente e pitoresca costa que rodeia a entrada da baía do Rio de Janeiro.
> À esquerda, percebe-se o *Pico de Wellington*, chamado assim por se assemelhar ao perfil desse general. Mais além, o Corcovado, depois o Pão de Açúcar, como na metade da entrada. À direita do boqueirão, se veem, no início, morros bastante concisos e de caprichosas formas, entre eles um com figura de casco; depois, outro mais frondoso e com todo o aspecto da fibra americana. Atrás dessa primeira série de morros, se descobrem uma cordilheira mais alta e, em alguns pontos, uma outra terceira. Parecem "gratinosas". O panorama que apresenta essa costa é dos mais surpreendentes e pitorescos. Os picos da primeira, dourados por um sol ardente. Ao pé dos morros, uma linha branca e longa, entrelaçada, marcando uma baía em cuja parte média estão umas ilhotas verdes; mais perto de nós, multidão de velas, como asas de pássaros marinhos, saindo e entrando na baía.[40]

Quando se aproximaram da Ilha Redonda, a fragata *Triunfo* deixou que a *Resolución* se adiantasse e, passando junto desta em frente ao forte de Santa Cruz, ancorou perto do "Bayard" e de uma fragata inglesa, enquanto a espanhola que levava os naturalistas jogou suas âncoras no centro da baía. Imediatamente, a Comissão se dirigiu em um bote para saudar e receber instruções do comandante Pinzón, indo à continuação para terra com o objetivo de buscar hospedagem adequada para o desenvolvimento de sua incumbência científica. Depois de uma longa peregrinação por pensões e hotéis de duvidosa reputação, Paz, Isern, Castro, Puig e Martínez se instalaram no *Hotel des Frères Provençaux*, em condições bem melhores que os primeiros, segundo ressalta a leitura dos *Diarios.*[41]

Os naturalistas decidiram convidar alguns oficiais para uma refeição no Rio.[42] Por outro lado, parece que houve algum incidente quando a banda da Esquadra desembarcou para fazer as honras, com música, à população do Rio, segundo a crônica enviada por Castro à *Museo Universal*:

> No Rio de Janeiro, também se pediu música ao general, que a ordenou com deleitosa amabilidade, mas não se sabe o que aconteceu: porque se armou um tumulto e a multidão excessiva fez com que o general a mandasse se retirar a bordo. O povo se irritou, em geral, com os *portugueses*, autores da desordem que houve no *Passeio público*, e os jornais *Jornal do Comercio* e outros publicaram

[40] LA ESPADA, 1928, p. 41.

[41] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928, 6 de octubre de 1862; LA ESPADA, 1928, p. 42-43; LA ESPADA, 1928, p. 50-53.Carta a Adolfo Aguirre.

[42] LA ESPADA, 1928, p. 43.

fortes artigos em vindicação pela falta cometida contra os espanhóis, que iam obsequiá-los a pedido deles, porque o general espanhol nisso não imita os estrangeiros, que, sem pedir-lhes as músicas de seus buques, as mandam para fazê-las ouvir, pois, efetivamente, alguma barbaridade popular pode trazer complicações; e todos nós elogiamos essa parte da conduta de nosso digníssimo general senhor Pinzón, com o qual todos estão muito contentes.[43]

No mesmo dia, a Comissão visitou o cônsul espanhol Pedro de Aranaga que, segundo Jiménez de La Espada, os recebeu como de praxe e os proporcionou poucas notícias interessantes, ao contrário do embaixador da Espanha no Brasil, Juan Blanco Del Valle, que, no dia seguinte, os recebeu muito amável, dando-lhes todo tipo de informação sobre a Corte Imperial de Pedro II e oferecendo-se para enviar à Espanha os materiais que até então haviam recolhido.

A descrição da cidade foi feita por Jiménez de La Espada, um dos mais observadores da Comissão Científica, e completada com alguns dados que fornece Almagro em seu livro:

> Rio de Janeiro é uma população imensa, sem limites fixos, cujas casas se apinham na parte próxima aos cais e se espalham na oposta, pelo campo, até ocultarem-se algumas entre os bosques.
> Suas ruas, parecidas com um cordel, são estreitas no centro, espaçosas nos bairros afastados, mas todas sujas, com um arroio vexaminoso no meio, exceto as que constituem os arredores de Laranjeiras, Botafogo etc., que desembocam nos campos destas selvas. Seu aspecto é quase sempre vulgar e de mau gosto, excetuando uma ou outra situada já no campo.
> Ocupam-nas umas 800.000 almas, ainda que eu acredite que essa cifra seja resultado de um *cálculo português*. Relacionam-se com elas bonitos edifícios públicos, em geral de boa arquitetura, e templos de construção barroca, passada e de mau gosto. É notável, entre os primeiros, o quartel para a guarnição do Rio, a *Casa de Misericórdia*, o *Hospital de dementes,* os aquedutos de Bela Vista e o velho palácio do Imperador, modesta moradia que talvez um de nossos magnatas desdenharia.
> Distingue-se, entre todos os estabelecimentos, a *Casa de Misericórdia,* que alguns achariam servida de luxo em demasia; a de loucos, na qual eles próprios desempenham os diferentes ofícios interiores; o *Museu de História Natural*, com uma curiosa coleção de trajes e objetos de índios e uma belíssima de minerais do Império; a *Biblioteca Imperial*, que guarda grande cópia de livros antigos e raros; o *Passeio Público*, delicioso e fresco jardim, com um aterro sobre a baía, e onde crescem estranhas e exóticas plantas da Ásia, África e Oceania. As praças são vastíssimas, quase todas com fontes. A do *Rossio* tem o centro ordenado com um monumento de bronze dedicado a Dom Pedro I, que suporta a estátua equestre do bom Imperador do Brasil. Sobre um pedestal de quatro lados, em cada um deles

[43] CASTRO ORDÓÑEZ, 1863, p. 53.

> simbolizados os quatro rios caudalosos do Brasil: Amazonas, Pará, São Francisco e Rio Grande e, em um de seus fortes, encontra-se o "Teatro do Drama", edifício de mau gosto e tão feio por dentro como por fora.[44]

Almagro retificou, por sua parte, o número de habitantes que nos deu Jiménez de La Espada com tanta cautela, falando de uma população de umas quinhentas mil pessoas, brancas, mulatas e negras, e destacou que, como na Bahia, a população índia nessa época havia desaparecido do Rio de Janeiro. Os dois naturalistas destacaram a importância dos comerciantes, portugueses e franceses em sua maioria, que se dedicavam à importação de todo tipo de produtos e à exportação de madeira, café e brilhantes. No que diz respeito à ocupação urbana, Espada fixou sua atenção no fato de que, enquanto os aristocratas e comerciantes ricos ocupavam os arredores da cidade – junto com os membros do corpo diplomático –, os mercadores, os pobres, os escravos e os forasteiros fixavam sua residência no centro urbano, nas proximidades da baía, o que explicaria, segundo ele, o excessivo poder popular dos brasileiros que não recebiam a influência da classe dominante. Como exemplo, cita a Casa ou Hospital da Misericórdia, na qual se vivia com luxo, já no *Imperador do Brasil*[45] se recebia uma curta pensão.

Na mesma carta, dirigida a Adolfo Aguirre, Espada diz que a escravidão estava desaparecendo e que o tráfico estava proibido taxativamente, ainda que, isso sim, os escravos que obtinham sua liberdade deveriam abandonar imediatamente o império. Jiménez de La Espada justifica assim essa medida:

> A expulsão é necessária, porque os brasileiros vão enegrecendo em demasia, em termos que é raro o que não tem em suas veias algo de sangue africano. Bem se pode garantir ao ver algum branco puro que sua pátria não é o Brasil. E que fatal para a beleza e para a robustez do corpo essa maldita mistura! Na Bahia de Todos os Santos, a segunda cidade do império e onde permaneci cerca de um mês, pude observar esses efeitos ainda melhor do que aqui. Não há uma mestiça, nem um mestiço, particularmente de terceira geração, mesmo que tenha se mantido somente branco, que seja agradável de fisionomia ou são de corpo. O ar de seu rosto é profundamente melancólico e parece estar sempre triste por não ser inteiramente branco.[46]

A descrição mais detalhada da população brasileira e dos índios dos arredores do Rio de Janeiro nos dá o fotógrafo e desenhista Rafael Castro Ordóñez que, em sua crônica à *El Museo Universal*, deixa entrever suas qualidades de etnógrafo:

[44] LA ESPADA, 1928, p. 53-54. Carta a Adolfo Aguirre.

[45] N. Trad. Menção ao hospital de dementes, depois denominado Hospício Pedro II, onde atualmente existe o Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro na Praia Vermelha.

[46] ALMAGRO, 1866, p. 13-14.

talvez, nenhum país do mundo reúna, como o Brasil, misturas tão numerosas de homens e de raças. A classe que mais sobressai é a dos portugueses (filhos do reino), logo vêm os brasileiros ou portugueses crioulos, os mulatos (mistura de brancos e negros), os mamelucos ou mestiços (de brancos e índios), os negros da África, os negros crioulos, os cafuzos (no original, *ariboco)*, nascidos de pais negros e índios e, enfim, os índios puros, os quais uns são caboclos ou civilizados e outros selvagens ou gentis e tapuias. Mas, a toda essa classe de pessoas deve-se acrescentar as pessoas da Europa, pois se encontram, em todas as partes, espanhóis, franceses, ingleses, alemães, russos, holandeses etc.

Entre os índios naturais, os de perto do Rio de Janeiro são fáceis de observar pela proximidade de suas moradias. Têm suas casas espalhadas no meio de bosques de laranjeiras, de bananeiras e de outras árvores carregadas de frutas deliciosas. Os habitantes se ocupam em suas choças de fabricar argila de uma cor escura, que se avermelha depois que passou pelo fogo. Fazem grandes potes só com suas mãos, sem empregar a roda, e unem a superfície por meio de uma pequena concha que umedecem com a boca. Suas barracas são cobertas de folhas de coqueiro, e fazem as paredes com entrelaçados de madeira e argamassa. Seus móveis são muito simples, pois esteiras de cana formam seus leitos, postas sobre pedaços de madeira, ou redes bem feitas com cordas de algodão entrelaçadas. Conservam a água fresca em grandes vasos de terra, chamados moringas (no original, *talbas)*, feitos de uma argila que filtra a água através dela. Os copos são cascas de coco, e as panelas são de terra, completando seu enxoval o arco e as flechas para a caça. Os meninos praticam desde cedo atirar com arcos de madeira de airi, nomeado bodoque, que tem duas cordas presas a menos de uma polegada de distância uma da outra por dois pequenos paus terminados em forquilha, em cada um dos quais enlaça a extremidade das cordas. Ao meio de sua longitude, as reúnem por uma pequena fibra formada de barbantes, isto serve para colocar aí as balas de argila ou de pequenas pedras redondas; utiliza o arco puxando para trás as cordas e a bala, com o indicador da mão direita, depois os largando subitamente, e a bala é lançada.

Sobre os costumes desses índios e outros do Brasil, escreveram bem Wied-Neuwied e Castelnau, seguindo hoje da mesma maneira. Essa reunião de homens morenos, todos nus, apresenta um golpe de vista muito singular e interessante: homens, mulheres e crianças estavam juntos uns aos outros e nos contemplavam com ar curioso e tímido. Todos haviam posto o melhor que podiam. Um pequeno número de mulheres tinha um pedaço de pano em volta das cadeiras ou na frente do peito; mas a maioria estava sem nenhuma vestimenta; alguns homens haviam amarrado pela testa, como adorno, um pedaço de pele de macaco; outros tinham seus cabelos completamente cortados. As mulheres levavam seus filhos pequenos, umas em cordas de casca de árvore, colocadas por debaixo do ombro direito; outras nas costas, por meio de uma longa cinta que passava pela frente de seu corpo. É a maneira que levam geralmente suas cestas de provisões quando viajam. Muitos homens e algumas

> jovens haviam prodigado a cor para se pintar; tinham pontos vermelhos na testa e nas bochechas e também listras vermelhas em todo o rosto; outros haviam traçado sobre o corpo listras longas, interrompidas por linhas de pontos que as cortavam; muitos tinham a pele como atigrada de pontos negros. A pintura do corpo parecia ser arbitrária entre eles e depender do gosto de cada um. Algumas meninas levavam faixas em volta da cabeça, e as mulheres tinham, em geral, um cordão ou uma tira de casca em volta dos punhos e das articulações para enfeitar essas partes do corpo e deixá-las mais finas. No interior, porém, se encontram algumas tribos, ou mais selvagens ainda, que sabem engalanar-se com mais gosto e a par extravagância, levando toucas de plumas com umas grandes caudas atrás, das que se enviam algumas à Espanha, tecidas de plumas e de algodão mais ou menos bonitos, para servir-lhes de *tapa-rabos*. Como o senhor verá, pelo desenho que lhe remetemos, essa espécie de touca tem certa graça e realça a cor das plumas amarelas, azuis, verdes e encarnadas. Dessas notícias se encontram conformes todos os autores e, como é assim, tomo algumas de suas palavras textuais. Sabem conservar mumificadas as cabeças dos indivíduos de suas famílias e, dos índios do interior, se remete também um crânio com seus correspondentes adornos nas orelhas, como demonstra o desenho adjunto. Esse crânio conserva toda a pele do rosto e cabeça com sua negra cabeleira, tendo pertencido, talvez, a algum *pele-vermelha*, conhecendo-se por onde foi separado do corpo.[47]

Depois da recepção na casa do diplomático espanhol, Jiménez de La Espada se apresentou na de um comerciante, Martem, conhecido de Wuchererk, enquanto que Paz e Martínez recolhiam moluscos nas proximidades de uma fábrica de cal (*púrpura*, *múrex*, *fissurella*, etc.), ficando Martínez surpreendido pelo tamanho do *balanus*.[48] No dia 9, Espada conheceu o senhor Bourget, especialista em "pássaros mosca", conseguindo uma magnífica coleção de colibris que continha de 150 a 160 espécies. Paz e Espada dedicaram o dia seguinte para visitar o Museu de História Natural, no qual se apresentaram como membros da Comissão do Pacífico, e que mereceu suas aprovações no que se refere às coleções de minerais e de antiguidades, já as de aves, mamíferos, répteis, peixes, fósseis e insetos foram qualificadas de médias ou ruins. Martínez, que o visitou dias mais tarde, fez dele a seguinte descrição:

> Está este situado em um edifício bastante bom, do qual ocupa uma parte. Não deixa de ser rico em animais vertebrados, mamíferos e aves, sobretudo, próprias do país, que nem sempre estão bem preparados. Que formas tão curiosas precisamente nos grupos menos abundantes em nosso país e nossas coleções!
>
> Começaram a formar estas coleções faz poucos anos, com doações, por compra e também criando uma comissão científica encarregada de percorrer a província […], que se mandou suprimir pelos excessivos

[47] CASTRO ORDOÑEZ, 1863, p. 214.

[48] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 7 y 8 de octubre de 1862; LA ESPADA, 1928, p. 43-44.

gastos que, sem grandes frutos, produzia. Há, porém, devido a ela, coleções mineralógicas e etnográficas importantes e numerosas. Certamente as zoologias exigem mais constância e tempo; como a maior parte destes senhores tinham o que fazer para ser catedrático da Escola Central, não podiam se formar em quase nenhum ramo no curto tempo em que se puderam consagrá-las, viajando de férias. Também são importantes as coleções botânicas pelo número e disposição dos exemplares que as constituem, reunidos, em sua maior parte, pelos cuidados de Freyaleman. Longa tarefa tem quem queira estudar as antiguidades de todos os gêneros que encerra este Museu, não só próprias do país, senão romanas, egípcias, europeias etc., pois tudo fica facilmente à disposição do estrangeiro em países tão hospitaleiros como este.[49]

Nesses dias, Martínez se dedicou a coletar alguns moluscos, comprar peixes no mercado (garoupas, badejos, vermelhos, corcorocas, batatas, micholes, bagres e cabrinhas) e a aprender a dissecar com Auguste Bourguet, com quem foi, no dia 12, à casa do banqueiro Souto, que mantinha em sua fazenda um autêntico zoológico, onde se podia admirar "alguns leões, quatis, hienas, íbis, onças, jaguares, urubus, o rei destes, jacu, *occos*, avestruzes, faisões, jiboias, tartarugas [no original, *tartaniga*], antas, cutias, pacas, leopardos, grous-coroados, garças, cervos, gamos, gazelas" e também um elefante e uma cavalariça, além de uma coleção de macacos que não puderam ver. Com o mesmo Bourguet, realizaram, em 17 de outubro, uma excursão frutífera ao morro do Corcovado. Saíram, com o já citado Bourguet, Paz, Amor, Isern, Martínez e Espada, às três da madrugada, ascendendo por uma rua íngreme que conduzia ao morro de Santa Teresa, que alcançaram, molhados e cobertos de barro, em uma noite chuvosa em que seu único entretenimento enquanto subiam ao monte consistia em caçar insetos luminosos e perseguir com a vista o aqueduto que levava a água da Tijuca ao Rio de Janeiro. Depois de descansarem no Dois Irmãos, seguiram o caminho que o governo tinha arrumado para poder chegar à Tábua Redonda, explanada na qual tinha algumas casas e um caramanchão para poder repor as forças e, enfim, alcançaram o pico às seis da manhã, acompanhados do doutor Nadeaud, médico da fragata *Pandora* que haviam encontrado no caminho e que lhes serviu como guia especialista na flora da região. Nessa excursão ao Corcovado, recolheram amostras de "arenitos gnáissicos", "*amargas esquistosas*", coleópteros, aves, anuros, moluscos e uma abundante amostra de plantas.[50]

[49] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 15 de octubre de 1862.

[50] CASTRO ORDÓÑEZ, 1863, p. 69-70; MARTÍNEZ Y SAÉZ, 1928. 17 de octubre de 1862; LA ESPADA, 1928, p. 57-61. Carta a Adolfo Aguirre; ALMAGRO, 1866, p. 14; BARREIRO, 1926, p. 93-97. N. Trad. Não foi possível traduzir "*amargas exquisitosas*".

## A oferenda ao Imperador

No dia 20, teve lugar uma visita importante para os naturalistas da Comissão, de outro ponto de vista, que foi a que realizaram ao palácio do Imperador Pedro II. Martínez apontou em suas obras:

> Pela tarde, às cinco, fomos ver o imperador D. Pedro II, que, com pouco tempo de espera, nos recebeu a todos nós indivíduos da Comissão e a quem acompanhava o senhor Blanco. Inteirou-se do emprego e cargo de cada um, assim como do objetivo da exposição, perguntando sucessivamente a cada indivíduo. Certamente, é um homem estudioso, de vasta leitura, de bom caráter e, sobretudo, do pouco que, provavelmente, segundo o que foi dito, havia de durar tão longa viagem. O apreço que este monarca tem pelas ciências e pelos que a elas se dedicam se deixa conhecer pelo conhecimento que tem delas e o familiar que lhe são os nomes dos sábios brasileiros e estrangeiros.
> Estivemos em um salão, recém-construído, que tem, entre outras coisas, as armas da Espanha, durante duas horas, sentados, conversando em espanhol.
> O palácio é um edifício muito pouco suntuoso, de belas vistas. Alguns criados, em pouquíssimo número, servem a estes virtuosos monarcas. [51]

Castro Ordóñez deu uma notícia parecida nas páginas do periódico para o qual atuava como correspondente, acrescentando unicamente que ofereceram ao monarca um álbum de fotografias da Expedição, o qual lhe foi entregue um mês mais tarde por Isern, Espada e o fotógrafo:

> Em poucos dias de nossa chegada, a comissão teve a honra de ser recebida pelo imperador, acompanhada do ministro senhor Blanco Del Valle. O recebimento por parte de sua majestade imperial foi cordial e afetuoso; nos fez sentar, estivemos conversando, no espaço de duas horas, de variados assuntos científicos e de belas artes, ficamos encantados com sua refinada amabilidade e apreciamos sua grande instrução e vastos conhecimentos em todos os ramos que se tocaram na conversação, manifestando conhecer muito bem nossos artistas e poetas antigos e modernos. A Comissão lhe ofereceu um álbum das fotografias que estava pronto, o qual fomos os senhores dom Marcos Jiménez de La Espada e Dom Juan Isern e o que de tão longe lhes escreve presentear no dia 20 de novembro, despedindo-nos de suas majestades, o imperador e a imperatriz, pois saímos para Santa Catarina no seguinte dia para reunir-nos com nossos companheiros que estavam em dita ilha desde o dia 6.[52]

[51] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 20 de octubre de 1862. Ofício do Secretário de Estado ao Ministro de Fomento, 15 de dezembro de 1862. A. G. A., Educación, leg. cit., carp. 4.

[52] CASTRO ORDÓÑEZ, R. La expedición científica del Pacífico. *El Museo Universal*, 1863, p.53; M. Almagro (1866), *Breve descripción…*, p. 14. Ofício de Paz à Direção Geral de Instrução Pública, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1862. A. G. A., Educación, leg. cit., carp. 4.

O álbum de fotografia, encontrado faz poucos anos na Biblioteca do Rio de Janeiro, é o motivo da presente publicação e merece um pequeno alto no caminho de nossa narração. É muito curioso que inicie sua coleção com a fotografia do chefe da Esquadra, Luis Hernández Pinzón, seguida de três fotografias de Madrid: a Praça de Cibeles, em sua antiga localização com o palácio de Buenavista ao fundo, a estátua de Netuno, que na época olhava para Cibeles, e a rua Alcalá, com a igreja de Calatravas à direita, na qual, sem dúvida, vemos o estilo do seu mestre, Clifford. Ficou também nessa curiosa coleção de Pedro II uma pequena lembrança da cidade de Cádiz, de onde partiu a expedição espanhola em 1862: a Praça de San Juan de Dios, a Aduana, a Alameda de Apodaca com a igreja de Carmen e outra vista geral da Alameda, todas elas conhecidas nas coleções espanholas da Comissão Científica.

Quanto às fotografias brasileiras, nessa coleção há um interessante conjunto de fotografias do Rio de Janeiro, dentre as quais podemos encontrar as da Biblioteca, o aqueduto de Santa Teresa, o campo de Santana e o Museu de História Natural, as preciosas paisagens do Jardim Botânico, a estátua de Pedro I, o Pão de Açúcar, o Corcovado, Botafogo, o bairro de Santa Teresa, o da Glória e as mais gerais da cidade. Além dessas, encontramos um segundo conjunto da Bahia, que inclui panoramas gerais, o forte da Bahia, o passeio público, as vendedoras e os tipos humanos da cidade. Em geral, o álbum constitui uma pequena joia fotográfica da passagem da Comissão Científica do Pacífico pelo Brasil e, sem dúvida, contribui para a catalogação das coleções madrilenses que são conservadas no *Museo Nacional de Ciencias Naturales* e no *Centro de Ciencias Humanas y Sociales*, ambos do CSIC.

**Os últimos dias no Brasil: Desterro e Rio Grande do Sul**

Depois dessa visita, e estando próximo da saída da Esquadra para o Rio da Prata, o presidente da Comissão Científica enviou um ofício ao comandante geral da força naval espanhola, solicitando permissão e os meios necessários para prolongar sua estadia no Brasil, enquanto as fragatas estivessem em Montevidéu. Os termos exatos desse ofício são os seguintes:

> E. S. Esta Comissão, desejosa de cumprir da melhor maneira possível a missão a que lhe foi confiada pelo governo de Sua Majestade, sempre consultou, nos pontos em que permaneceu algum tempo, os professores e aficionado, para que a esclarecessem sobre a direção que devia tomar seus trabalhos na respectiva localidade. Já tinha notícias, pela relação das expedições científicas destinadas pelas Nações

> Estrangeiras a este país, de que, entre suas Províncias interessantes para o Naturalista, figurava a de Santa Catarina. De igual opinião, foram todas as pessoas esclarecidas desta Capital, aconselhando em consequência uma viagem a Santa Catarina e Rio Grande, que deseja empreender, se a V. Exa. fosse possível dar solução a algumas dificuldades. Deste porto, saem duas vezes por mês Vapores para Santa Catarina, um no dia 6, que chega até Montevidéu, e outro no dia 21, que vai ao Rio Grande do Sul; de sorte que a Comissão, saindo em seis de novembro, teria de aguardar e haveria de permanecer alguns dias em dita Província, em qualquer dos portos indicados ao Vapor que sai deste em 6 de dezembro e chega a Montevidéu em 14 do mesmo mês, em cuja data a Esquadra deverá estar navegando, segundo tive a honra de saber de V. Exa. Com as informações dadas, acaba que fazendo a viagem por terra, a Comissão nunca poderia chegar a Montevidéu até 10 de dezembro, mesmo prescindindo das dificuldades que oferecem as incertezas deste tipo de viagem no país. Neste estado, não pode menos a Comissão que solicitar a V.Exa. se pode facilitar transporte desde o Rio Grande até Montevidéu, de maneira conveniente para que se chegue a este ponto na época necessária aos interesses da Esquadra. Ao confirmá-lo, se faz confiante que V.Exa. procurará, como sempre, demonstrar seu zelo pelo progresso de nossos museus, assim como a distinção particular pela qual lhe honra.[53]

Os desejos da Comissão foram satisfeitos por Pinzón, que dispôs que ele mesmo daria a ordem em Montevidéu para que a goleta *Covadonga* fosse buscá-los no dia 20 de novembro, em Rio Grande, com o objetivo de que se reincorporassem a tempo na Esquadra do Pacífico. Aprovadas essas expedições a Santa Catarina e ao Rio Grande, os naturalistas dedicaram os dias seguintes para prepará-las, tirando dos buques os objetos necessários que foram levados aos hotéis em que residiam, que, no caso de Paz e Martínez, não era o mesmo em que se alojaram inicialmente, já que encontraram um que lhes oferecia maior conforto, o *Hotel des Etrangers*. Além disso, prepararam os envios dos objetos recolhidos à Espanha e visitaram o Jardim Botânico do Rio que, mais que um estabelecimento de estudo e ensino, lhes pareceu um lugar de descanso por dispor de cachoeiras naturais e lagos, formados pelas correntes de água que descendiam das montanhas próximas, situados entre bosques de bambus e rodeados de plantas ornamentais.[54]

Em 28 de outubro, enquanto as fragatas espanholas zarpavam em direção a Montevidéu, Martínez e Paz saíam no vapor *Ceres* rumo a Cabo Frio. Por indicação do capitão desse barco, se dirigiram primeiro a Macaé, onde fizeram algumas explorações de pouco resultado, o que não é estranho se pensamos que, segundo Martínez, iam sem café da manhã, sem guia, sem provisões, sem informações e sem um plano de trabalho. Em seguida, foram passear por umas ilhotas próximas a Cabo Frio, em uma das quais havia um forte, e Paz percorreu o

[53] Ofício de Paz a Pinzón, incluído em Oficio del comandante Pinzón al ministro de Marina, Rio de Janeiro, 22 de octubre de 1862. Archivo Álvaro de Bazán de la Armada Española, leg. Exped. Esc. Pacífico 1862-1864.

[54] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 24 a 28 de octubre de 1862.

terreno enquanto seu acompanhante pôde recolher algum molusco, único resultado dessa excursão que terminou com a volta para casa no dia 30. Depois dessa breve expedição, foi decidida a formação de dois grupos dentro da Comissão Científica: o primeiro, formado por Espada, Isern, Puig e Castro, devia continuar suas explorações nos arredores do Rio de Janeiro; enquanto que o segundo, em que estavam o presidente, Martínez, Amor e Almagro, estava encarregado de realizar a visita a Santa Catarina, seguindo ao Rio Grande. Por esse motivo, se acordou o empacotamento e envio de objetos, com as contas correspondentes, à Espanha, trabalho que dirigiu o secretário da Comissão, Martínez, e que lhe custou um forte enfrentamento com o chefe dos naturalistas.[55]

Da seção que havia ficado no Rio, sabemos que o botânico, acompanhado pelo fotógrafo Castro, esteve herborizando nos arredores de Petrópolis, enquanto Jiménez de La Espada e Puig aumentaram as coleções zoológicas na fazenda imperial de Santa Cruz. Castro, em suas crônicas ao *Museo Universal*, elogiou o trabalho dos naturalistas no Rio, destacando Isern que trabalhava o tempo todo sem descanso, ainda que criticasse a falta de organização mais adequada já que, entre outras coisas, se confundia o trabalho do naturalista com o de um caçador.[56]

No dia 6 de novembro de 1862, o segundo grupo de naturalistas partiu, no vapor *Tocantins*, para a ilha de Santa Catarina, situada próxima ao continente. Depois de uma travessia tranquila, chegaram no dia 8 ao porto de Desterro, após atravessar o canal em cujos lados estão assentadas as populações de São Francisco e São Miguel e no qual se encontram as Ilhas de Ratones. Martínez descreveu a cidade da seguinte maneira:

> A vila de Nossa Senhora de Desterro é bem edificada e na situação mais pitoresca, rodeada de montanhas verdosas ao Sul e ao Leste, e tendo em frente dela uma baía magnífica, em cujo fundo se descobrem as azuladas montanhas que dependem da Serra geral que segue a direção da costa do continente.
>
> As ruas são regulares e cortadas em ângulo reto; mas, em geral, não são empedradas e têm seus declives naturais. Próximo ao campo, há uma grande praça ornada com palmeiras notáveis pela grossura do tronco perto da copa. Estava fazendo exercício a tropa que se aloja no quartel próximo.
>
> No centro da vila tem uma bonita praça em anfiteatro um pouco inclinado, ao redor da qual se encontram os edifícios mais notáveis.[57]

Almagro acrescenta que essa cidade tinha de quatro a seis mil habitantes, na maioria portugueses ou brasileiros de raça branca, dedicados à exportação de carnes salgadas e couros de boi secos.[58]

[55] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 28 de octubre a 6 de noviembre de 1862.

[56] CASTRO ORDÓÑEZ, 1863, p. 53-54.

[57] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 8 de noviembre de 1862; ALMAGRO, 1866, p. 15.

[58] ALMAGRO, 1866, p. 15.

Alojados no Hotel do Vapor, único dessa população, percorreram os arredores recolhendo, já em suas primeiras saídas, insetos, aves e moluscos. No dia 11, Martínez subiu ao morro onde estava colocado o telégrafo e, entre uma vegetação exuberante de gigantescas árvores, samambaias e numerosos arbustos, descobriu "modestas casas ou cabanas cobertas de folhas de palmeira, mobiliadas com uma mesa grosseira, arcas e, às vezes, um banco ou alguns tamboretes". O alimento de seus moradores "consiste em um pouco de farinha de mandioca, carne seca e um pouco de toucinho, ao que se acrescenta caça, pesca ou leite."[59]

Assim que se encontraram em Desterro, os membros da Comissão Científica receberam o cônsul Carlos Duarte Silva, que chegou acompanhado de seu colega português e do comandante Von Hoonholt. Outro dos visitantes, o doutor Monteiro, apresentou Martínez ao doutor Fritz Müller, que lhe deu instruções para a conservação de "objetos zoológicos gelatinosos" (sal comum, alúmen e sublimado em água-ácido crômico em solução aquosa) e lhe acompanhou à praia, na qual recolheram anelídeos, zoófitos, moluscos e crustáceos. O mesmo professor lhe "fez notar um fato curioso: a reprodução por divisão das estrelas do mar."[60]

No dia 13, após os repetidos pedidos do comandante Hoonholt, fizeram uma viagem à Ilha das Vinhas, mas, tanto nesta como na praia de José Mendes, não encontraram nada, segundo comentou Martínez em seu *Diario*, no qual anotou como interessante a visita que fez pela tarde à rua do Passeio, onde pôde observar uma "*mirtácea jabuticabeira*", cujos frutos aparecem no caule e tronco (jabuticaba) e alguma palmeira interessante. Martínez dedicou a manhã seguinte para visitar, acompanhado pelo senhor Parahos, o capitão Francisco Luis de Gama Roja, que lhes falou de suas viagens, exaltando especialmente uma que havia realizado pelo estreito de Magalhães. A última excursão que realizaram antes de partir para o Rio Grande foi à freguesia da Lagoa, da qual se acercaram acompanhados pelo cônsul Carlos Duarte e um guia, que os dirigiram por um caminho que se estendia entre várzeas imensas com abundante água e espessos bosques, até chegar à casa de Francisco Antonio Viel e Manuel Antonio Núñez Viel, onde deviam passar a noite. Durante a viagem, ouviram o ruído produzido pelo grande número de batráquios que, segundo Martínez, parecia o latido de uma manada de cães de um lado e o repique de um tambor de outro. Martínez falou, na manhã seguinte, com os donos da casa sobre o progressivo empobrecimento das terras que esses cultivavam, explicando em seu *Diario* a razão dessa típica situação dos recentes cultivos brasileiros:

[59] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 11 de noviembre de 1862.

[60] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 11 y 12 de noviembre de 1862. Sobre este importante naturalista alemão, ver WEST, David A. *Fritz Müller*. A Naturalist in Brazil. Blacksburg: Pocahontas Press, 2003.

> Isso se deve ao vicioso sistema agrícola de quase todo o Brasil; despojam os matos, cortando primeiro a lenha e queimando o resto depois; sem outra preparação, fazem plantações que não tardam em empobrecer o terreno na segunda ou terceira colheita; não há, além disso, cultivos variados, nem fertilizantes, que se farão preciosos quando os bosques virgens tiverem desaparecido em parte e não seja tão abundante o terreno.[61]

Essa observação de Martínez parece bastante correta e reflete, sem dúvida, a situação da agricultura de plantações que foi seguida no Brasil num momento de escassez de capital e força de trabalho, dando lugar a uma agricultura em contínuo avanço territorial pelo esgotamento de uma terra a que se submete inadequadamente à monocultura cafeeira, buscando uma saída econômica para a débil situação brasileira com uma "fuga para frente". Depois de coletar alguns insetos, peixes e orquídeas, iniciaram a volta à fazenda, vendo no caminho como utilizavam nessa zona a arma chamada "bodoque", espécie de arco que servia para lançar bolas de argila. Pela tarde, estudaram junto de uma lagoa os efeitos do vento em extensos areais que formavam dunas móveis e recolheram nas cercanias alguns moluscos e orquídeas, com parte das quais engalanaram seus cavalos antes de voltar para descansar no hotel onde se encontravam hospedados. Nos poucos dias em que permaneceram em Santa Catarina, antes de partir para o Rio Grande, a atividade desse grupo da Comissão foi escassa, dedicando-se preferentemente à arrumação das coleções que haviam feito nesse ponto da expedição. O outro grupo de naturalistas saiu no dia 21 do Rio de Janeiro no vapor *A Emperatriz* com o objetivo de reunir-se com seus companheiros em Santa Catarina,[62] o que realizaram à meia manhã de 23 de novembro. Reunida toda a Comissão Científica do Pacífico em Desterro, passaram todos os objetos reunidos nos botes de *Achva* ao vapor *Emperatriz* para empreender de novo a viagem. Mas, atrasada a saída desse buque, os cientistas foram visitar o doutor Schutel, que lhes mostrou uma magnífica coleção de trajes de índios do Pará e os esqueletos de dois índios de Lages, sendo essa a última visita na ilha.

Saíram, enfim, no dia seguinte, no vapor já citado, ainda que em condições bastante deploráveis. Martínez relatou que era tão pequeno o espaço entre uma pessoa e outra, que iam todos enjoados, sem poder comer pelo mau cheiro e dormindo em cobertas por não haver suficientes camarotes. No dia 27 pela manhã, chegaram ao porto do Rio Grande do Sul, onde só se viam algumas casas e barcos ancorados no início do golfo da desembocadura da Lagoa dos Patos, onde, além disso, viram alguns cetáceos. Ao comprovar que a goleta *Covadonga* não havia chegado para buscá-los, decidiram desembarcar e, para tal, se dirigiram em um

[61] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 16 de noviembre de 1862.

[62] CASTRO ORDÓÑEZ, 1863, p. 54.

bote a vapor ao cais da aduana. Martínez, incômodo com essa situação e com algum de seus companheiros, anotou em seu *Diario:*

> Durante a travessia, comecei a considerar que seriam sempre inúteis estas viagens, e até impossíveis, se tinham que ser como corresponde, pela excessiva bagagem que produzem e pelo custoso que, nesse caso, têm que ser. Prescindindo, para esta consideração, dos que vinham sem corresponder à Comissão, pois esta não foi feita mais que para divertir-se e fazer compras.[63]

Uma vez instalados no Rio Grande do Sul, Martínez se dirigiu a uma visita a Federico Albuquerque, naturalista para quem levava uma recomendação do dono da pensão de Desterro. Quase imediatamente, Albuquerque saiu com parte da Comissão para explorar os arredores da cidade, constituídos de extensos areais e de zonas úmidas intercaladas, nas quais abundavam as aves aquáticas, os batráquios e alguns crustáceos. Um pouco mais tarde, o naturalista brasileiro os conduziu à sua casa, onde lhes mostrou uma magnífica coleção de mamíferos, aves, insetos, peixes e crustáceos, da qual separou alguns exemplares que ofereceu aos membros da Comissão espanhola. Depois de decidir não sair no dia seguinte, caso chegasse o barco que iria buscá-los, e, em vista de que isso não aconteceu, no dia 29, partiram Amor, Martínez, Isern, Albuquerque e seu criado para a Ilha dos Marinheiros. Parece que a excursão foi produtiva nesse ponto, comentando Martínez que a boa arrecadação de insetos também se devia estar mais avançada a estação. Além desses, recolheram numerosos crustáceos, escondidos em cavidades de inundação intermitente, e alguns peixes. Entre os costumes que Martínez destacou dos habitantes das cercanias do Rio Grande do Sul, se encontra a forma de obter água em algumas zonas, que consistia em colocar, em buracos rentes ao solo, uns cubos sem fundo que eram tapados logo que se enchiam, formando pequenas cisternas. Também lhe chamou a atenção, numa fazenda chamada "Philantropía", o costume de fazer amuletos com as escamas do rabo de lagartos de cores, que previamente eram comidos e que, segundo os nativos, tinham propriedades curativas para as doenças do peito.[64]

Antes da chegada da *Covadonga*, Amor e os demais puderam fazer ainda duas pequenas excursões, uma para a "barra" do porto do Rio Grande do Sul com o comandante Alves dos Santos, na qual não obtiveram grandes resultados; e outra, no dia 1º de dezembro, para "As Mangueiras", com Albuquerque, na qual se obteve uma colheita maior de aves e moluscos.

Na volta desta última, tiveram uma briga com Paz, que queria que tivessem ficado no Rio Grande para organizar um almoço com Albuquerque; Martínez se lamentava depois escrevendo:

[63] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 27 de noviembre de 1862.

[64] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 29 de noviembre de 1862; ALMAGRO, 1866, p. 16.

Fui para casa, onde, já que não podia dormir, me entretive em pensar no meu país e no mal que havia feito em sair dele para passar tanto desgosto.[65]

Às quatro da tarde, do dia 3 de dezembro de 1862, chegou ao Rio Grande a goleta *Covadonga*, que havia partido de Montevidéu dois dias antes por ordem do comandante geral da Esquadra do Pacífico. Castro Ordóñez comentou em suas crônicas *El Museo Universal* que foram excelentemente recebidos pelo capitão do navio, Evaristo Casariego, que os acomodou da melhor forma possível, e Martínez agregou que o buque lhes pareceu muito agradável em comparação com a fragata que até então os havia transportado, permitindo-lhes uma estadia na coberta e as refeições em conjunto com o comandante da goleta e seus oficiais.[66] A viagem até Montevidéu não foi muito agradável, porque a *Covadonga* sofreu os efeitos de um forte vento, chamado de "pampeiro", que obrigou seu comandante a contorná-lo com vela, desviando-se algumas milhas do itinerário marcado e atrasando boas horas a chegada ao porto. Essa se deu em sete de dezembro, às nove da noite, e aí começou outra etapa dessa romântica expedição ao Novo Mundo.[67]

[65] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 1 de diciembre de 1862.

[66] CASTRO ORDÓÑEZ, 1863, p. 214; MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928. 4 y 5 de diciembre de 1862.

[67] MARTÍNEZ Y SÁEZ, 1928, 4 y 5 de diciembre de 1862. Ofício de Pinzón ao ministro da Marinha, de 28 de dezembro de 1862. A. B. "Carta de Isern a Félix Borrell", *El Pabellón Médico*, v. 3, p. 451, 1863.

## Referências


ALMAGRO, M. *Breve descripción de los viajes hechos en América por la Comisión Científica enviada por el gobierno de S.M. durante los años de 1852 a 1866*. Madrid: [s.n.], 1866. Edición facsimilar de Lily Litvak en 1984, Ed. Laertes, Barcelona.

ARAGÓN, Santiago. *El zoológico del Museo de Ciencias Naturales*. Madrid: CSIC, 2005.

BARREIRO, A. J. *Historia de la Comisión Científica del Pacífico*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales, 1926.

BLANCO FERNÁNDEZ DE CALEYA, P. Los herbarios de Mutis e Isern. *Asclepio*, Madrid, v. 40, n. 1, p. 359-373, 1988.

CALATAYUD ARINERO, Mª. A. (Ed.). *Diario de Don Francisco de Paula Martínez y Sáez, miembro de la Comisión Científica del Pacífico (1862-1865)*. Madrid: CSIC, 1994.

CALATAYUD ARINERO, Mª. A. La Fotografía en la expedición del Pacífico. In: TORRES, Alejandro R. Díez et al. (ed.). *La ciencia española en Ultramar*. Madrid: Ateneo de Madrid-Doce Calles, 1991. p. 347-362.

CALATAYUD ARINERO, Mª. A.; PUIG-SAMPER, M. A. (Ed.). *Pacífico inédito, 1862-1866*. Exposición fotográfica. Barcelona: Lunwerg, 1992.

CASTRO ORDÓÑEZ, R. La expedición científica del Pacífico. *El Museo Universal*, Madrid, año 6, p. 53, 1863.

DURÁN DE LA RÚA, N. *La Unión Liberal y la modernización de la España Isabelina*. Una convivencia frustrada. Madrid, 1979.

LA ESPADA, Marcos Jiménez. *Diario da expedición al Pacífico llevada a cabo por una comisión de naturalistas españoles durante os años 1862-1866, escrita por (…), miembro que fue de la misma.* Madrid: [s.n.], 1928. Publicado por vez primera el P. Agustín Jesús Barreiro, agustino.

FONTANELLA, Lee. *Clifford en España*. Un fotógrafo en la corte de Isabel II. Madrid: El Viso, 1999.

INAREJOS MUÑOZ, J. *A. Intervencionismos coloniales y nacionalismo español*. La política exterior de la Unión Liberal y sus vínculos con la Francia de Napoleón III (1856-1868). Madrid: Sílex, 2007.

LÓPEZ-OCÓN, L.; PUIG-SAMPER, M. A. Los condicionantes políticos de la Comisión Científica del Pacífico. *Revista de Indias*, Madrid, v. 67, p. 667-682, 1987.

LÓPEZ-OCÓN, L.; PÉREZ-MONTES, C. (Ed.). *Marcos Jiménez de la Espada (1831-1898)*. Tras la senda de un explorador. Madrid: CSIC, 2000.

MARTÍNEZ Y SÁEZ, F. Diario de viaje de Francisco Martínez y Sáez, naturalista de la Comisión científica del Pacífico, 9 de septiembre de 1862, A. M. C. N. M. In: LA ESPADA, Marcos Jiménez. *Diario da expedición al Pacífico llevada a cabo por una comisión de naturalistas españoles durante os años 1862-1866, escrita por (…), miembro que fue de la misma.* Madrid: [s.n.], 1928. p. 30-31

MARTÍNEZ GALLEGO, F. A. *Conservar progresando*: la Unión Liberal (1856-1868). Valencia: Fundación Instituto de Historial Social, 2001.

MILLER, R. R. *Por la gloria y la ciencia nacional*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1983.

PUIG-SAMPER, M. A. *California a través de la lente de una expedición romântica.* Madrid: BOE, 2011.

PUIG-SAMPER, M. *A. Crónica de una expedición romántica al Nuevo Mundo*. Madrid: CSIC, 1988.

PUIG-SAMPER, M. A. La organización de la Expedición al Pacífico en 1862. Un proyecto político-científico para articular el sistema colonial español. *Quipu*, Mexico, v. 3, p. 335-448, 1986.

SAGREDO, R.; PUIG-SAMPER, M. Á. (Ed.). *Imágenes de la Comisión Científica del Pacífico en Chile.* Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2007.

VAN AKEN, J. *Pan-Hispanism*. Its Origin and Development to 1866. Berkeley: University of California Press, 1959.

WEST, D. A. *Fritz Müller*: A Naturalist in Brazil. Blacksburg: Pocahontas Press, 2003.

# Expedições científicas no Brasil: circulação de conhecimentos "internacionais" e de objetos científicos "locais" (séc. XIX)

*Heloisa Maria Bertol Domingues*
*Museu de Astronomia e Ciências Afins*

As expedições científicas, como trabalho de campo, se caracterizaram, no século XIX, por um intenso vai e vem de produtos naturais; um modo de circulação internacional de conhecimentos e saberes. Todo esse movimento representou passo significativo para a mundialização das ciências. Os objetos dissecados eram levados para os museus, do que resultou um intercâmbio científico e político-econômico e, ao mesmo tempo, gerou um corte epistemológico nas ciências naturais. As expedições da era clássica, como as classificou Michel Foucault, separavam os objetos da natureza dos sujeitos conhecedores, interpretando-os conforme a sua aparência física, seu desenho e sua composição química – a química foi uma ciência que acompanhou todo o processo de classificação dos recursos naturais.[1] Dominique Pestre tem razão ao afirmar que as ciências são internacionais porque os cientistas viajam e as ideias circulam.[2] Neste caso, não somente as ideias, mas também os objetos circulavam com os conhecimentos.

Da mesma forma as expedições representaram um meio de realizar a "transferência" dos conhecimentos do campo ao laboratório, onde os produtos seriam analisados e avalizados para depois tornarem-se comerciais – prática que ocorreu em larga escala no século XIX. Nesse sentido, as expedições estiveram no cerne do processo de colonização da terra, implicando transversalidade política e econômica das ciências.[3] As expedições científicas foram uma prática de países que visavam manter seus impérios coloniais. No Brasil, entre o final do século XVIII e o século XIX, realizaram-se inúmeras viagens que se incluem no mesmo processo.

Os estudos das expedições científicas, como trabalho de campo, são relativamente recentes na história das ciências e aparecem tanto em trabalhos que tratam da história das ciências naturais quanto e principalmente daqueles que abordam as expedições científicas como parte da agricultura e da política colonialista ou imperialista dos Estados, os quais

[1] FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966. Observe-se que o Museu Nacional do Rio de Janeiro manteve o seu laboratório de ciências físicas e químicas durante todo o século XIX e esse funcionou ainda por quase todo o século XX.

[2] PESTRE, D. Les sciences et histoire aujourd'hui. *Le Debat*, Paris, n. 102, p. 53-106, nov./déc. 1998.

[3] Sobre a transversalidade das ciências: SHINN, Terry; RAGOUET, Pascal. *Controvérsias sobre a ciência*: por uma sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: Ed. 34, 2008.

buscavam expandir sua economia, diversificando a produção de metrópoles coloniais e/ou ex-colônias (o caso do Brasil, após 1822) com a exploração de novos recursos naturais.

Desde a década de 1970, despontam trabalhos sobre a história das ciências naturais associando a sua prática à política colonialista, sendo tal prática vista como agente de exploração da terra. Mas, foi na década de 1990 que esses trabalhos sobre o tema ganharam maior relevância na área.[4] O estudo sobre a Expedição do Pacífico, tema deste livro, data de 1988, podendo ser visto como um trabalho pioneiro na história das ciências das expedições.[5] Em 1992, no congresso Science et Empire, realizado em Paris, vários trabalhos sobre o tema surgiram.[6] Em 1996, Osiris (publicação da American History of Sciences Society) dedicou um número ao trabalho de campo nas ciências – *Science in the field work.*[7]

Kuklick e Kohler, organizadores do volume de Osiris, chamaram a atenção para o fato de o trabalho de campo científico não ter tido, até há pouco tempo, atenção dos historiadores das ciências como tiveram as ciências de laboratório, mesmo com o crescimento da história social das ciências e da sociologia das ciências. No entanto, disseram eles, na Introdução, as ciências que dependem do trabalho de campo abrangem uma família enorme de especialidades tais como: agronomia, antropologia, astronomia, biogeografia, botânica, cartografia, ecologia, etologia, fisiografia, "forestry", genética, geografia, geologia, geofísica, glaciologia, hidrografia, história natural, liminologia, oceanografia, paleontologia, saúde pública, pedologia ou ciências do solo e zoologia. Contribuiu para aquele aumento de trabalhos historiográficos, segundo eles, o fato de os historiadores começarem a perceber e a criticar o enfoque sobre o alto *status* das elites, dizendo que essas ignoravam as fontes de mudança sociocultural, e se deram conta nas pesquisas que as experiências cotidianas das pessoas comuns eram fundamentais para compreender a vida de outros tempos (Kuklick e Kohler) ou outros lugares. Da mesma forma, a história da história natural começava a ser analisada na relação entre cientistas, amadores e pajés, no campo, como uma maneira de verificar as relações entre elites e culturas populares (idem, p. 2). Emergia uma ansiedade geral com respeito às transformações no meio ambiente que se faziam sentir, como as mudanças climáticas, dando nova respeitabilidade (e urgência) ao complexo problema das ciências no campo.[8] Na verdade, pode-se dizer que o agravamento dos problemas socioambientais evidenciou que as ciências no campo estão diretamente relacionadas à sobrevivência na Terra.

Esse trabalho apresenta um conjunto significativo de expedições científicas realizadas no Brasil, entre o final do século XVIII e no século XIX, como representação do internacionalismo científico imbricado no movimento de colonização da terra, que compreendia a exploração

[4] BONNEUIL, C. *From Botanical Garden to Agricultural Research Stations*: Science and French Imperial Economic Aims at the Beginning of 20th Century. Sweden: EASST joint Conference, 1992; BROCKWAY, Y. L. H. *Science and Colonial Expansion*. London: Academic Press, 1979; CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; DEAN, W. *A Botânica e a política imperial*: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil Colonial e imperial. New York: New York University, Department of History, [1993]. Cópia impressa; DOMINGUES, H. M. B. *Ciência um caso de política*: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995; DROUIN, J. M. De Linné à Darwin: les voyageurs naturalistes. In: SERRES, M. (Org.). Élements d'Histoire des Sciences. Paris: Bordas, 1989. p. 231; JARDINE, N.; SECORD, J.; SPARY, E.C. (Ed.). *Cultures of Natural History.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996; KUMAR, D. *The evolution of colonial sciences in India*: natural history and East Indian Company. London: Institute of Cmmonwealth Studies, University of London, 1989; LY-TIO-FANE, M. A recognition of topical resources during Revolutionary years: the role of Paris Museum d'Histoire Naturelle. *Archives of Natural History*, London, v. 18, p. 333-362, 1991; PUIG-SAMPER, M. A. *Cronica de una Expedición Romantica al Nuevo Mundo*: la Comisión Cientifica de Pacífico (1862-1866). Madrid: CSIC, 1988.

[5] PUIG-SAMPER, 1988.

[6] KRISHNA, V. V. The colonial «model» and the emergence of national science in India: 1876-1920. In: PETITJEAN, P. et al. (Org.). *Science and Empires*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1992. p. 57-72; OBREGON, D. Trade and the Natural Sciences in the United States of Columbia. PETITJEAN, P. et al. (Org.). *Science and Empires*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1992. p. 147-152; OSBORNE, M. The Societé Zoologique d'Aclimatation and the New French Science: sciences and political economy. PETITJEAN, P. et al. (Org.). *Science and Empires*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1992. p. 299-306. Em 2001, a Revista História, Ciências, Saúde, de Manguinhos, v.8, Suplemento, 2001, publicou um número especial dedicado às viagens científicas.

[7] KUKLICK, Henrika; KOHLER, Robert. Science in the Fiel. *Osiris*, Canton, v. 11, Serie 2, v. 2, 1996.

[8] Não se pode esquecer de que o Rio Sumit Earth foi em 1992 e, em 2012, aconteceu a Rio +20.

da terra em si e o movimento de circulação dos conhecimentos e dos objetos desse mesmo conhecimento: os produtos da terra. A importância do papel político, econômico e social das expedições científicas é inegável tanto para os países que as organizaram quanto para aqueles onde se realizaram, pois cada uma delas empreendeu um relacionamento com as populações locais e os respectivos conhecimentos sobre a natureza. À sua maneira e independentemente da especialidade de cada expedição, a etnografia foi parte do diário da viagem.

A historiografia construída ainda no século XIX considerou como marco de origem do país uma viagem exploratória: a de Pedro Álvares Cabral, em 1500. Um dos primeiros trabalhos de fôlego, tratando das viagens como explorações científicas, é o capítulo do Livro do Centenário da Independência do Brasil (publicado em 1922, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB), de autoria do historiador Rodolfo Garcia, intitulado as Expedições Científicas, onde ele reafirma o marco de origem e afirma que as expedições científicas foram fator preponderante para a formação territorial e cultural do Brasil.[9]

## As expedições científicas no Brasil

A historiografia das viagens no Brasil transcende, portanto, a recente historiografia das ciências. Além do trabalho historiográfico de Rodolfo Garcia, é preciso lembrar que a Coleção Brasiliana, iniciada nos anos de 1930, foi provavelmente a maior divulgadora brasileira de relatórios e diários de viagens científicas. Rodolfo Garcia sublinha o fato de que, até, pelo menos, o início do século XIX, as expedições foram, na sua maioria, viagens de estudos de astronomia e geografia, concomitantes à instalação de colonizadores e à criação dos primeiros povoamentos. Ele mostra que, a partir da segunda metade do século XVIII, com o Iluminismo, o governo português intensificou a exploração do reino e consequentemente das viagens de exploração às colônias. Salientou ainda o fato de que, nessa época e até 1808, as fronteiras brasileiras eram vedadas a estrangeiros. Exceção a essa legislação foi a viagem de La Condamine, organizada pela Academia de Ciências de Paris, em 1736, com a finalidade de medir o arco da terra.

Nas últimas décadas do século XVIII e do período colonial brasileiro, inseridas no contexto da política pombalina, além das expedições geográficas, contam-se expedições naturalistas ao Brasil tais como as chefiadas pelos botânicos Manuel Arruda Câmara e José Sá Bittencourt; os mineralogistas José Vieira Couto e Martin Francisco Ribeiro de Andrade; o botânico Balthazar da Silva Lisboa (especialidade em madeiras), Antonio Luiz Patrício da Silva Manso,[10] Diogo de Toledo Lara e Ordonhes (ornitologia), todos advindos

[9] GARCIA, R. História das explorações científicas. In: DICIONÁRIO Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro: IHGB, 1922. cap. 25, p. 856-910.

[10] De acordo com R. Garcia, Silva Manso escreveu a memória Enumeração das substâncias brasileiras que podem promover a catarse (Rio de Janeiro, 1836).

da Universidade de Coimbra, depois da reforma de 1771.[11] Recentemente, Ermelinda Pataca estudou essas expedições mostrando que estavam inseridas na política de exploração voltada para a agricultura colonial.[12] Ou seja, a prioridade da política de Pombal já não era apenas a demarcação do território colonial.

Dentro do mesmo movimento político, iniciado por Pombal, de estímulo às expedições científicas às Colônias, com a finalidade de incentivar a agricultura, incluem-se as muitas expedições realizadas pelo interior do Brasil, no início do século XIX. Nessa época, as ciências naturais foram institucionalizadas no país e essa política teve continuidade depois da independência. Para Rodolfo Garcia, o século XIX foi a era suntuosa da história das explorações científicas no Brasil. Diz ele que este pode ser considerado o verdadeiro "século do descobrimento do Brasil para as nações civilizadas".

Conforme assinala o mesmo autor, com a filosofia enciclopedista, o interesse pelas riquezas do solo, do subsolo e a preocupação em conhecer os numerosos grupos indígenas aguçou o interesse científico. Após o Congresso de Viena, 1815, esse interesse cresceu ainda mais com os vários Estados, autônomos, dispostos a subsidiar missões científicas, principalmente de geografia e história natural pelos lugares mais recônditos da terra, com o fim de desenvolver rotas de comércio. No mesmo movimento, insere-se a política empreendida pelo governo português na colônia, aprofundada com a vinda da corte para o Brasil em 1808. Conforme Maria Amélia Dantes, em 1808, com a vinda da corte portuguesa, que se mudou para o Brasil em função da invasão napoleônica, várias iniciativas foram tomadas por D. João VI: abertura dos portos brasileiros a estrangeiros, criação de instituições científicas, sendo as primeiras o Real Jardim Botânico (hoje Jardim Botânico do Rio de Janeiro) e as escolas superiores, a Militar e a Cirúrgica.[13] Alguns anos depois, em 1818, criou o Museu Nacional, uma instituição de ciências naturais com o objetivo de conhecer e estudar as riquezas do reino (cf. Doc. do Arquivo do MN). Em 1825, foi criada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e, em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que também organizou viagens de exploração e estudos. Essas instituições estavam engajadas na política de agricultura do país na qual a exploração dos produtos naturais nativos tanto quanto o cultivo dos exóticos foi o objetivo maior. As expedições científicas passaram a cortar o país de cima abaixo e de lado a lado. A colonização política transmudou-se em colonização da terra e dos seus recursos naturais, atingindo os homens que a habitavam e a conheciam.[14]

No início do século XIX, a abertura de vias de transporte era ainda objetivo importante das primeiras viagens.[15] Trabalhos cartográficos do interior do país resultaram dessas viagens.

[11] GARCIA, 1922, p. 879.

[12] PATACA, E. M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. 2006. Tese (Doutorado em Geociências, Educação Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

[13] DANTES, Ma. Amélia M. Institutos de Pesquisa no Brasil. In: MOTOYAMA, S.; FERRI, M. G. *História das Ciências no Brasil*. (1979/81). São Paulo: EDUSP, 1981. p. 341-380.

[14] DOMINGUES, Heloisa M. Bertol, Ciência um caso de política. As relações entre as ciências naturais e a agricultira no Brasil Império. São Paulo, FFLHCH-USP, 1995. Tese de Doutoramento.

[15] GARCIA, 1922; DOMINGUES, 1995.

Nessa época, destacaram-se expedições que abrissem caminhos que levassem para o norte do país à região Amazônica. Dentre essas, pode-se citar a de Sebastião da Silva Belford, realizada em 1809, que por ordem do Rei navegou pelo Tocantins, foi ao Pará e depois abriu caminho entre o Pará e o Maranhão, descendo para Minas Gerais. Dessa viagem, além de uma memória, foi publicado o Mapa geográfico da Capitania do Maranhão e de parte das capitanias circundantes. Entre 1808 e 1815, o engenheiro militar, Antonio Bernardino Pereira do Lago, foi designado para construir fortificações em Pernambuco. Construiu os caminhos, ligando Maranhão e Goiás, e, em 1821, em Pernambuco, realizou observações meteorológicas. Foram várias as viagens de abertura de vias fluviais de navegação entre as capitanias. Nessa época, ficaram conhecidos os trabalhos de Raimundo José da Cunha Mattos, de viagens empreendidas entre o Rio e Goiás, na década de 1820, divulgados depois no IHGB. Mas, foram as ciências naturais que concentraram os esforços de viagens no século XIX, não somente no Brasil. Entretanto, a expedição que é considerada o marco português das viagens à Amazônia foi a de Alexandre Rodrigues Ferreira, em fins do século XVIII.

Tem se dito que as expedições científicas foram uma representação forte do europeucentrismo. Para Jean Marc Drouin, as viagens científicas se inscreveram sobre um fundo de história política marcada por lutas de poderes europeus para dominar o mundo apesar de a época dos conquistadores ter terminado e a era do imperialismo ainda não ter começado. Ele falava sobre o século XVII, quando a África estava despovoada por causa do tráfico negreiro, a Ásia e o Pacífico eram palco de luta de rivalidades comerciais entre os grandes poderes da época e a América estava inteira sob a dependência de colonos de origem europeia.[16] O papel desses fatores sócio-políticos era complexo, pois a posição dos atores diante da atividade científica era variada e seguidamente contraditória.[17] Certamente que se pode pensar em diferenças entre os países colonizadores tanto do ponto de vista da "política científica" quanto da política que orientava os poderes coloniais.

Dentre as instituições brasileiras que organizaram e divulgaram expedições científicas, no século XIX, chama a atenção o papel que exerceu o Museu Nacional (1818) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). O Jardim Botânico somente em meados do século passa a dar maior importância aos produtos nativos; ele não foi criado para explorar os produtos nativos, e sim para cultivar e aclimatar os produtos exóticos, as especiarias, que dominavam o comércio internacional, no qual o reino português estava inserido.[18] Com a independência, em 1822, os produtos nativos passaram a ser mais valorizados científica e economicamente. O trabalho científico dessas instituições, como parte da política de agricultura do país, deu aos produtos naturais *status* de objetos diplomáticos, pois esses eram trocados com os países

[16] DROUIN, J. M. *Les grandes voyages scientifiques au siècle des Lumières*. Conférence présentée à l'Universidad de verano de Adeje (Tenerife), le 14 juillet 2003. Disponível em: <http://humboldt.mpiwg-berlin.mpg.de/10.drouin.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2012.

[17] DROUIN, 2003.

[18] DOMINGUES, 1995, p. 27-64.

com os quais o Brasil mantinha relações pelas legações oficiais. Esse movimento de troca de produtos, próprio da colonização, era também impulso às viagens e fazia com que tanto se buscasse cultivar produtos nativos quanto produtos exóticos.[19]

Em geral, a historiografia tem enfatizado que, no Brasil, as expedições eram "coisa de estrangeiro",[20] porém nem os agentes nem as agências organizadoras de viagens científicas foram sempre estrangeiros. O governo imperial e os provinciais tiveram um papel ativo no apoio a expedições que percorreram o Brasil no século XIX. É possível listar, ainda que incompletamente, várias expedições organizadas por instituições brasileiras e/ou seus naturalistas, cujo número praticamente suplanta as viagens estrangeiras. Ao mesmo tempo, chama à atenção a frequência com que os cientistas brasileiros acompanhavam as expedições chefiadas por estrangeiros.[21]

Por outro lado, vê-se que aquelas expedições científicas buscavam principalmente os produtos naturais, a exploração ou colonização da terra; ou seja, sua prática eram as ciências naturais nas suas diferentes especialidades, como bem mostra o quadro a seguir. O destino das expedições internamente no país foi as diferentes províncias, com predomínio às que se dirigiram ao norte amazônico e ao litoral.

Para as ciências naturais, essas expedições representaram um divisor de águas, pois alguns dos cientistas que percorreram o Brasil, no século XIX, elaboraram teorias revolucionárias, como foi o caso de Charles Darwin e de seus interlocutores Henri Bates e Alfred Russel Wallace, que permaneceram na Amazônia por nove anos. Também o opositor número um de Darwin, Louis Agassiz, veio ao Brasil para contestar a teoria da seleção natural, mas fracassou.

O quadro a seguir mostra viagens realizadas no Brasil, no século XIX, destacando os naturalistas, a data, o destino, a origem bem como os objetivos principais. Distinguem-se ainda viagens brasileiras e estrangeiras.

[19] DOMINGUES, 1995, p. 65.

[20] AZEVEDO, F. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. 2 v.

[21] Por exemplo, o engenheiro Silva Coutinho teve presença relevante na expedição Thayer, chefiada por Louis Agassiz, em 1865.

| NATURALISTA | DATA | DESTINO | OBJETIVO | ORIGEM |
|---|---|---|---|---|
| Barão de Langsdorf | 1827 | Mato Grosso | Naturalista | Rússia |
| José Saturnino da Costa Pereira | 1826 | Mato Grosso | Exploração | Brasil |
| Thomas Lindley | 1801-1805 | Bahia | História natural/ Astronomia | Inglaterra |
| John Mawe | 1807-1810 | São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais | Mineralogia / Etnografia / Madeiras | Inglaterra |
| Henry Koster | 1809-1815 | Pernambuco ao Maranhão | Agricultura/Etnografia | Inglaterra/ Portugal |
| John Luccok | 1808-1818 | Rio de Janeiro | Linguística/História | Inglaterra |
| Charles Waterton | 1812-1816 | Guiana Inglesa a Rio Branco – Pernambuco –Maranhão | História Natural (Ornitologia) | Inglaterra |
| William Swaison | 1816-1818 | Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio | Ornitologia, Entomologia (+20000 espécies) | Inglaterra |
| Alexander Caldeleugh | 1819-1821 | Sul do Brasil até Buenos Aires, Argentina | Mineralogia / Etnografia | Inglaterra |
| Wied-Neuwied | 1815-1817 | Cabo Frio, RJ, Espírito Santo a Bahia | História Natural | Áustria |
| João de Deus Mattos | 1819 | Rio de Janeiro | Objetos naturais (coleções) | Museu Nacional |
| Johann von Natterer | 1816 – 1825 | Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Amazonas | História Natural, Zoologia | Áustria, (Missão Francesa – Col. MN e Viena) |
| Friedrich Sellow | 1827 | Rio Grande do Sul e Cabo Frio, RJ, Espírito Santo a Bahia | Ornitologia | (Col. MN) Áustria, 1815: Pensionista do Império Brasileiro |
| George Freyreiss | 1813 | Cabo Frio, RJ, Espírito Santo a Bahia | História Natural | Alemanha, Áustria 1815: Pensionista do Império Brasileiro |
| William von Eschwege | 1819 | Minas Gerais, São Paulo | Geologia, Etnografia | Portugal |
| Ludwig Riedel e Adriano Taunnay | 1827, 1828 | Minas Gerais, Maranhão, Goiás | História Natural | Áustria, Brasil |
| Saint Hilaire | 1816-1822 | Rio, Minas Gerais e todo o Sul do Brasil | História Natural | França (Embaixador) |
| Hippolyte Taunay | 1816-1821 | Litoral, especialmente Bahia | Etnografia | França (Foi preparador de Cuvier) |
| Jean-Baptiste Debret | 1816-1831 | Várias províncias | Enografia/ Iconografia | França (Missão francesa) |

Continua na página 110

Continuação da página 109

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Louis de Freicinet | 1817-1820 | Litoral | Hidrografia | França |
| NATURALISTA | DATA | DESTINO | OBJETIVO | ORIGEM |
| Bourgainville | 1824-1826 | Litoral | Hidrografia | França |
| Johann Christian Mikan | 1816-1818 | Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Pará | História Natural | Áustria (Missão Imperatriz) |
| Johann Emmanuel Pohl | 1816 | Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Pará | História Natural | Áustria (Missão Francesa) |
| Giuseppe Raddi | 1816 | Pará | Botânica | Itália, (Missão Austríaca) |
| Willian Lund (maior repercussão científica) | 1825 1833 | Minas Gerais | Paleontologia | Dinamarca |
| Alcides D'Orbigny | 1826-1833 | Sai do Rio de Janeiro para visitar os países da América do Sul | História Natural, Geologia, Etnografia (Grande coleção de objetos) | Paris |
| Roque Schuch Capanema | 1929 | Minas Gerais | Objetos naturais | Alemanha, (Missão Austríaca/ Imperatriz, Museu Nac.) |
| Spix e Martius | 1821 | Do Rio de Janeiro ao Sul e à Amazônia | Botânica/ Etnografia/ Zoologia | Imperatriz/ Alemanha |
| Charles Darwin | 1831-1836 | Rio de Janeiro ao Ceará, entrando no sertão | História Natural | Inglaterra |
| Jomard | 1847 | Minas Gerais e Mato Grosso | Etnográfica | Provincial/ IHGB |
| Francis de Castelnau | 1843-1847 | Rio de Janeiro a Lima (Peru) | Objetos naturais (coleções) | Governo Francês |
| Theodoro Descourtilz | 1830 1852 | Espírito Santo Alagoas e Ceará | Objetos naturais (Coleções) Ornitologia | Museu Nacional |
| Alfredo Soyer de Gand | 1855 | Pará e Amazonas | Objetos naturais (coleções) | Ministro do Império |
| Robert Ave-Lallement | 1858 | Rio Grande do Sul | Geografia Etnografia | Alemanha |

Continua na página 111

Continuação da página 108

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Comissão Científica do Império | 1859 | Ceará | Botânica, Zoologia, Geologia, Astronomia, Geografia e Antropologia | Brasil – Governo Imperial/ IHGB Col. Museu Nacional |
| NATURALISTA | DATA | DESTINO | OBJETIVO | ORIGEM |
| Jacques Brunet | 1860 | Pará e Pernambuco | Geológica | Brasil – Museu Nacional |
| Fernando Halfeld | 1859 | Rio São Francisco | Geográfica | IHGB/Governo Imperial |
| Emmanuel Liais Ladislau Netto | 1856-1865 | Vale do São Francisco | Astronomia, Geografia, Botânica | Brasil – Governo Imperial |
| Louis Agassiz | 1865 | Amazônia e Pernambuco | Ictiologia/Geologia | EUA |
| José Vieira Couto de Magalhães | 1862 | Goiás, Mato Grosso | Etnografia / Geografia | Brasil |
| João Martins da Silva Coutinho | 1862-1866 | Amazonas | Hidrografia (Vias fluviais) | Brasil |
| Leroy Williams, P.V. Meyers, A. Bushnell | 1867 | Amazonas | História Natural | Estados Unidos (Smithsonian Institution) |
| John Casper Branner | 1875 e 1871 | Norte e Nordeste | Geologia | Estados Unidos (Comissão Geológica / Stanford Expedition |
| Charles Hartt Comissão Geológica do Império | 1875 | Rio de Janeiro à Bahia | Geológica | Governo Imperial/Museu Nacional |
| Clement Jobert | 1876 | Amazonas | Ictiológica | França/Muséum/ Brasil – Museu Nacional |
| Fritz Müller | 1876-1991 | Santa Catarina | Ornitológica e Herpetológica | Brasil – Museu Nacional |
| Carlos Schreiner | 1872 | | Objetos Naturais | Brasil – Museu Nacional |
| Herrmann Von Ihering | 1880 | | Zoológica | Brasil –Museu Nacional |
| Emilio Goeldi | 1880 | Pará | História Natural | Brasil –Museu Nacional |
| Henri A. Coudreau | 1884 e 1895-1899 | Amazônia | Geográfica | França/ Societé de Geographie |
| Karl von den Steinen | 1887 | Amazônia/ Xingu | Geográfica | Alemanha/ Sociedade de Geografia do RJ |
| Luiz Cruls | 1894 | Goiás – Planalto Central | Demarcação de limites | Brasil |

Fonte: Arquivo Museu Nacional; Rodolfo Garcia, História das Explorações Científicas.

O quadro não se pretende exaustivo, mas traz alguns resultados que chamam a atenção. Ele mostra, em primeiro lugar, que as ciências no Brasil não foram "coisa de estrangeiro". Do leque de países que exploraram cientificamente o Brasil, no século XIX, vê-se que de um total de 53 viagens arroladas, 26 delas eram brasileiras e/ou financiadas pelo governo imperial ou provincial, ou contratadas pelo Museu Nacional para explorar cientificamente o interior do país. Ao mesmo tempo, olhando a distribuição delas no tempo, percebe-se que, em meados do século XIX, há uma concentração maior de expedições que se pode chamar de brasileiras; organizadas pelo governo imperial, pelos governos provinciais, ou pelas instituições como o Museu Nacional e o IHGB. É desta época a emblemática Comissão Científica do Império. Tais dados demonstram a simetria das expedições com a política brasileira daquele período. Essa empreendia a colonização do seu próprio território, ou seja, o governo, por meio das ciências, empreendia a mesma política de exploração e expansão das fronteiras de ocupação do território que caracterizara a época da colonização política propriamente dita; o governo imperial, então, "recolonizava o Brasil".[22] O número de expedições organizadas no país deixa claro que o governo brasileiro tinha um papel ativo na exploração científica do país, portanto as ciências no Brasil não poderiam ser vistas apenas como "coisa de estrangeiro".

Ainda salientando a relação política das ciências, outro dado significativo que se depreende do quadro acima é que, em dados períodos, há uma concentração de expedições por países organizadores quando esses mantêm relações políticas estreitas com o governo imperial. Por exemplo, no início do século XIX, a Inglaterra dominava as relações políticas com o reino português e, nesse momento, envia uma série expedições de exploração às províncias de quase todo o país. Posteriormente ocorre o mesmo com a Áustria, pois o príncipe se casara com a princesa do Reino Austro-Húngaro e a própria princesa, ao vir para o Brasil, trouxe um grupo de naturalistas em missão científica, dos quais muitos permaneceram aqui. É a chamada Missão Científica que trouxe também grandes cientistas como Spix e Martius, ou outros que, financiados pelo Governo do Brasil, deixaram um grande legado científico para o país, como foi o caso de Pohl, Debret ou Radi. Capanema permaneceu trabalhando para o Imperador e depois seu filho Guilherme Schuch Capanema teve importante papel nas ciências naturais do país. Ludwig Riedel que veio com a comissão russa e teve também apoio da imperatriz permaneceu no Brasil, tendo trabalhado no Museu Nacional e, com financiamento da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, manteve um jardim botânico. Seu legado botânico foi muito importante.

[22] DOMINGUES, H. M. B. *A noção de civilização na visão dos construtores do Império*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

Os trabalhos das expedições concentraram-se nas várias especialidades das ciências naturais, o que deixa claro que o conhecimento dos produtos naturais foi o objetivo de todo aquele movimento exploratório.

## As expedições como expressão de diferentes visões da colonização – os conhecimentos tradicionais, locais

Sobre a não homogeneidade do discurso dos viajantes chamou a atenção João Pacheco de Oliveira Filho. Para ele, a análise de uma série de expedições deveria considerar suas variáveis comuns, no espaço e no tempo, isso permitiria compará-las.[23]

Um dos aspectos mais importantes comuns das expedições foi a relação que se estabeleceu com as populações locais, com sua cultura, com seus saberes. Comparando-as sob esse aspecto, pode-se ter a dimensão da colonização como intervenção não somente social, mas também nas tradições de manejo dos recursos naturais ou da cultura da terra. A interpretação que fizeram os naturalistas da sociedade indígena e dos índios que desde priscas eras conheciam a terra e detinham um vasto conhecimento sobre os seus produtos e o seu uso, sob o ponto de vista político, teve um efeito devastador, pois nessa época "colonizar" significava "civilizar", isto é, destruir ou superar a "barbárie". No entanto, sob o ponto de vista científico, as expedições ao mundo tropical tiveram por efeito teorias científicas revolucionárias, como a teoria da seleção natural de Darwin, Bates e Wallace; a introdução de numerosos produtos novos no mercado internacional, como a borracha, que pode ser vista como um símbolo do colonialismo. Introduzida na Europa por La Condamine, em 1735, as gomas no século XIX se tornaram importante elemento de estudos, sobretudo botânicos e químicos.

No final do século XIX, a borracha atingiu o seu apogeu de produção e a Amazônia se tornou o grande exportador mundial. As grandes coleções de objetos naturais e culturais reunidos graças às viagens científicas fizeram a reputação dos museus de história natural do mundo inteiro e deram grande impulso à diversidade da produção econômica.

As condições dos saberes tradicionais face aos científicos, hoje, tornaram-se um campo de conflitos sociais. Trata-se, conforme chamou a atenção Alfredo Wagner Berno de Almeida, de uma luta pela liberdade de uso dos conhecimentos tradicionais pelos próprios agentes sociais que os produzem e reproduzem, e o controle desses conhecimentos pretendido por empresas transnacionais e laboratórios de biotecnologia – um capítulo de uma "guerra ecológica", em curso.[24] Ou seja, os conhecimentos tradicionais vistos sob tal ângulo já não podem ser classificados, como no século XIX, a partir da dualidade selvagens/civilizados.

[23] PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

[24] ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos "conhecimentos tradicionais" In: ACSELRAD, Henri (Org). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relúme Dumará, 2004. p. 42.

A história das ciências começa a prestar a atenção a esse fato. Em 2010, a Revista Isis (Março de 2010) publicou um artigo de Neil Safier, discutindo a comensurabilidade dos conhecimentos "científicos europeus" face aos 'locais'. Com o título *Global Knowledge on the Move – Itineraries, Ameridian Narratives and Deep Histories of Science* (133-145), ele mostra que o problema da "comensurabilidade" do conhecimento europeu e não europeu não se aplica aos conhecimentos tradicionais. Para ele, considerando as diferenças culturais, é preciso olhar o movimento da história e, ao invés de excluir e reforçar a onipotência do conhecimento do centro imperial às expensas do local, deve-se incluir outras formas de criação do conhecimento que estão também em constante movimento. A fim de analisá-las, é preciso considerar tanto documentos históricos quanto arqueológicos e antropológicos, diz Safier.[25]

Faz pouco tempo, Levi-Strauss perguntava-se sobre a representação e o significado do que ele chamou o "pensamento selvagem": "Como esses nômades instalaram-se de um lado e de outro do hemisfério ocidental e se adaptaram a climas diferentes a tal ponto que puderam descobrir, domesticar e difundir as espécies selvagens que se transformaram em suas mãos em tabaco, feijão, mandioca, batata-doce, batata, amendoim, algodão e o milho".[26]

Sobre a reação dos naturalistas a esse "pensamento selvagem", podemos perceber as diferenças, tomando como exemplo três relatos de viagens: o de Alexandre Rodrigues Ferreira, de 1773; o de Gonçalves Dias, na Comissão Científica do Império, publicado, em princípio, em 1861; e o de Henri Coudreau, na década de 1890. São tão distantes no tempo quanto não homogêneas foram as interpretações dos conhecimentos da natureza e de costumes indígenas. Pode-se perguntar se essa reação não seria uma manifestação da posição que esses naturalistas ocupavam no campo científico e, principalmente, no social.

## Alexandre Rodrigues Ferreira e as drogas do sertão

Alexandre Rodrigues Ferreira chegou ao Pará, em 1773, em companhia dos desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim José Codina e do jardineiro-botânico, encarregado também das funções de preparador, Agostinho Joaquim do Cabo. Ali se casou, em 1792 e regressou a Portugal dois anos depois, 1794. Em 1808, quando as tropas de Junot invadiram Portugal, permaneceu no cargo de diretor do Museu d'Ajuda, negando-se a acompanhar a família real para o Brasil. Mesmo assim, a sua coleção foi pilhada e levada para o Muséum d'Histoire Naturelle de Paris, onde as amostras foram compiladas e classificadas por Geoffroy Saint-Hilaire como coleções feitas por esse em Portugal. Paradoxalmente, Saint Hillaire não ocultou a origem brasileira daquelas espécies.[27]

[25] SAFIER, Niel. Global Knowledge on the Move: Itineraries, Ameridian Narratives and Deep Histories of Science. *Isis*, Chicago, v. 101, n. 1, p. 133-145, 2010. A publicação desse artigo em Isis, a revista mais importante da história das ciências, no mundo, evidencia que ele começa a se tornar candente.

[26] LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 247.

[27] GARCIA, 1922.

Alexandre Rodrigues Ferreira viajou para o Amazonas incumbido pelo Rei de Portugal de explorar as riquezas da região e ali permaneceu por nove anos.[28] Segundo Carlos Moreira Neto, o texto da viagem ao Rio Negro expressou o caráter oficial da expedição, estando mais próximo de operações político-militares do período pombalino na Amazônia do que das viagens naturalistas.[29] Essa expedição tem sido considerada um marco na história das expedições científicas conforme sublinhou Rodolfo Garcia por ter sido, diz ele, ao mesmo tempo, uma viagem naturalista e filosófica. Segundo o decreto real, a expedição seria naturalista porque tinha a finalidade de observar, coletar, acondicionar e remeter ao Real Museu da Ajuda os produtos dos três reinos: animal, vegetal e mineral e, igualmente, seria filosófica e política, pois visava empreender observações sobre as diferentes repartições e dependências da população, da agricultura, da navegação, do comércio e manufaturas.

Esse duplo caráter da expedição certamente deu o tom ao relato de viagem. Comparado ao texto de La Condamine, o de Alexandre Rodrigues Ferreira é destituído do caráter de descoberta do Novo Mundo; ele descreveu a colonização portuguesa na região, mostrando-a como a forma de impor a cultura colonial sobre o meio local, natural e humano, que ele definia como inóspito. Descreveu a paisagem e o dia a dia das fazendas, as aldeias, as construções e arquitetura das casas e das igrejas, o que cada uma produzia, com quantos escravos podia contar, se havia índios aldeados etc.

Alexandre Rodrigues Ferreira estava preocupado em mostrar ao Rei o estado da agricultura "exótica" (no sentido literal, a que estava sendo introduzida pelos portugueses) na região percorrida, assim como as condições de "civilização" , isto é, de aldeamento, ou aculturação, em que se encontravam os índios. Ao descrever passagens por determinados lugares, fazia referência à coleta de espécies da flora, da fauna bem como de armas e utensílios dos índios que armazenava para enviar a Portugal, porém era clara a preocupação apenas com as espécies nativas que tivessem "utilidade" para exportação, como era o caso das madeiras e de alguns tipos de óleos que dela podiam extrair. Colonialista, imbuído do pensamento iluminista liberal e da missão oficial que lhe fora atribuída, Alexandre Rodrigues Ferreira estava preocupado com o desenvolvimento econômico da Amazônia e do quanto os portugueses ali estabelecidos estavam conseguindo realizar.

Fica muito claro na descrição da viagem que ele estava preocupado com a introdução e o desenvolvimento da agricultura de espécies como o anil, o linho cânhamo, ou o café, que interessava ao Rei. Foram reiterados os comentários dele sobre a situação da cultura do anil ou as experiências do plantio de suas sementes, em diversos locais. Além de descrever o estado da agricultura desses produtos, relatou a distribuição de sementes

[28] Um dos seus livros mais famosos sobre essa expedição foi editada por Emilio Goeldi no Pará no início do século XX. FERREIRA, Alexandre Rodrigues *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG, CNPq, 1983. Reedição.

[29] MOREIRA NETO, C. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG, CNPq, 1983. p. 14.

desses produtos que ia fazendo pelos lugares por onde passava. O cacau, embora produto nativo, também estava sendo explorado pelos europeus e entrou para a pauta da agricultura que preocupava o governo colonial, mas as notícias que deu sobre esse, de alguns lugares, eram desencorajadoras quanto à continuidade do cultivo, exceção foi o sul do Pará, onde a produção dava para o consumo local.

Alexandre Rodrigues Ferreira não deixou de chamar a atenção também para outras espécies nativas que haviam passado para o consumo dos portugueses, como a maniba (mandioca), muito cultivada em vários lugares da região, desde o Pará[30] até Manaus, ao longo do Rio Negro, onde fabricavam a farinha da mandioca em escala comercial.[31] Todas essas espécies interessavam-lhe na medida em que eram úteis e apresentavam potencial comercial. Quando falou das espécies nativas que se encontravam nos quintais dos portugueses, disse que, se não fosse pelos colonizadores, aquelas plantas permaneceriam arbustos silvestres. Assim teria sido com o guaraná, o urucu, o cacau, a copaíba e, mesmo, com o algodão.[32] No entanto, em algum momento fez crítica a esses cultivos, porque estava havendo abuso do negócio das "drogas do sertão" em detrimento da agricultura que interessava para a exportação.[33]

Os índios eram olhados sob o ângulo da colonização. Eram considerados parte da sociedade na medida em que estavam aculturados, isto é, que tinham sido civilizados e podiam trabalhar para os portugueses seja nas fazendas seja no fabrico de objetos comercializáveis. Na descrição que fez das "manufaturas" da região do Rio Negro, Alexandre Rodrigues Ferreira falou daqueles objetos fabricados pelos indígenas, comercializados, nas vilas, por portugueses. Dentre os produtos descritos, encontravam-se cerâmicas, redes de algodão ou maqueiras, cuias e chapéus de palha, urucu, caapiranga – serve para tintura –, guaraná, mel de engenho, aguardente de cana etc. Ou seja, os índios, na ótica do naturalista colonialista, eram socialmente considerados, se estivessem submetidos à estrutura colonial, caso contrário, na maioria das vezes, eram massacrados, como ele mesmo conta em alguma passagem do seu diário, dando razão aos massacradores. Os índios que não eram escravos, integrados às grandes propriedades de colonizadores, eram considerados "inferiores", vistos como arredios. Pela legislação dos primeiros anos do século XX, ganharam o *status* de tutelados do Estado.

## A Comissão Científica do Império

O símbolo das expedições científicas brasileiras durante o período Imperial foi a Comissão Científica do Império, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1859.[34] Motivo de blague na época, tendo sido chamada de Expedição das Borboletas, essa

[30] FERREIRA, 1983, p. 54.

[31] FERREIRA, 1983, p. 720.

[32] FERREIRA, 1983, p. 129.

[33] FERREIRA, 1983, p. 125.

[34] DOMINGUES, 1995, p. 165-168.

expedição se distinguiu por ser eminentemente científica, tendo sua importância reconhecida pela história das ciências nessa recente produção historiográfica.[35] Ela foi patrocinada pelo Imperador Pedro II, que impôs como cláusula do decreto de criação, que fosse integrada somente por naturalistas brasileiros. Distinguiu-se ainda das demais expedições da época por ter sido composta por diferentes especialistas nos diversos ramos das ciências naturais, cada um deles representado por um naturalista especializado e não apenas pelo naturalista chefe, como era comum, o que pode ser considerado como avanço em termos de organização de expedição científica para a época. Eram cinco sessões: a de Botânica, dirigida por Francisco Freire Alemão (também chefe da Expedição), a de Geologia e Mineralogia, por Guilherme Schuch Capanema, a de Zoologia por Manuel Ferreira Lagos, a de Astronomia e Geografia por Giácomo Raja Gabalia e a de Etnografia e Antropologia por Antonio Gonçalves Dias.[36] O estudo organizado recentemente por Kury, sobre essa expedição, evidencia o aspecto da expedição como obra de um coletivo de naturalistas.[37] Os instrumentos científicos de uso dos pesquisadores, inclusive os de antropologia, foram adquiridos na França.[38]

O principal objetivo da Comissão era estudar o norte e o nordeste do país, uma região castigada pela seca, mas acabou restringindo-se ao Ceará por ser a mais atingida. A preocupação com as comunicações, os transportes e os assentamentos regionais de populações interessadas no cultivo daquelas regiões ainda não conhecidas era, ao mesmo tempo, objeto político e justificativa aos estudos da geografia, astronomia e etnografia, além da botânica, geologia e zoologia.[39]

Cada uma das seções tinha objetivos específicos. Dessas, duas estavam mais diretamente voltadas para o local: a seção de botânica e a de etnografia. A seção de botânica deveria criar condições para facilitar a organização de uma infraestrutura na província para facilitar a exploração e comércio dos produtos nativos. Os produtos nativos da região seriam objeto de estudo da seção  – o estudo dos vegetais silvestres, particularmente o das árvores que fossem fornecedoras de madeiras de construção, resinas, óleos, gomas ou outro qualquer produto útil e o das plantas que fossem aproveitadas na medicina e na indústria. Eram plantas de uso indígena carregadas de conhecimentos tradicionais. As Instruções da Seção de Botânica previam ainda que fossem feitas observações sobre as especificidades regionais da botânica e da agricultura. O especialista deveria observar o aspecto geral do país quanto à sua vegetação primitiva ou secundária com relação à natureza do terreno e seus acidentes e as condições meteorológicas. Em cada localidade, deveria marcar as espécies que nasciam naturalmente com a finalidade de delinear a geografia botânica do Brasil. Enfim, "notará as matas mais ricas em madeiras de construção naval e a facilidade de extração. O estudo

[35] KURY, L. *Comissão Científica do Império, 1859-1861.* Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2008; LOPES, M. M. Mais vale um jegue que me carregue que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *Revista Ciência, Saúde, História*, Manguinhos, v. 3, p. 50-64, jun. 1996.

[36] INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*: instruções. Rio de Janeiro, 1857.

[37] KURY, 2008.

[38] Portaria de 5 de julho de 1861 (AMN, Doc. 29, Pasta 6).

[39] DOMINGUES, 1995.

dos vegetais cultivados e o sistema de cultivo adotado no país, observando a qualidade das terras, as influências atmosféricas e quantos outros acidentes forem benéficos ou nocivos à lavoura".[40] A pressão atmosférica usaria medida pela fórmula barométrica de Laplace. Previam ainda que o escoamento da produção deveria obedecer ao plano que seria traçado pela sessão de astronomia, que avaliaria a viabilidade de abrir caminhos, ligando o interior aos portos cearenses, diziam as Instruções.

A Seção de Antropologia da Comissão Científica Brasileira trabalharia o homem sob o duplo enfoque da etnografia e da antropologia. As Instruções da Seção diziam que a etnologia, com o objetivo de estudar a vida indígena, deveria "determinar os elementos que a distinguiam como raça humana, observando a sua organização, o seu caráter intelectual e moral, as suas línguas e tradições históricas a fim de assentar em suas verdadeiras bases a ciência da etnologia".[41] As mesmas Instruções diziam que deveriam ser feitas observações apuradas sobre a vida dos índios, pois poderiam render informações sobre "sua agricultura, o modo como a fazem, as plantas mais usuais da sua nutrição, as farinhas e as bebidas que delas tiram, a qualidade em que são usadas, os meios que empregam na criação dos quadrúpedes e aves, que os seguem por toda parte". Ou seja, davam grande importância aos conhecimentos tradicionais que a etnografia corroboraria.

Os organizadores da Comissão Científica não esconderam, além disso, que esses estudos eram importantes, porque "o homem genuinamente americano pode ser chamado a compartilhar da civilização, e voluntariamente prestar-se à comunhão brasileira se fossem empregados os meios consentâneos com sua índole e constituição fisiológica", conforme sublinhavam nas Instruções à Comissão Científica. A ciência que preconizavam não previa a distinção biológica da raça humana, mostrando que a etnografia buscava distinguir tanto aspectos físicos do homem como aspectos sociais. Era à nação que os índios poderiam ser chamados, se livres, fossem subordinados ao poder civilizado.

Gonçalves Dias foi nomeado chefe da Seção Etnográfica da Comissão Científica, de 1859, depois de passar vários anos na Europa, como pesquisador oficial do Brasil.[42] Segundo Raimundo Lopes, o nome de Gonçalves Dias não surgiu por acaso. Ele já havia mostrado seus conhecimentos científicos e dotes etnológicos invulgares, em *Brasil e Oceania*. Limitado logicamente às ideias do seu tempo, ele desenvolveu ali a questão da catequese, confundindo-a com o que hoje chamaríamos de proteção da cultura e dos próprios índios.[43]

*Brasil e Oceania* foi publicado na Revista do IHGB, em 1867, e consagrou Gonçalves Dias como etnógrafo. Gonçalves Dias concluiu que não se deveriam importar chineses, uma vez que esses tinham tradições culturais arraigadas, o que dificultava a civilização. Os

[40] IHGB, 1857.

[41] LAGOS, M. F. *Trabalhos da Comissão Científica*. [S.l.]: Typ. Universal Laemmert, 1862. As Instruções foram publicadas juntamente com o Relatório dos trabalhos.

[42] ROMERO, Silvio. *História da literatura*. [S.l.: s.n.], 1949. v. 5, p. 264

[43] CUNHA, Raimundo Lopes da. Gonçalves Dias e a raça americana. In: DOMINGUES, H. M. B. E ALMEIDA, A. W. B. de (Org.). *Raimundo Lopes*: dois estudos resgatados. Rio de Janeiro: Ed. Ouro Sobre Azul, 2010. p. 115. Raimundo Lopes foi etnólogo do Museu Nacional, onde estudou a obra de Gonçalves Dias, como parte dos seus estudos sobre a cultura indígena no Maranhão.

índios brasileiros, embora tivessem degenerado com a colonização, demonstravam que eram hábeis para se tornar um povo esclarecido. Contudo, não eram afeitos à escravidão. "Qualquer que fosse o sistema que para com eles se adotasse era de indeclinável necessidade que fosse baseado sob o princípio da bem entendida liberdade".[44] Deixava claro, num trabalho que respondia diretamente ao Imperador, sua posição antiescravista. Essa mesma posição Gonçalves Dias reafirmou em versos como em O Canto do Guerreiro, sempre valorizando a cultura indígena:

Aqui na floresta
Dos ventos batida,
Façanhas de bravos
Não geram escravos,
Que estimem a vida
Sem guerra e lidar.
-Ouvi-me, Guerreiros,
-Ouvi meu cantar. [45]

Gonçalves Dias, como chefe da seção de etnografia, desenhou a visão do índio pela cultura tradicional, do conhecimento da natureza que o circundava, o que conferiu visibilidade ao conhecimento dos "objetos" locais – mais um aspecto *sui generis* dessa expedição. Em 1933, Raimundo Lopes salientou essa característica da etnografia de Gonçalves Dias, analisando as estampas e as coleções que ele fez por ocasião da viagem ao Amazonas, realizada no âmbito da mesma expedição. Mostrou o quanto Gonçalves Dias valorizou os saberes, coletando "tudo o que pudesse esclarecer sobre a vida indígena": um amplo espectro de amostras de curare, objetos usados para o preparo de alimentos ou a pesca, como diversos tipos de anzóis, as zarabatanas, as tangas que usavam, destacando os desenhos e as pinturas, instrumentos musicais, como a flauta usada nas festas do Jurupari, ou tambores, remos, colares, vestes, leques de plumas, amostras de tintas, de tecidos, de fibras ou a "folhinha de pau" – instrumento que lembrava a maneira empírica de contar dos índios da Amazônia. Em relatório que deixou para o governo do Amazonas, Gonçalves Dias fez notáveis anotações etnográficas sobre a língua falada, sobre a arte das plumas pela combinação de cores e perfeição do tecido, dizendo que os mais hábeis nessa arte eram os grupos mais isolados. Falou sobre maneiras de pescar e os correspondentes instrumentos utilizados.

[44] RIHGB, v. 35, p. 5, 1867 – Brasil e Oceania foi publicado em 1909, pela Garnier, no Rio de Janeiro.

[45] DIAS, Gonçalves. Canção do Tamoio (nataléia). *Jornal de Poesia*. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/gdias01.html#tamoio>. Acesso em: 19 maio 2011.

Na análise acurada sobre a obra de Gonçalves Dias, Raimundo Lopes mostrou que o conhecimento etnológico que ele já havia demonstrado em estudos sobre a linguística e as descrições fonéticas, nas suas publicações de 1851, no Dicionário das Línguas Gerais e no Dicionário da Língua Tupi, deu-lhe a clareza da diversidade cultural. A ideia ficou mais clara na descrição dos aspectos etnográficos, que fez durante a viagem, onde valorizou os conhecimentos indígenas e as diferenças culturais, diante das circunstâncias do meio. Por exemplo, tanto falou sobre os usos do curare como mostrou que usavam o sal como antídoto desse. Ao mesmo tempo, mostrou as diferenças dos arcos de caça, dos instrumentos de pesca, pois cada espécie de peixe requeria instrumentos e práticas de pesca diferentes. Ainda no Ceará, mostrou os conhecimentos matemáticos dos índios Cariri, que usavam estatística. Ali Gonçalves Dias coletou os nós estatísticos. As viagens fizeram aflorar nele um trabalho etnográfico que valorizava o conhecimento indígena, aproximando-o do que ainda hoje é a etnografia, o que fez com que fosse visto como o primeiro etnólogo do Brasil, conforme Raimundo Lopes.[46] Gonçalves Dias foi representativo do debate sobre a questão de civilizar os índios, travado no IHGB. Tudo isto levou Raimundo Lopes a afirmar que "a característica mais notável da sua formação artística e cultural foi a sua preocupação pelo grande problema humano e nacional do indígena".[47]

Se Alexandre Rodrigues Ferreira falou dos fazeres indígenas como algo exógeno ao meio social em que viviam, à civilização ou à colonização; Gonçalves Dias, ao contrário, salientou a cultura, valorizou os objetos e neles os conhecimentos embutidos, seus usos; não mostrou figuras indígenas, como era comum para valorizar a diferença social, discutiu sobre os fazeres e os rituais. Conforme Raimundo Lopes, Gonçalves Dias teve a intuição da importância do vale amazônico e especialmente da zona inferior paraense na formação dos povos sul-americanos, ligando-os às condições naturais, à abundância de recursos de pesca, de caça etc., que favoreceram, na Amazônia, a formação de uma civilização rudimentar.

**Henri Anatole Coudreau (1859-1899)**

Dentre as muitas expedições do século XIX, aquela chefiada por Henri Coudreau pode ser considerada como o fechamento do ciclo das expedições do século XIX dos exploradores polivalentes.[48] Seu trabalho foi tanto geográfico quanto orográfico, hidrográfico, topográfico, histórico, etnográfico.[49] Entre 1883 e 1885, ele viajou pela Amazônia, pelos territórios contestados pelo Brasil e França, entre Oiapoque e Araguari, chegando a Macapá e às fronteiras da Colômbia. Entre 1887 e 1889, realizou duas missões

[46] CASTRO FARIA, Luiz de. Um sábio maranhense no Museu Nacional. In: DOMINGUES, H. M. B.; ALMEIDA, A. W. B. de (Org.). *Raimundo Lopes*: dois estudos resgatados. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010. p. 7-13.

[47] DOMINGUES; ALMEIDA, 2010.

[48] BENOIT, Sebastien. *Henri Anatole Coudreau, dernier explorateur français en Amazonie*. Paris: L'Harmattan, 2000. p. 23.

[49] BENOIT, 2000.

para o Ministério de Instrução Pública francês, na região do Maroni e Oiapoque e chegou ao monte Tumucumaque. Nessa época, recebeu suporte financeiro também da Sociedade de Geografia da França. A partir de 1895, ele passou a trabalhar para o governo do Pará e explorou vários afluentes do Amazonas: Tapajós, Xingu, Tocantins-Araguaia, Iamundá e Trombetas, nesse último, no lago Tapagem, morreu atacado de impaludismo, em 1899.

Declaradamente colonialista, Sebastien Benoit, seu biógrafo, diz que Coudreau professava um colonialismo filantrópico, tendo uma visão sentimental e entusiasta do colonialismo. De fato, Coudreau se considerava um teórico do colonialismo. Dizia-se um colonialista convicto e "grande partidário da expansão francesa". No livro *A França Equinocial*, publicado logo após a viagem pela região do contestado, criticou a política francesa na Guiana e elogiou a expansão brasileira na Amazônia. Deu relevância às relações que os brasileiros empreenderam com os índios para realizar essa expansão, dizendo que agiram cientificamente e obtiveram sucesso.[50] Referia-se ao sistema de aldeamento dos índios, que muitos no Brasil criticaram. A França, ao contrário, disse Coudreau, não estava dando a devida importância ao potencial da Guiana e à possibilidade de sua expansão. Segundo ele, o fato de haverem subestimado os índios fez com que os colonos franceses da Guiana não aprendessem os princípios da economia rural, não conhecessem a sazonalidade para plantar e colher, o que impediu o sucesso na exploração da terra e no aproveitamento dos produtos da floresta.

Para Coudreau, o sucesso da colonização residia na relação com os índios, na possibilidade de civilizá-los a partir de uma diretoria, como fizeram os brasileiros. Não era contrário à mestiçagem de colonos e índios, porém acreditava na degenerescência da raça. Mesmo assim, era preciso manter contato constante com os índios, como faziam os brasileiros com seus trabalhos científicos: linguísticos, antropológicos, etnográficos. Coudreau citou os trabalhos de Gonçalves Dias, Couto de Magalhães e outros como exemplos a serem seguidos pelos colonos franceses. O contato constante com os índios havia permitido obter informações sobre os produtos da floresta que de outra maneira teria sido impossível. Foram os índios, observou ele, que apontaram as terras mais ricas de produção da borracha, que fazia então a fortuna da elite colonial amazônica; que revelaram o uso de grande número de plantas, empregadas com sucesso pelas farmácias e tantas outras informações que "fizeram a história da conquista da Amazônia pela civilização".[51] Da conquista, surgira outro tipo de homem, mestiço e aculturado, que se distinguia dos índios, não somente pela cor, mas pelo amor à agricultura ou às indústrias. O contato e a conquista dos índios pelos europeus representavam a história da colonização, segundo Coudreau.

[50] COUDREAU, H. A. *La France Equinoxiale. Études sur les Guyanes et l'Amazonie*. Paris: Challamel Ainé Éditeur: Librairie Coloniale, 1886.

[51] COUDREAU, 1886.

Na conclusão do livro, Coudreau reafirmou sua posição colonialista. "Para nós, *coloniais*, a teoria colonial é como para meu excelente mestre, M. Drapeyron, a ciência geográfica: ela engloba tudo. Para a ciência social, ela atinge as alturas mais majestosas da filosofia; para a ciência do bem estar, quer dizer da utilização das coisas e das forças, ela desce até à economia doméstica e aos pequenos problemas das eleições municipais dos vilarejos."[52] Numa das passagens do livro, Coudreau falou de um período que permaneceu com os índios, acometido de uma febre. Observou ali a divisão do trabalho e de como realizavam certos trabalhos. No caso da rede, por exemplo, essa era tecida pelas mulheres, que também fiavam o algodão para fazê-la e, neste trabalho, levavam mais tempo. A rede em si lhes custava dois dias inteiros de trabalho. Quando a rede era tecida em desenhos coloridos levavam mais tempo para fazê-la. Os desenhos, tanto dos tecidos quanto da cerâmica, tinham traços gregos, segundo ele. Eram traços geométricos a que eles mesmos haviam chegado, pois estavam naquele lugar há séculos, observou Coudreau.

Esse livro foi apresentado por um brasileiro, amazonense, F. J. de Sant'Anna Nery, que exaltou também a colonização da Amazônia. Para ele, Coudreau, além de grande amigo do Brasil, fazia figura de verdadeiro explorador contemporâneo, dando um enorme lugar às considerações econômicas, ao modo de exploração dos produtos da floresta e da valorização dos recursos naturais retirados do solo. Por tal método, disse Nery, ele responde às preocupações do tempo presente, ele sinaliza para a França um novo e esplêndido mercado. Concluindo, Nery afirmou a percepção de Coudreau sobre os modos de colonização : "a Guiana nos mostra o que não se deve fazer para conseguir povoar a Amazônia quente". Imbuido do papel de explorador, disse Nery, Coudreau deu largo espaço às considerações econômicas, ao modo de exportação dos produtos florestais, aos recursos naturais do solo. Nery não comentou, contudo, a posição de Coudreau em relação aos índios e à propalada necessidade de diretorias para comandá-los.[53]

Na década de 1890, do trabalho de Coudreau para o governo Lauro Sodré no Pará, resultou o livro Viagem ao Tapajós, publicado no Brasil na Coleção Brasiliana, nos anos 1930.[54] Pode-se dizer que esse livro significa uma história da civilização naquela região da Amazônia, uma vez que Coudreau descreveu o meio físico e a vida dos colonos ali instalados. Falou da relação que aqueles colonos mantinham com os índios, mas não falou dos conhecimentos indígenas, e sim da maneira como eram tratados, da sua "aculturação", da forma como os grupos se relacionavam com os colonos. Coudreau termina o livro, dizendo que:

> "A ciência [no Pará] inicia nesse momento uma bela arrancada, capaz de levar o Estado a uma situação de relevo nos centros intelectuais. O Pará compromete-se seriamente com seus destinos futuros. [...] Seus habitantes sabem bem que são os senhores da grande bacia fluvial, que o clima do rei dos

[52] COUDREAU, 1886, p. 432.

[53] Sant'Anna Nery presidiu os trabalhos do Brasil para a Exposição Internacional de Paris, em 1889.

[54] COUDREAU, H. A. *Viagem ao Tapajós*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1967]. (Coleção Brasiliana, Série 5, v. 208). A edição francesa de Viagem ao Tapajós é de 1897 (Paris, A. Lahure Éditeur).

rios é clemente para com os colonos desembarcados da Europa, o que lhes faculta ser povoado por estes [...] O Tapajós das cachoeiras começou e quer continuar. Quer plantar seringueiras, criar prados artificiais para o gado [...] enquanto espera espraiar-se pelos Campos Gerais do Cururu-Caderiri."

Coudreau fazia apologia da colonização cujo ideal era transformar, ou civilizar, aquelas terras e culturas numa grande Europa. Sem deixar de reconhecer a importância dos conhecimentos indígenas sobre a região, ele apenas considerava os recursos naturais que já estavam avalizados pela ciência.

## Conclusão

Considerando que o país colonizava a si próprio, empreendendo uma política determinante de conquista do seu próprio interior, buscando por si mesmo instituir os meios de conhecer a natureza e as formas de seu aproveitamento econômico, já não se pode confundir colonização com europeucentrismo. Europeocentrismo é uma construção da historiografia do século XX e as condições de seu aparecimento devem ser analisadas no contexto de seu surgimento.

Colonização confundia-se à civilização e, como se viu, essa era o antônimo de barbárie. A ideia de civilização inscrita no movimento de mundialização dos conhecimentos, caracterizado pelo vai e vem dos produtos naturais, implicou estandardizações de pesos, medidas, horas e, principalmente para as ciências, de elementos ou substâncias componentes de qualquer produto natural, o que trouxe a rejeição dos conhecimentos tradicionais. Tudo isso pode ser considerado manifestação de poder.

A marcha da civilização, como bem chamou a atenção Eric Hobsbawn no seu livro a *Era dos Impérios*, não foi somente característica da Era dos Impérios Econômicos, mas o foi também da Era da *Ciência Moderna* no sentido de que essa foi socialmente considerada um dos pilares das mudanças, principalmente, as tecnológicas que vinham transformando a sociedade e os seus valores.[55] Esqueceu-se de dizer, no entanto, que esses pilares se construíram com os produtos tirados da terra, principalmente tirados das terras do mundo tropical, juntamente com os conhecimentos que permitiam o seu uso. O movimento das expedições científicas legou ao mundo a enorme biodiversidade do planeta, que ainda hoje é estudada e seu potencial continua a interessar cientistas e também empresários, que pautam o conhecimento sobre as plantas e seus usos e a sua produção. Na contrapartida, as expedições colonialistas e o decorrente colecionismo de objetos naturais e etnográficos representaram a dura face da expropriação cultural, que as etnociências, hoje, buscam conhecer e, principalmente, reconhecer.

[55] Quanto às ciências, afirma Hobsbawn, houve uma verdadeira revolução na visão de mundo científica que se inseria num abandono mais geral dos valores, verdades e maneiras estabelecidas. HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios*. Rio: Paz e Terra, 1988. p. 356.

## Referências


ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8, Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos "conhecimentos tradicionais" In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relúme Dumará, 2004. p. 37-56.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de (Org.). *Conhecimento tradicional e biodiversidade*: normas vigentes e propostas. 2. ed. Manaus: UFAM: UEA, 2010.

AZEVEDO, F. *As ciências no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. 2 v.

BENOIT, Sebastien. *Henri Anatole Coudreau, dernier explorateur français en Amazonie*. Paris: L'Harmattan, 2000.

BONNEUIL, C. *From Botanical Garden to Agricultural Research Stations*: Science and French Imperial Economic Aims at the Beginning of 20th Century. Sweden: EASST joint Conference, 1992.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. 1962. Disponível <http://www.colecaomossoroense.org.br/pics/historia_dacomissao_cientifica_de_exploracao.pdf.>. Acesso em: 17 jun. 2012.

BROCKWAY, Y. L. H. *Science and Colonial Expansion*. London: Academic Press, 1979.

CASTRO FARIA, Luiz de. Um sábio Maranhense no Museu Nacional. In: DOMINGUES, H. M. B.; ALMEIDA, A. W. B. de (Org.). *Raimundo Lopes*: dois estudos resgatados. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010. p. 7-13.

COUDREAU, H. A. *La France Equinoxiale. Études sur les Guyanes et l'Amazonie*. Paris: Challamel Ainé Éditeur: Librairie Coloniale, 1886.

COUDREAU, H. A. *Viagem ao Tapajós*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1967]. (Coleção Brasiliana, Série 5, v. 208).

CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CUNHA, Raimundo Lopes da. Gonçalves Dias e a raça americana. In: DOMINGUES, H. M. B. E ALMEIDA, A. W. B. de (Org.). *Raimundo Lopes*: dois estudos resgatados. Rio de Janeiro: Ed. Ouro Sobre Azul, 2010. p. 81-160.

DANTES, Ma. Amélia M. Institutos de Pesquisa no Brasil. In: MOTOYAMA, S.; FERRI, M. G. *História das Ciências no Brasil*. (1979/81). São Paulo: EDUSP, 1981. p. 341-380.

DEAN, W. *A Botânica e a política imperial*: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil Colonial e imperial. New York: New York University, Department of History, [1993]. Cópia impressa.

DIAS, Gonçalves. Canção do Tamoio (natalícia). *Jornal de Poesia*. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/gdias01.html#tamoio>. Acesso em: 19 maio 2011.

DOMINGUES, H. M. B. *Ciência um caso de política*: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DOMINGUES, H. M. B. *A noção de civilização na visão dos construtores do Império*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

DOMINGUES, H. M. B.; ALMEIDA, A. W. B. de (Org.). *Raimundo Lopes*: dois estudos resgatados. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

DROUIN, J. M. De Linné à Darwin: les voyageurs naturalistes. In: SERRES, M. (Org.). Élements d'Histoire des Sciences. Paris: Bordas, 1989. p. 231.

DROUIN, J. M. *Les grandes voyages scientifiques au siècle des Lumières*. Conférence présentée à l'Universidad de verano de Adeje (Tenerife), le 14 juillet 2003. Disponível em: <http://humboldt.mpiwg-berlin.mpg.de/10.drouin.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2012.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG, CNPq, 1983.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

GARCIA, R. História das explorações científicas. In: DICIONÁRIO Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro: IHGB, 1922. cap. 25, p. 856-910.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios*. Rio: Paz e Terra, 1988.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*: instruções. Rio de Janeiro, 1857.

JARDINE, N.; SECORD, J.; SPARY, E.C. (Ed.). *Cultures of Natural History.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LAGOS, M. F. *Trabalhos da Comissão Científica*. [S.l.]: Typ. Universal Laemmert, 1862.

LY-TIO-FANE, M. A recognition of topical resources during Revolutionary years: the role of Paris Museum d'Histoire Naturelle. *Archives of Natural History*, London, v. 18, p. 333-362, 1991.

KRISHNA, V. V. The colonial «model» and the emergence of national science in India: 1876-1920. In: PETITJEAN, P. et al. (Org.). *Science and Empires*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1992. p. 57-72.

KUKLICK, Henrika; KOHLER, Robert. Science in the Fiel. *Osiris*, Canton, v. 11, Serie 2, v. 2, 1996.

KUMAR, D. *The evolution of colonial sciences in India*: natural history and East Indian Company. London: Institute of Cmmonwealth Studies, University of London, 1989.

KURY, L. *Comissão Científica do Império*, *1859-1861.* Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LOPES, M. M. Mais vale um jegue que me carregue que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *Revista Ciência, Saúde, História*, Manguinhos, v. 3, p. 50-64, jun. 1996.

MOREIRA NETO, C. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG, CNPq, 1983. p. 14.

OBREGON, D. Trade and the Natural Sciences in the United States of Columbia. PETITJEAN, P. et al. (Org.). *Science and Empires*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1992. p. 147-152.

OSBORNE, M. The Societé Zoologique d'Aclimatation and the New French Science: sciences and political economy. PETITJEAN, P. et al. (Org.). *Science and Empires*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1992. p. 299-306.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

PATACA, E. M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. 2006. Tese (Doutorado em Geociências, Educação Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

PESTRE, D. Les sciences et histoire aujourd'hui. *Le Debat*, Paris, n. 102, p. 53-106, nov./déc. 1998.

PETITJEAN, P. et al. *Science and Empires*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1992.

PUIG-SAMPER, M. A. *Cronica de una Expedición Romantica al Nuevo Mundo*: la Comissión Cientifica de Pacífico (1862-1866). Madrid: CSIC, 1988.

REVISTA HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE. Manguinhos: v. 8, 2001. Suplemento

ROMERO, Silvio. *História da literatura*. [S.l.: s.n.], 1949. v. 5.

SAFIER, Niel. Global Knowledge on the Move: Itineraries, Ameridian Narratives and Deep Histories of Science. *Isis*, Chicago, v. 101, n. 1, p. 133-145, 2010.

SAMPAIO, T. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

SHINN, Terry; RAGOUET, Pascal. *Controvérsias sobre a ciência*: por uma sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: Ed. 34, 2008.

# As paisagens da história: viagens e passeios pelo II Império do Brasil[1]

*Janaina Zito Losada*
*Universidade Federal de Uberlândia*

A corte brasileira no II Império foi constituída por uma rede de indivíduos que, desde os tempos regenciais, articulara-se em prestígio e poder ao redor de Pedro de Alcântara. Dos primeiros ensinamentos do príncipe regente – observados cuidadosamente pelas suas aias, mordomos e preceptores e relatados aos seus familiares em Portugal – ao golpe da maioridade que o empossou em 1841, então com 15 anos, a história brasileira foi marcada pelas turbulências de uma monarquia em um país recém-independente. Da coroação de D. Pedro II ao final do seu reinado, marcado pela instauração da República e pelo exílio, a política e a sociedade no século XIX brasileiro revezaram tempos de paz e tempos de conflitos. A constituição de uma identidade nacional elitista sobrevivente das benesses da escravidão e, até os seus estertores, forjou um império de antigo tipo em plena florescência das repúblicas americanas, produzindo uma contradição inerente à modernidade oitocentista brasileira. O moderno e o antigo em terras brasileiras fizeram conviver as cidades, a ciência moderna e a senzala, experiências que se tornaram quase simbióticas.

Dizem as histórias clássicas sobre o período que a base de fundação do Império dava-se na conjugação da imensa extensão territorial, da pretensa unidade política e da desejada unidade linguística. Dificuldades à vista, a extensão territorial, imaginada vazia, estava repleta de sociedades indígenas, quilombos e incontáveis léguas de distância. O centro político fluminense sequer conhecia muito bem os problemas das distantes e diversas localidades que compunham o Brasil. A unidade linguística, desejo e construção cultural, construiu uma hegemonia na qual o esquecimento e o pitoresco se aproximavam. Não havia escolas no interior e as primeiras letras, quando muito, eram ensinadas nos salões paroquiais ou por abnegadas mulheres e homens, que construíram as primeiras escolas nas capitais das províncias ou em cidades de médio porte. Luiz Felipe de Alencastro aponta o papel da imprensa e da publicação

[1] Projeto de Pesquisa HUM012/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação/UFU – Natureza e modernidade no Brasil: os discursos da história e da historiografia. 2011-2012. Este trabalho contou com o apoio do CNPq, através da concessão de uma bolsa de pós-doutorado júnior e do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UNB.

dos discursos parlamentares que acabaram por apagar os regionalismos da linguagem. A edição de um padrão culto, polido, ilustrado plasmava assim a elite no Segundo Reinado.

Para Angela Alonso, formavam o núcleo do II Reinado, o liberalismo estamental, o catolicismo hierárquico e o indianismo romântico.[2] A *tupinização* do início do século XIX ganhou ares ilustrados e românticos e os nomes indígenas tornaram-se importante marco de inspiração para os títulos nobiliárquicos,[3] verdadeiros elementos articuladores dessa sociedade. As línguas indígenas, mais que seus portadores foram o foco da história produzida no Brasil no período.

O romantismo, como universo mental do século XIX, e seus autores urbanos proporcionaram uma leitura sobre as línguas, os atos heroicos e as paisagens naturais. O olhar do romântico matizava as paisagens e a história ao reinventar os sentidos das viagens, das ciências e das próprias experiências individuais. O Brasil, palco imenso para *viajores*, vê-se retratado por olhares formados e conformados nas ciências modernas, olhares ávidos de novidade que produziram registros de uma história e de uma viagem, registro de indivíduos e seus tempos.

O Brasil, aqui palco e paisagem, era constituído segundo as imagens da modernidade, das experiências das viagens e dos passeios ao longo do Império, das paisagens passadas, das antigas ruas das cidades, enfim, dos flashes de um Brasil antigo que retrataram uma sociedade ao mesmo tempo erudita, elitista e desigual. Aqui nos encontramos com os olhares de viajantes espanhóis que descrevem com as fotografias essa mesma sociedade que tentarei perceber pelos discursos da história.

Os discursos da história oficial apontam para a figura do imperador D. Pedro II como um homem amante das artes, patrocinador de viagens, de instituições e de historiadores, indivíduo que é historicamente personificado na própria imagem da modernidade e da nação. O sentimento dessa modernidade aponta um desejo pelas paisagens descritas nas viagens e nos passeios em terras tropicais e denota igualmente o exercício do homem de letras.

Esse exercício, suas percepções e narrativas da paisagem, presentes no pensamento histórico oficial brasileiro, que fornecem aqui um panorama possível sobre a corte e descrevem em letras os lugares e a sociedade que neste álbum encontram-se retratadas em fotografias. Discursos historiográficos, imagéticos ou literários de um tempo remoto, olhares produzidos por indivíduos de culturas distintas que deixam ver o Brasil no ano de 1862.

[2] ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *Brasil Imperial*: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3, p. 90.

[3] ALENCASTRO, Luis Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*: Império. Organizado por Luis Felipe Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 34.

O século XIX brasileiro foi um tumultuado período em que a constituição política, centralizada nas mãos de D. Pedro II, fez alternar liberais e conservadores nos ministérios e gabinetes. Tais grupos políticos foram entendidos por Emília Viotti da Costa como porta-vozes de grupos sociais bastante semelhantes, mas não menos apaixonados e violentos. Não era exatamente um conflito ideológico, pois as lutas de poder se davam, sobretudo, entre facções parentais.

O poder moderador constituía uma figura jurídica que deixava claro a permanência dos valores da sociedade do antigo regime. Para José de Alencar, ministro de justiça em 1871, o poder de D. Pedro era "como um pólipo monstruoso", invadia tudo, "desde as transcendentes questões da alta política até as rugas da pequena administração".[4]

O segundo e último imperador era descrito, por alguns observadores externos, como um homem cercado de muita simplicidade. Hector Varela[5] descreve as acomodações do paço imperial como o espelho político do império e, em 1888, ao ser recebido na corte comentou: "Mais que a soberba de um imperador, parecia aquela a modesta casa de um humilde presidente da República, sem boatos, sem pompa e sem a guarda pretoriana em frente à porta".[6] Àquela altura, Pedro era um imperador envelhecido, prestes a deixar o país. Tal relato, resgatado nas comemorações promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ocasião do seu centenário de nascimento, em 1925, repercute a imagem do intelectual sóbrio, eleito como exemplar no discurso comemorativo.

Para o escritor Joaquim Manoel de Macedo, "nas monarquias, o esplendor da majestade reflete sobre toda a nação", sendo necessário que a casa do monarca, palácio do chefe do Estado, que atraía todas as vistas, que abria "suas salas aos representantes das nações estrangeiras e a todos os cidadãos" fosse grandiosa como a ideia que representava.[7]

Segundo Lilia Moritz Schwarcz,

> Avaliar a aparência, as divisões internas, suas funções e a riqueza material dos palácios imperiais não é tarefa cômoda. As opiniões e descrições dos viajantes, diplomatas e contemporâneos e mesmo posteriores, de estudiosos são contraditórias: é comum – em especial aos estrangeiros da época – considerarem os palácios desprovidos de encantos relevantes. Outros, porém, reforçam sua imagem de solidez e requinte.[8]

[4] FORTE, José Matoso Maia. D. Pedro II: Notas próprias e alheias para uma biografia que não chegou a ser escrita. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 98, v. 152, p. 730, 1925. Também publicado no *Jornal do Commercio*, 2 dez. 1925.

[5] Alfredo Taunay também utiliza as observações de Hector Varela (1832-1891) que foi diretor do jornal *A tribuna de Buenos Aires* e autor da obra *La situacion de la República Argentina: su gobierno, su comercio y su politica*, de 1862. Ver: SABATO, Hilda. *The many and the few*: political participation in Republican Buenos Aires. Califórnia: Stanford University Press, 2001. p. 190. Também KATRA, Willian H. *The argentine generation of 1837*. London: Associate University Press, 1996. p. 336.

[6] VARELA, Hector apud FORTE, 1925, p. 655.

[7] MACEDO, Joaquim Manoel. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de J. M. Nunes de Oliveira, 1861. Tomo 1. p. 10. Cópia digitalizada do Museu Imperial.

[8] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215.

Estes discursos, sempre comparativos às experiências anteriores, também formam uma determinada imagem[9] do Imperador e de seu império. O indivíduo, descrito em sua "rara dedicação e ilibada honradez", protetor das ciências e da instrução, teria sua biografia confundida com a própria biografia da nação e sua história se confundiria com a do país durante seu longo reinado. Assim, tais discursos ufanistas, chorosos, laudatórios, exagerados, comemorativos traziam as lágrimas do imperador, comovido em homenagem a seu mestre, ensejando a publicidade da sensibilidade e da grandiosidade da sua alma imperial. A imagem pública de D. Pedro II sofreu profundas alterações ao longo do reinado e certamente a guerra com o Paraguai – entre 1864 e 1870 – em suas profundas raízes na formação da cultura nacional, alteraria a percepção e a imagem construída do monarca como atestou Lilia Moritz Schwarcz.[10] Mas isso é outra história.

Em 1914, foi publicada uma biografia de D. Pedro II, escrita pelo Visconde de Taunay, que afirmava que o paço sempre havia sido triste e severo, São Cristóvão era "a morada, não da alegria, mas do dever sereno e vigilante. Jamais nele ecoaram o estrondo das festas e as aclamações de pomposas recepções". Em plena República, elogiava a disponibilidade do mandatário imperial e atestava uma pretensa proximidade do Imperador em relação a seus súditos, o paço era para ele aberto a todos, "sem o mais leve constrangimento de etiqueta", tornava-se o refúgio de "quanta queixa levantam os vexames e a opressão dos partidos de cima, o lenitivo de imensas e inúmeras dores, o apelo nos grandes desesperos". No passado próximo, era "a consolação do mísero e humilde escravo" que desejava, "na meiguice e no sorriso bondoso do chefe da nação, uma compensação qualquer às suas angústias mortais e à sua desgraça".[11] É sem dúvida um pensamento que pairava muito distante da realidade social na urbe carioca.

Taunay deixa clara sua estreita relação com o monarca de quem fora próximo na infância devido ao fato de seu pai ter sido tutor do jovem príncipe. Orgulhou-se dessa relação e a manteve por toda a vida, chorando na morte do honorável exilado, marcando seu próprio leito com as recordações da polidez e a lembrança da grandiosidade do Imperador.

O brilhantismo do século XIX foi reivindicado em todos os aspectos. Em artigo do 1º secretário perpétuo do IHGB, publicado em 1925, os tempos de D. Pedro II significaram um grande "parênteses revolucionário" na história do país.

Muito anteriormente, em 1891, por ocasião da morte do Imperador, no *Jornal do Brasil*, é publicado um artigo afirmando que o século XIX seria o século de D. Pedro II. Essa ambivalência indivíduo/nação é marcada por símbolos que, ao longo do reinado, sofreram uma profunda simplificação no sentido de demonstrarem menos ostentação de acordo com

[9] Em outro texto, a autora aponta para a montagem de uma iconografia nacional fomentada pela Academia Nacional de Belas Artes e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. In: NOVAES, Aduto (Org.). *A crise do estado nação.* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003. p. 371.

[10] SCHWARCZ, 2003, p. 300.

[11] TAUNAY, Affonso d`Escragnolle. No Brasil Imperial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 15, 1920.

os ideais do liberalismo. Assim, Américo Jacobina Lacombe destaca a preocupação com a minoração da mordomia, com a redução de seus custos para o erário como uma constante nas cartas de D. Pedro II para o mordomo Paulo Barbosa.

José Murilo de Carvalho descreve um D. Pedro que não era anticlerical, nem beato, mas cônscio de sua própria capacidade e possibilidade de, como George Washington, fazer a República. No entanto, escolheu outro caminho, protegeu a instituição do Império e sucumbiu à sua ruína. Sofreu críticas, mas manteve-se fiel à liberdade de imprensa e de opinião. Cedeu aos golpes republicanos e refugiou-se em Paris. A trama monárquica foi, ao mesmo tempo, dramática e cômica.

Político hábil, o Imperador devotou-se à ciência e aos trâmites administrativos e burocráticos do Estado. Centralizador, construiu uma imagem de moderado e moderno, enfim, foi um intelectual robusto[12], refinado e distante, sonolento nas sátiras[13] veiculadas ao final do seu reinado. Segundo Aurélio Lopes, o mandatário possuía uma alma de bibliófilo,[14] retratando a importância da sua biblioteca para as ciências naturais.

Além das construções ufanistas dos discursos biográficos e comemorativos, podemos entender alguns dos aspectos da sociedade brasileira no século XIX e perceber os limites dos discursos e o ofuscamento do real. Os medos e silenciamentos de uma sociedade que entrava na modernidade com trens e carroções, com lampiões e senzalas, com máquinas fotográficas, museus, casarões, pontes e viagens.

Na leitura clássica de Sérgio Buarque de Holanda, há a perspectiva de que no Império o exercício do poder pessoal de D. Pedro II e seu "cuidado com pormenores da administração" não revelava uma "tendência absolutista", apontando a importância da aprovação da maioria parlamentar. O historiador afirma, emprestando o termo de Zacarias de Goes e Vasconcelos, que assim o imperador construía um "país real".[15]

A década de 1860 foi marcada pela fuga de membros do partido conservador que aderiram às fileiras liberais.[16] O discurso político fez renascer a ideia de povo, esquecida desde a Revolução em Pernambuco, em 1848,[17] e fez uso desmedido das ideias e termos relativos à razão, ao progresso e à ciência. Por outro lado, Emilia Viotti da Costa apontou como foi difícil fixar os valores liberais no seio de uma sociedade escravocrata que era bem diferente do credo moderno, das utopias das elites, e, por isso, o liberalismo aqui se tornava retórica vazia. O povo, que era reverenciado nos discursos, vivia sob um sistema de clientela e patronato, violentado nas faltas cotidianas, sujeito aos poderes pessoais da política do apadrinhamento. Tal política estabelecia uma ampla rede de relações, dependências e hierarquia, provocando diferentes resistências e acomodações no seio social.

[12] TAUNAY, 1920, p. 236.

[13] SCHWARCZ, 2003, p. 416.

[14] LOPES, Aurelio. D. Pedro II e seus livros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 96, v. 151, p. 583, 1927.

[15] HOLANDA, Sérgio (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil monárquico. Volume 3. Reações e Transações. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

[16] Liberais e conservadores foram durante os tempos da Conciliação (1852-1862) meras etiquetas, dividiram ministérios e confundiram seus discursos. COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república:* momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p. 158, 163.

[17] COSTA, 1999, p. 163.

Holanda aponta 1862 como um marco para a política imperial, já que havia uma ameaça concreta para o longo domínio dos conservadores. Na verdade, o imperador, na admiração do historiador modernista,[18] criou as condições para que tanto liberais quanto conservadores se alternassem no poder.

Neste ano, Pedro II inaugurava a estátua equestre em homenagem a seu pai, D. Pedro I. (Fotografia 28), o que, na observação de Iara Lis Carvalho Souza, inscrevia a figura do primeiro imperador no corpo da cidade e modelava, a partir dos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a imagem pública do Império.[19] Parece claro que a memória reverenciada fortalecia a ideia de continuidade monárquica e, consequentemente, de manutenção do regime.

A economia brasileira vivia um período de superávit na balança comercial, mas também esbarrava na ausência de mão de obra e na escravidão. Sérgio Buarque de Holanda, utilizando os dados de Celso Furtado, marca a cifra de 1,5 milhões de escravos.[20] Entretanto, ao resenhar a obra de Maurício Goulart *A escravidão africana no Brasil*, em 1950, apontou outra cifra – 3,6 milhões.[21] Segundo Luiz Felipe de Alencastro, a escravidão – que, em 1872, abarcava 58% da população da corte[22] – foi um compromisso que o II Império fez com o futuro – tornou-a a essência de um país independente ao incorporá-la e reinventá-la no interior do direito moderno. Desse modo, entranhada nos lares, a escravidão atravessava a vida pública e privada dos indivíduos. A historiografia tem revigorado o tema e, por meio de estudos acadêmicos desenvolvidos nas universidades brasileiras desde o final dos anos de 1980,[23] desvelado múltiplos silenciamentos.

Os defensores do Império afirmaram que D. Pedro II ficou esperando a extinção natural da escravidão depois do fim do tráfico em 1850 e da libertação dos filhos das mulheres escravas em 1871, deixando transparecer a imagem de um monarca indolente ou comprometido com o sistema escravista, mas revestido de uma bondade patética. Em defesa do Império, Berilo Neves buscou justificar as suas máculas, dizendo que, se existissem, tornar-se-iam insignificantes frente ao meio século de honestidade, justiça e patriotismo do monarca, que, para ele, era um cristão e filósofo.

Nas cartas imperiais guardadas pelo mordomo do paço, compiladas por Américo Jacobina Lacombe[24] e publicadas na década de 1990, os negros eram os escravos e escravas que ganhavam alforria para se alistarem e combaterem na guerra com o Paraguai. Assim, os escravos domésticos, os negros fugidos, os alforriados e libertos constituíram a multiplicidade de experiências vividas. (Fotografias 15 e 16).

José Murilo de Carvalho afirma que a economia agrária exportadora escravista, em sua organização social, foi relativamente simples e forneceu poucas opções de ocupação

[18] CAVALCANTE, Berenice. História e modernismo: herança cultural e civilização nos trópicos. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda*: perspectivas. São Paulo: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 139.

[19] SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*: o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831. São Paulo: Fundação Ed. Unesp, 1999. p. 353.

[20] HOLANDA, 1985, p. 304.

[21] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Africanos no Brasil. *Folha da Manhã*, São Paulo, 2 ago. 1950. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque_africanos.htm>. Acesso em: 22 dez. 2012.

[22] Segundo os dados levantados por Luis Felipe de Alencastro, a corte era constituída de 20% da população preta e 38% mulata. ALENCASTRO, 1997, p. 83. Também aponta que 50% da população masculina, branca e negra, era estrangeira. ALENCASTRO, 1997, p. 34.

[23] REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio chamado Atlântico*: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003; FRAGOSO, João Luis Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa (Ed.). *Negras imagens*: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996; REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[24] LACOMBE, Américo Jacobina L. *O mordomo do imperador.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

aos seus membros, muitos dos quais não sobreviveriam apenas com uma ocupação. Foram características desse período o crescimento da renda nacional, o desenvolvimento do comércio de manufaturas, a produção artesanal e fabril e o desenvolvimento do setor de serviços. Para o historiador, foi um ciclo de industrialização relacionado com gêneros de consumo diário que marcou uma estrutura diferenciada, em que o excedente econômico era aplicado no país, dando início, assim, ao 1º surto industrial. O autor conta: 14 bancos, 8 estradas de ferro, 62 empresas industriais, 20 companhias de navegação a vapor, 4 companhias de colonização, 3 de gás, 23 de seguros, etc. Tal industrialização também ajudou a formar uma cultura urbana com fisionomia própria, marcando nos ambientes citadinos a diferenciação social.

A tendência do pensamento historiográfico e sociológico nacional em refletir as causas e as especificidades do atraso brasileiro no processo de formação histórica busca superá-lo ao inserir o país no fluxo do progresso dominante na sociedade ocidental, como afirma Ivan de Andrade Velasco,[25] que toma de Manuel Hespanha as ideias sobre as redes *clientelares* e a *economia do Dom* que estruturaram os modos de ver, pensar e agir das sociedades. Era nesse universo intelectual, que condicionava as representações e as práticas, que as redes sociais fundaram cadeias de reciprocidade, de interdependência e poder. Direitos e deveres mútuos eram compromissos que davam consistência à ordem social, marcando o pertencimento e a coletividade dos indivíduos, e, assim, seguindo Velasco, tais redes de poder e a dinâmica dos seus rearranjos e redefinições poderiam ser analisadas por suas bases e funções.

No Brasil, tais redes foram também forjadas por medos e silenciamentos que atravessaram o império, principalmente o medo de uma possível rebelião de escravos, de uma fratura territorial e da perda de terras e pessoas nas fronteiras, sem esquecer a temível república que poderia acompanhar esses processos anteriores e estilhaçar as estruturas do Império. A república dos desejos, do intelecto do Imperador não poderia acompanhar a realidade política instituída e praticada tradicionalmente pelos senhores de terra, pelos senadores da nação e pelo próprio D. Pedro II. A contradição que aparece nos escritos privados do Imperador é pessoal. Criado na tradição europeia sua contemporânea, ele leu grandes filósofos e estadistas e, algumas vezes, inclusive se declarou republicano. Diferenciar a filosofia da realidade e viver os seus limites era quase uma função hereditária. Assim o mandatário, algumas vezes, revelou o incômodo no exercício de cargo tão árido, parecendo desejar ter sido um homem unicamente devotado a ciências e às belas letras.

Em 1865, o ministro Silveira Lobo discursava que apenas os servis e os néscios ficavam isentos do conhecimento do poder pessoal do Imperador. Anos mais tarde, o ministro Sr. Cotegipe afirmou a preponderância da Coroa sobre as demais instituições imperiais,

[25] VELASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia. *Repensando o Brasil do Oitocentos, cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 71-100.

denominando o poder moderador de poder pessoal ou também de poder ditatorial de prerrogativa real. O senador Silveira Martins afirmou em um jantar que o Senado havia "entronizado" a ignorância, respondendo apenas ao mando do monarca. Na mesma época, Lourenço de Albuquerque apontou o despotismo como uma experiência corrente no mundo da política nacional.

Por outro lado, o próprio Imperador, leitor interessado da história e dos historiadores, considerava a tirania um crime e para sustentar esta consideração resgatou Tácito e Tucídides. Tucídides pela sua imparcialidade, método, introdução e seu bom juízo. Descrevia o vigor da sua escrita e apreciava a temperança do seu estilo poético. Porém, a história de Tácito o agradou mais, desse destacou a concisão, imparcialidade e a eloquência no combate da tirania.

O monarca era uma personalidade, cujo papel social no destino da nação, exigia, segundo ensinavam as instruções redigidas pelo Marquês de Itanhaém para educação da infância do príncipe: sabedoria, bondade, justiça e humildade. Tais instruções podem ser resumidas na observação de uma ética da dignidade humana e da consciência do exercício do poder. Era necessário que o infante soubesse da alma dos povos e da vileza dos homens para bem exercer suas funções longe da tirania e da violência da espada. Assim, condenando o derramamento de sangue, ensinava ao imperador como ser o "amigo fiel dos representantes da nação e o companheiro de todas as influências e homens de bem do país".[26] Teria o menino ouvido a lição?

A harmonia entre a religião e a política também constituiu parte de suas lições diárias, que não deveriam ostentar uma erudição "estéril e prejudicial", pois o Imperador deveria compreender que o poder monárquico se limitava à observância e sujeição às leis da natureza. Um monarca, que não cuidasse de seus deveres no trono, seria vítima dos seus erros e da iniquidade dos seus ministros, afirmava a preleção.

A formação generalista do Imperador incorporou lições de matemática e de astronomia aos estudos da história e das ciências suas auxiliares – a geografia e a cronologia. Em seu ofício de fé, ao final da vida, afirmou que as disciplinas das ciências físicas e a história natural foram as de sua predileção. Outros temas foram também lidos com particular atenção como as artes do governo, o direito público internacional, a ciência da administração.[27] Desse modo, sobre a sua política educacional afirmou:

> Invariavelmente propendi para a instrução livre, havendo somente inspeção do Estado quanto a moral e a higiene, devendo pertencer a parte religiosa às famílias e aos ministros das diversas religiões. Pensei também no estabelecimento de duas universidades, uma no norte e outra no sul, com as faculdades e

[26] Instruções do marques de Itanhaém citadas em MONTEIRO, Mozart. A infância do Imperador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 98, n. 152, p. 35, 1925.

[27] FORTE, 1925, p. 727. Publicada originalmente no *Jornal do Commércio*, 28 maio 1891.

institutos necessários e, portanto apropriados às diferentes regiões, sendo o provimento das cadeiras por meio de concurso.[28]

Desejaria ele profissionalizar o Estado? Afirmou seu interesse na organização e sistematização das ciências, apoiando a formação de institutos científicos, arquivos e museus, nos quais quase sempre esteve presente, entretanto a ciência continuava a serviço de uma elite. Também o Imperador atestou seu interesse pelo desenvolvimento do Museu Nacional, bem como da instalação de escolas práticas de agricultura e zootecnia,[29] mas, no tocante ao seu desejo de criar universidades, esse falhou. Ainda assim, na política imperial, o fator de coesão da formação bacharelesca por parte dos ministros, já apontado por José Murilo de Carvalho,[30] culminava num império de letras e bacharéis.

Dom Pedro finalizou seu último texto em Cannes, em 23 de abril de 1891, confessando que "nas preocupações científicas e no constante estudo" encontrava "consolo" e preservava-se das "tempestades morais".[31]

Em 1925, na comemoração do centenário do nascimento de D. Pedro II, na Revista do IHGB, Max Fleiuss publica uma biografia do monarca, na qual reúne a opinião de vários intelectuais. Alexandre Dumas Filho escreveu sobre a predileção do imperador pelas ciências, sobretudo quando estava em viagem na Europa. Exultava: – Feliz monarca! Feliz nação![32] Vitor Hugo afirmou que o imperador vinha da linhagem de Marco Aurélio. Pasteur e Darwin saudaram o imperador como um homem sábio. Humboldt, Lund, Agassis, Gobineau, Cesare Cantu, Lamartine, poetas e cientistas que dedicaram homenagens ao imperador ao longo do seu reinado em terras brasileiras e ao longo de suas viagens. Quando estava na Europa, o monarca participava intensamente da vida intelectual, assistindo a conferências como as do matemático Charles Émile Picard e do filósofo Pierre Joseph Proudhon, estudando e observando a natureza e os povos.[33]

O imperador, que declarava seus livros como filhos queridos, compartilhou com outros de seu tempo experiências e paixões típicas da modernidade ocidental – a ciência, a leitura, a viagem, o registro, a academia e a fotografia. Essas experiências compuseram inúmeras linhas da história nacional; aqui a experiência da viagem é constituída como um laboratório para a formulação dos referentes das paisagens brasileiras e dos olhares espanhóis.

[28] ALCANTARA, D. Pedro. Cartas do exílio ao Visconde de Taunay. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 75, parte 2, p. 763, 1912.

[29] ALCANTARA, 1912, p. 765.

[30] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/O teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[31] FORTE, 1925, p. 766. Também a mesma ideia aparece em outros escritos como nas cartas escritas ao Visconde de Taunay. Ver: ALCANTARA, 1912, p. 763.

[32] FLEIUSS, Max. O imperador julgado por intelectuais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 98, n. 152, p. 960, 1925.

[33] FLEIUSS, 1925, p. 961. Também sobre este tema ver MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. José de Alencar e a organização do campo intelectual do Segundo Império. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 29, n. 2, p. 118, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl29(2)art18.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2012.

## Letras, homens e paisagens

As imagens construídas das paisagens nos trópicos representavam faces do Império e do imperador. As praças, os parques e passeios constituíam paisagens românticas onde a natureza era desenhada pelo gosto humano e para seu deleite. As observações daqueles espaços eram repletas de interesses botânicos, zoológicos e mineralógicos. As trocas intelectuais e as aproximações pontuais e, por vezes difusas, possibilitaram uma intensa circulação de ideias, marca própria do século XIX. Os encontros nas salas imperiais, nas ruas da cidade ou nas praias do Desterro[34] aproximaram tradições filosóficas e científicas. Exemplo disso foram as 29 obras recebidas do arqueólogo Basilio Sebastian Castellanos de Losada, pelo Instituto Histórico em 1862 sobre a história das populações espanholas[35]. Obras como *Um fidalgo manchego, Compendio de Arqueologia, Memorandum historial, Elementos de geografia de Espanha, Catálogo do museu de antiguidades, O cavaleiro de Madri, A órfã reconhecida* estavam presentes na lista. Oferece suas obras e tece homenagens a outros indivíduos como nos *Discursos histórico-arqueológicos sobre a origem, progresso e decadência da poesia, música e baile espanhol*, em homenagem a José Nicolas de Azara ou a obra *Memória* para Pedro Cabello y Madurga. As trocas, as viagens e os desejos antiquários aproximam homens letrados e instituições.

Acompanhando esse universo de profundo sentido civilizatório, as cidades suplantavam os campos, lugares distintos, opostos e distantes. Para Sérgio Buarque de Holanda, elas criavam experiências com os ideais de progresso e modernidade e desvelavam uma leitura romântica do passado e do futuro. O futuro passava a ser uma época de ouro para os intelectuais brasileiros e sua exaltação à cidade civilizada era um discurso corrente que permitia ao homem dominar a natureza, transformando pântanos, campos e matas em espaços domados, medidos e organizados. A cidade, então, foi produto da dominação da terra. O historiador inglês Keith Thomas afirmou existirem espaços de transição onde a organização, o engenho e o domínio mesclam a cidade à natureza.[36]

As viagens permitiam aos homens estar cada dia em um lugar diferente e, por isso seu mundo era composto de caixas, malas e incertezas. O desejo voraz pelo conhecimento, pelo entendimento do outro, pela compreensão da natureza levou-os para as mais distantes paragens. Entre cidades e campos, a aventura e o exercício da ciência exigiram que os indivíduos escrevessem relatos, descobrissem novos espécimes, organizassem coleções, registrassem por meio de pinturas e fotografias[37] as suas experiências.

[34] Ver PUIG-SAMPER, Miguel Angel. *Cronica de una Expedicion romantica al nuevo mundo*. Madrid: CSIC, 1988. p. 147. Nas praias de Desterro, atual Florianópolis, Martinez encontra com Fritz Mueller, o príncipe dos observadores alemão que desenvolveu uma intensa carreira acadêmica e muito contribuiu para as ciências naturais e para o conhecimento da biologia ou ecologia, no estudo dos organismos e suas relações com o meio ambiente. Ver CASTRO, Moacir Werneck. *O sábio e a floresta*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 83.

[35] Fundador da Academia Espanhola de Arqueologia, antiquário do Gabinete de antiguidades da Biblioteca Nacional espanhola. Ver BERDONCES, Ana Carmen Lavín. La figura de Castellanos de Losada em la arqueologia del siglo XIX. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, [s.l.], tomo 15, n. 1-2, p. 249-258, 1997. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=95921>. Acesso em: 17 jun. 2012.

[36] THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Trad. João Robert Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 293-294.

[37] TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos*: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro: Funarte, 1995.

Na tradição oral rememorada por Walter Benjamin "quem viaja tem muito que contar". Contar o que viu longe de sua casa, de outros lugares e povos. Assim, a viagem, como um estilo de vida, transformou este "que vem de longe" em narrador.[38] A história das viagens e dos viajantes é repleta de aventuras e desventuras vividas em meio à natureza dos trópicos e nas cidades brasileiras. Flora Süssekind afirma que o viajante não é qualquer tipo de visitante, pois somente ele é capaz de "fixar paisagens, descrevê-las e nomeá-las".[39]

A tradição desse tipo de escrita da história desenvolveu desejos como viajar, conhecer, contar e medir, culminando numa quantidade significativa de registros, diários, memórias, desenhos e mapas. No romantismo modernizador do século XIX, a viagem é uma das possibilidades de viver o trágico, o infinito, o outro lugar.[40] Os paradoxos intelectuais vividos estavam irremediavelmente ligados à paixão das ausências e as instituições foram marcadas pela prática e gosto do registro. As escolhas dos viajantes no registrar e depois dos historiadores na escrita das suas histórias marcam uma "estética do contraste e de polarizações"[41], que, segundo Elias Thomé Saliba, transmitiu a instabilidade do pensamento romântico.

Signo da mudança, a viagem romântica, em que Sérgio Cardoso temporaliza a realidade e reempreende a busca de seu sentido,[42] deixa ver as bravuras e medos mais comuns, as ideias mais correntes, mas também a dedicação à escrita de diários. A instabilidade, sua característica, é, para Süssekind, traduzida nas pequenas histórias, no conflito, na mudança traduzida na consolidação do Império e na dramaticidade dos testemunhos dos combates.[43] Para Nicolau Sevcenko, no século XIX, "latejam e se confrontam essas tendências díspares da razão, da paixão e do impulso místico salvacionista, [...] fundidas na figura inspirada do alucinado genial, que arrasta os povos e deflagra as forças da história, tendo como recurso de ação as convicções da ciência."[44] O outro lugar sempre permitia divisar um lugar mais adiante.

Na verdade, as viagens e as ciências, através do desenho de uma natureza exuberante, auxiliaram o Império na construção e manutenção do seu heroísmo. Assim, as paisagens panorâmicas do Império podem ser divididas entre paisagem natural e paisagem humana, como em João Cruz Costa, atravessadas pelo ecletismo das ideias que promovem a compreensão histórica do Brasil.

Também as paisagens podem ser vistas por meio das fotografias deste álbum, um olhar estrangeiro que registra ângulos diversos de uma sociedade de complexa particularidade. A reprodução das paisagens é um verdadeiro exercício de construção dos sentidos, as fotografias, o delinear das molduras, a iluminação, os ângulos, as cores imaginadas muito revelam aos olhos e aos sentimentos, tal como a leitura de um relato de viagem.

[38] Para o filósofo, a experiência comunicante do marinheiro comerciante ou do camponês sedentário, duas figuras que representam famílias de narradores tradicionais, tornou-se escassa no mundo do século XX. O terror das guerras de trincheira silenciou e empobreceu aqueles que as tinham vivido. Ver: BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*: magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 199.

[39] SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 211.

[40] GIVONE, S. O intelectual. In: FURET, F. (Dir.). *O homem romântico*. Trad. Miguel Serra Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1999. p. 199.

[41] SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. [S.l.]: Estação Liberdade, 2003.

[42] CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante. In: NOVAES, Adauto. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 359.

[43] SÜSSEKIND, 1990, p. 40.

[44] SEVCENKO, Nicolau. O paraíso revelado pela ciência ou o Dr. Langsdorff e o descobrimento russo do Brasil. In: BECHER, Hans. *O Barão Georg Heinrich von Langsdorff*. São Paulo: Ed. Dia; Brasília, DF: Ed. UnB, 1990. p. 113.

O contexto do Império no Brasil é também uma paisagem panorâmica que permite ver o que Süssekind chama de "mobilidade da troca de máscaras da corte",[45] em que a memória é tecida em crônicas cotidianas e observações, práticas ao gosto dos passeios, visitas e viagens. Máscaras necessárias a uma sociedade escravocrata construída a partir das elites e de sua forma excludente de nacionalidade, que se esquecia propositalmente dos negros, mas elevava os indígenas a uma condição idealizada pelo romantismo[46] e, desse modo, com esses esvaziamentos sentia-se moderna.

Também o Imperador foi tocado por essas ideias, uma vez que acreditou no progresso do conhecimento e discursou sobre um futuro brilhante e civilizado, destinado pela Providência. Tanto que, na inauguração da estrada de ferro fluminense no Campo da Aclamação – em março de 1858 – a modernidade da ciência e da arte encontrou-se metaforizada em seu discurso na associação entre a velocidade do caminhar do povo brasileiro e a dos trens. As paisagens registradas no percurso das viagens nos diários, memórias, desenhos, mapas e fotografias pretendiam reconhecer as riquezas, mapear a natureza, delimitar as fronteiras e trazer as paragens mais distantes para a comunidade científica e para os quadros da administração pública. A viagem, produto da investigação cuidadosa, era atravessada, no século XIX brasileiro, por um utilitarismo romântico que associava, no campo das ideias, o cientificismo e o romantismo, ideais iluministas que permaneceram e se revestiram de uma percepção do transitório. Assim havia um desejo, ao mesmo tempo moderno e acadêmico, pela expedição.

No Brasil, isso se expressou pela quantidade significativa de viagens para as mais diversas províncias patrocinadas e lidas no âmbito do Império e em suas instituições. Também é possível acompanhar, ao longo do século XIX, as viagens de muitos brasileiros e de inúmeros estrangeiros: alemães, franceses, holandeses que registraram os percursos e as paisagens nos seus relatos, à moda oitocentista, por meio dos quais podemos nos aproximar de suas experiências ou, pelo menos, daquilo que viram e escolheram registrar.

Romantismo e ilustração se mesclaram nas paisagens brasileiras, nas montanhas, arquiteturas e jardins, nas ladeiras, nos mares e nos rios. A natureza e as cidades, como substratos dessa experiência, marcaram a construção de um discurso que é imagético, mas também histórico. As viagens científicas eram tema de interesse dos jornais, dos ouvidos imperiais e dos institutos de história que circulavam por meio das instituições e das suas publicações presentes nas bibliotecas e nos livros imperiais.

A biblioteca do imperador e sua importância, como coleção, para a República foi marcada por Aurelio Lopes que, ao analisar o acervo imperial, afirmou:

[45] SÜSSEKIND, 1990, p. 223.

[46] Também OLIVERA, Lúcia Lippi. *Americanos*: representação da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 84.

> Incunábulos[47] não há na Coleção D. Thereza Christina. Nessa biblioteca, tão copiosa, formada durante tantos anos, ainda que sem preocupações especiais, certo teria de haver não poucas raridades em obras esgotadas, edições primeiras, *cimelios*, enfim, estimados dos entendidos. Mas tudo isso não será maioria. Porque, não será demais repetir, era a biblioteca de D. Pedro uma livraria de estudioso e mais própria para estudiosos. [...] Não se veja no que dizemos motivo para desvalor para a coleção. Não é somente a raridade, nem são pequenas circunstâncias extrínsecas ao livro, requintes, por assim dizer, no coligir, que possam sempre e só dar merecimento às coleções. Esse merecimento existirá, e não pequeno, onde se tenha alcançado, independentemente da minuciosidade um fim qualquer de grande utilidade.[48]

No trecho, fica claro o destaque do aspecto generalista da coleção, apontando as possibilidades de sua utilização a partir das anotações marginais que o próprio Imperador fazia em suas leituras. A Coleção Thereza Cristina é, segundo o documento, o exemplar preciso desse procedimento.

> Não se especializa acentuadamente em coisa nenhuma, não visa à preciosidade bibliográfica; mas a todos serve e raramente deixa de responder aos que a interrogam. Há na biblioteca do Imperador alguma coisa que não existe em todas, que só poderá existir em algumas; alguma coisa que é valorização, mas não está ao alcance de todos os possuidores de livros. Não depende da vontade, mas da personalidade.[49]

O que se encontra na biblioteca de um Pedro II ou de um Rui Barbosa, segundo Lopes; e que não poderia existir em outra "de um *snob* ou de um joão-ninguém nas letras" eram as anotações marginais que, em numerosos volumes, iluminavam os textos, e serviam para "fazer ou desfazer a história, para destruir a mentira ou realçar a verdade".[50]

O autor cita algumas obras que referenciam interesses e leituras do Imperador, como Gonçalves de Magalhães com a *Confederação dos Tamoios*, umas 20 obras de Camões, incluindo *Os Lusíadas*. Também obras dos seus detratores como Tito Franco de Almeida em *O Conselheiro Francisco José Furtado*. Livros de história, de poesia e de viagens, bem como obras sobre a língua Tupi, obras em hebraico e em francês, álbuns de viagens e de fotografias constituíram parte significativa de sua biblioteca. A erudição e a amplitude de interesses são marcas visíveis dos desejos pessoais e do exercício político de um imperador que se queria ilustrado, modernamente romântico e cientificamente pragmático.

[47] Sobre os incunábulos portugueses, ver o catálogo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em http://www.fl.ul.pt/biblioteca/biblioteca_digital/publicacoes/la/html/mat-digitalizado-txt.htm; também a obra: JUSTEN, Helga Maria. *Incunábulos e pós-incunábulos portugueses*. (Ca. 1438-1518): em redor do material tipográfico dos impressos portugueses. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

[48] LOPES, 1927, p. 581.

[49] LOPES, 1927, p. 582.

[50] LOPES, 1927, p. 582.

No aniversário do Imperador, em 1873 (25/12), foi inaugurado o telégrafo elétrico submarino que comunicaria a capital às províncias do norte, e que faria a prosperidade da pátria majestosa ser louvada. No discurso retórico, a eletricidade ligava as cidades mais importantes do império e a comunicação aproximaria distantes localidades. A comemoração do natalício do monarca não acontecia apenas devido à imposição constitucional, afirmou o porta-voz imperial, mas também "porque aos corações de seus súbditos tem sabido erguer um trono três vezes mais solido *só* firmado no direito do nascimento e no apoio de um exército."[51] Continua seu discurso de louvor, ao afirmar que o soberano é "venerado e acatado por um povo essencialmente monárquico", [...] "é amado por milhares de almas que nele prezam as virtudes cívicas e a bondade realçadas, mas não deslumbradas pelas pompas da realeza."[52] Parecem mais deslumbradas pelas pompas dos discursos.

É importante ter em conta que a eloquência foi, no Brasil, "um recurso de autoridade, tanto na vida política do Império quanto na própria constituição da ideia de história".[53] Discursos ornamentados e autorizados, oficializados que demonstraram os valores de suas verdades, atacaram seus opositores, inventaram e mitificaram heróis nacionais e, nesse processo, eternizaram paisagens culturais.[54]

A paisagem moralizada e metaforizada é, para Anne Cauquelin, o exercício linguístico de passar de um objeto ao universo que o incorpora. Ver a árvore pela floresta, ver o lago pelo universo. A autora observa a relação que o intelecto estabelece com o meio natural, apontando os elementos definidores da paisagem: quadro, dimensão, distância, cores. Se tomarmos as fotografias ora presentes, se poderia ver a cidade pela rua? Ou a modernidade nos Arcos da Lapa? Poderíamos ver este império elitista, escravista e autoritário? Poderíamos ver o desejo cientificista daquele que enquadrava uma paisagem? Ou então ler as escolhas de uma época? Talvez possamos ler uma ou outra escolha de alguns poucos homens?

Experiências particulares e ao mesmo tempo marcas epocais,[55] as viagens e as formas de seu registro constituem-se uma tradição moderna que veio nos círculos das ciências, da política, do comércio para alvoroçar o olhar de estrangeiro. Viajar era viver uma experiência única, cercada de uma aura que mesclava o exótico e o estranho, o medo e o desejo. Viajar era seguir uma série de instruções, era observar, coletar e conservar determinados elementos da natureza e da cultura. Tais instruções parametrizavam o olhar do viajante nos quadros de uma história intelectual que tocou os dois lados do Atlântico e aqui foi registrada pelo olhar fotográfico, ficando guardada nos quadros das mesmas instituições que apoiaram ou patrocinaram antigas viagens.

[51] Destaque da autora

[52] MACEDO, Joaquim Manoel. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 639, 1873.

[53] CÉSAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das [et. al.]. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 119.

[54] Sobre essee tema, ver MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 41.

[55] Para Hyden White, "cada uma das épocas da história cultural ocidental, então parece aprisionada num modo único específico de discurso, o que ao mesmo tempo possibilita o seu acesso à "realidade" e delimita o horizonte daquilo que pode possivelmente parecer real". WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaio sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia da Franca Neto. São Paulo: Ed. USP, 1994. p. 264.

O testemunho ocular das fotografias, registro dessas experiências em trânsito, também está presente nos registros de diários e memórias que buscam as "simples verdades" da observação, da técnica e da ciência. Podemos ler esses testemunhos em Marc Ferrez e Insley Pacheco, fotógrafos de Sua Majestade Imperial, que, como demonstra Flora Süssekind, participaram vivamente desse processo assim como Thomas Ender, Rugendas, Taunay, Hercule Florence. Para Ana Maria Mauad, exemplos disso foram os viajantes Charles Ribeynolles e Carl Von Koseritz[56] e seus relatos, observadores externos que ensinavam a figuração e a descrição do Brasil. Para Francisco Paz, era a tradição da viagem que ligava os relatos de Hans Staden e Jean de Léry aos cientistas Auguste de Saint-Hilaire, Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates, criando um inventário da América[57] traçado por europeus no século XIX. Parece importante questionar: é possível perceber esse processo também neste álbum?

O inventor ou construtor das paisagens utiliza operações retóricas de transformação da natureza em "lugares", afirma Cauquelin, e tais lugares são inventados pela tradição filosófica e cultural recebida historicamente. As dimensões do tempo e da extensão e as formas vivas são conjugadas nessa invenção.[58] Arte praticada, forma da linguagem, forma do olhar, registro de um tempo/espaço, essas paisagens são um produto, uma seleção, um instante.

As paisagens brasileiras foram importantes objetos da escrita da história no século XIX, pois, interpretadas e adaptadas aos limites das ciências, dos cânones literários e das crenças, a natureza e a cidade formaram quadros de uma topografia romântica. A captação do real foi aqui, como ensina Alain Corbin, aleatória?[59]

Nas academias, nos saraus literários, nas distantes paragens do continente americano, os discursos e práticas da natureza e da cidade geraram comportamentos cuja configuração, afirma o historiador francês, "constitui um fenômeno histórico",[60] o comportamento observador, as exigências do relato e do registro, da coleta e da conservação do material, das discussões entre distintos cavalheiros ou excêntricos cientistas.

Comportamento que se tornava público e que nem sempre, tão ilibado, agradava aos outros. A rigidez moral e religiosa, os rumores sobre os excessos e as dúvidas quanto à utilidade das expedições e comissões de viagem pairavam nas reflexões das instituições. As histórias pitorescas eram também trágicas e, muitas vezes, o empenho civilizador dessas viagens não sobreviveu à ferocidade do meio natural ou humano, marcado também por conflitos internos e traições, conforme apontam os relatos. Mas hoje algo acaba por constituir os documentos provenientes das viagens como registro de uma experiência ímpar com os espaços abertos, com o imaginário científico e com a composição de quadros e a formação de olhares. Documentos que se tornam monumentos para a escrita dessa história.

[56] MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*: Império. Organizado por Luis Felipe Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 186.

[57] PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história*: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p. 199.

[58] CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem.* Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 174

[59] CORBIN, Alain. *O território do vazio*: a praia no imaginário ocidental. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 222.

[60] CORBIN, 1989, p. 301.

## O ano de 1862: documentos e monumentos para história

Na constituição de uma paisagem possível para a história experimentada pelos cientistas integrantes da Comissão do Pacífico, escolhemos perceber algumas ideias veiculadas em uma revista de grande importância para a construção do pensamento histórico nacional, a já aqui citada Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada no Rio de Janeiro desde 1839. Circularam, nessa instituição, intelectuais, cientistas, políticos, militares, padres, homens letrados em virtudes ou armas como se dizia à época. Ao recorrer às histórias contadas no volume da Revista de 1862, podemos demonstrar as possibilidades na construção das paisagens nacionais e abordar as formas da escrita da historiografia oitocentista.

Ao lado das histórias oficiais das Revistas do IHGB, colocamos outra publicação, o *Passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manoel de Macedo. Obra destinada a outro processo de circulação, livro das crônicas do autor que circularam no Jornal do Comércio e que tornaram a história uma instigante crônica andante. Nela descreve os monumentos e paisagens da cidade e produz uma leitura da história devotada à pátria, à monumentalidade do Império e do segundo imperador.

Tal conjunto de obras e discursos se entrecruza na sede do Império, "ponto de encontro e de redistribuição da economia nacional"[61] e coração institucional da produção historiográfica que, a um só tempo, é nacional, imperial, oficial, científica e romântica.

O primeiro artigo do volume da Revista do IHGB de 1862 é escrito pelo mesmo Joaquim Manoel de Macedo e se constitui em uma memória que tem por título "Dúvidas sobre alguns pontos da história pátria". Na busca por escrever uma crítica conscienciosa e apurada, aponta dúvidas a partir das histórias que tem lido. Compreende a história da "invasão e guerra dos holandeses em Pernambuco" em sua heroicidade pasmosa aos moldes da antiguidade de Grécia e Roma, os fatos dessa guerra, que durou 24 anos, foram descritos em diversas versões e explicações. Os temas do herói e da vilania estiveram presentes nessa interpretação, a primeira dúvida é sobre a acusação de Mathias de Albuquerque, general a quem se imputa o descuido da segurança e do fortalecimento de Pernambuco, enquanto comemorava o nascimento de D. Baltazar, herdeiro do trono espanhol; em segundo lugar, coloca a glória que se atribuía a João Fernandes Vieira na defesa do Forte de São Jorge[62] e seu papel na Insurreição de 1645; a terceira razão histórica contava da deserção, dita desastrosa, de Domingos Fernandes Calabar. Contrapondo documentos e versões distintas, de diferentes autores sobre o fato, Macedo desvela outra história, ancorada nas percepções de Varnhagen, Southey, Rocha Pitta, Beuchamp entre outros. Da leitura de treze cronistas e historiadores,

[61] ALENCASTRO, 1997, p. 25.

[62] Sobre o autor ver MELLO, José Antonio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*: mestre de campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Lisboa: Centro de Estudos de História do Atlântico: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

conclui: Albuquerque teve pouco tempo e poucos meios para garantir o que o próprio reino não conseguia: fortificar e proteger o litoral; Fernandes Vieira, com um número reduzido de homens, teria tido um papel expressivo na resistência às tropas holandesas apenas na opinião do panegirista Frei Raphael de Jesus; nada conclui sobre Calabar. O texto de Macedo é uma história da história dos heroísmos e traições, cheia de equívocos, acertos e intrigas. Marcas indistintas da formação da nacionalidade. Conclui que os historiadores não poderiam inventar seus fatos e dados, apropriando-se de fontes antigas que, muitas vezes, poderiam ser os focos disseminadores do equívoco.

Seguindo esse mesmo volume da revista, temos Antonio Joaquim Ribas que estuda a navegação do Rio Paraná e seus afluentes, os rios Paraíba e o Mogi-guaçu. Esse estudo nos traz algumas paisagens e ideias dignas de nota. O estudioso afirma já em seu primeiro parágrafo que

> Neste século do vapor e da eletricidade, quanto todas as nações cultas se sujeitam a enormes sacrifícios para elevar ao maior grau de amplitude e de perfeição nos seus sistemas de viabilidade, seria um verdadeiro pleonasmo querermos demonstrar a conveniência de melhorar o nosso, que ainda se acha no estado primitivo [do] transporte nas costas de animais.[63]

Conta que, entre o rio Paraíba e a Serra do Mar, corria um imenso cafezal, cujo ritmo de produção não foi acompanhado pela construção das estradas para escoamento. Uma lástima em sua opinião.

Vencer as distâncias era mais que um desejo, constituía mesmo um pensamento que acompanhava a civilização e, segundo Ribas, "um dos principais objetos da atenção do governo imperial". Esse era o meio para ampliar a liberdade de permutas e "desenvolver a população e a indústria no vasto solo" das províncias. Só assim se aproveitariam melhor as riquezas que a providência espalhara com profusão.[64] A riqueza agrícola dependeria para ele da grandiosidade da natureza e da inteligência do trabalho humano. O sistema de viabilidade da província estava: "em vésperas de sofrer a mais profunda e benéfica revolução com a construção de dois caminhos de ferro que devem aproximar do Rio de Janeiro os municípios cafeeiros que se estendem ao longo do Paraíba e do porto de Santos".

Realizou uma proposta de construção de vias de navegação através dos rios que se intercomunicavam para aproximar as localidades entre si e entre os portos litorâneos. A proposta era ligar as províncias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e as repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Navegando pelos rios,

[63] RIBAS, Antonio Joaquim. A navegação do Paraná e seus afluentes, o Paraíba e o Mogi-guaçu, memória escrita e apresentada ao governo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 149, 1862.

[64] RIBAS, 1862, p. 151.

as populações e a indústria dos povos se fundiriam nas "amplas e férteis regiões", tomadas como ermas em grande parte. A civilização e a riqueza que a acompanhavam iriam "aquecer, iluminar e fazer medrar as povoações que aí vegetam enfezadas pela quase completa segregação da sociedade humana".[65]

Os grandes rios seriam a sequência das estradas de ferro, no sonho do homem de letras, a inteligência e a ciência fariam ainda a transposição das Sete Quedas e de outros complexos de cachoeiras menores. O limite e o termo para esse monumento do desenvolvimento estavam "de antemão marcados pela natureza",[66] ela constituía a força com que as cachoeiras impunham um ponto final aos empreendimentos. Pelo menos durante o século XIX.

Do Rio de Janeiro a Pirassununga, de Antonina a Uberaba, de Campinas a Montevidéu, esse projeto ambicioso era fundamentado em documentos de viagens e memórias escritas no século XVIII e a leitura corrente era que as únicas fronteiras eram as naturais. O estudo feito em 1856 e publicado em 1862 apontava objetivamente as florestas seculares, os campos povoados de inúmeras espécies zoológicas e as riquezas minerais que se encontravam latentes "nas entranhas da terra ou no leito dos rios." A questão era justificada pelo futuro que dependeria da exploração dos recursos naturais das regiões que esses rios banhavam. Os lucros com tal empreitada eram certos no presente e *avultadíssimos* no futuro afirmava Ribas.

Na mesma linha de descrição no 2º trimestre do ano de 1862, é publicado o diário de reconhecimento do Rio Paraguai realizado por Augusto de Leveger em 1846. Estacionado em Assunção, na margem esquerda do rio Paraguai, o capitão de fragata recebe ordens para descer o rio e reconhecer as paragens do rio Paraná e completar o reconhecimento do dito rio desde a sua foz. O Diário tem em si uma variação no formato da narrativa; a primeira parte, da ida, tem mais o formato de uma agenda, com descrições de dias, horas e atividades, bastante minuciosa, mas sem grandes comentários. No trajeto da volta, segundo o capitão, mais vagaroso, da subida do rio, seu diário é mais pausado, com algum traço de narratividade e com detalhamento de observação. "Aí encontramos os dias claríssimos, a vegetação variada e viçosa, a caça abundante, os rios piscosos, mas não se ouviu uma só onça! E os jacarés também eram poucos". Retorna a Assunção e finaliza seu relato. Da cidade, nada diz.

Dessa mesma viagem, nesse mesmo volume da Revista, foi publicado o Roteiro da Navegação. Documento diferente do diário aprofunda a observação das populações locais, descrevendo o histórico de formação das cidades, o panorama das riquezas, os detalhes das paisagens. São imagens de sua descrição as escabrosas cordilheiras, os pântanos e baixios, as altíssimas montanhas e bosques de mato virgem, a multidão de animais. Mapeia e

[65] RIBAS, 1862, p. 154.

[66] RIBAS, 1862, p. 152.

contabiliza as populações indígenas e descreve os hábitos da nação Guató, sua língua própria, sua organização social. Trabalho complexo que mescla informações geográficas, estudos linguísticos, interpretação antropológica e levantamento astronômico.[67]

Outro tempo recorrente nos estudos das histórias oitocentistas foi o século XVII. O tema nas disputas acadêmicas era a Inquisição. A igreja e seus processos crimes contra indivíduos são tema de conversação no século XIX brasileiro. O Instituto Histórico traz à luz uma documentação referente a processos inquisitoriais, orientações da coroa portuguesa na manutenção do Brasil em textos de Martinho de Mello e Castro. Ele afirma que a cultura das terras, a navegação e o comércio eram "três artigos relativos e dependentes uns dos outros", mas a ambição e a indolência, "preguiça transcendente por todo o Brasil", características apontadas por Castro como presentes no mundo colonial, ao mesmo tempo enriqueciam as sociedades com o ouro e faziam "esquecer aos habitantes daquela capitania os benefícios" da cultura.[68]

O discurso da indolência, da miséria, da falta de civilidade ou industriosidade do brasileiro foi bastante comum nos discursos intelectuais produzidos nessa Instituição. O desejo pelo moderno foi ofuscado pela realidade local, campo fértil para o estudo de teorias higienistas, tendo a cidade e as epidemias como centro, mas também campo no qual as leis e teorias do branqueamento se espalharam, com foco nas Faculdades de Medicina e Direito.[69]

A história pátria foi também tema recorrente, Couto de Magalhães, mostrando-se insatisfeito com a fala geral da "nossa" fraqueza e propensões débeis explicadas por fenômenos climáticos defende uma posição veemente. Não era por habitarmos os trópicos que seríamos cidadãos indolentes, afirmava. Defendeu que o clima não se relacionava com os humores humanos, não sendo tão decisivo como alguns afirmavam. Sua profissão de fé é o incerto futuro. Conclui: "Creio que o destino de um povo não está sujeito ao maior ou menor grau de calor que possa existir na atmosfera".[70] Nem o clima, nem a natureza física traçariam os caminhos dos homens; para ele, a marcha de um povo estava ligada aos desejos da Providência, sendo a história o testemunho dessa verdade.

Atestou também que seu texto era prova e testemunho do processo histórico das reações contra os impostos vividas no século XVIII na província de Minas Gerais e que os revoltosos que as promoveram eram os precursores da aurora. Ensinou que, quando a luta era real, suas causas precisariam ser estudadas profundamente para encontrar "no fundo uma chaga real" determinante de tal "comoção". Os homens não sacrificariam suas vidas apenas para seguir palavras, acreditava. A força era uma arma de última opção, mas, "quando uma nação levanta-se para recorrer à força, quando se delibera a trocar a cômoda paz pelas ásperas oscilações da guerra",[71] era porque a paz valia bem menos que a guerra.

[67] O documento é acompanhado por uma Tábua de Longitudes que utiliza como parâmetro a cidade de Paris.

[68] CASTRO, Martinho de Melo e. Instrucções a Luiz de Vasconcelos acerca do governo do Brasil. 27/jan./1779. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 480, 1862.

[69] Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 150.

[70] MAGALHÃES, J. V. Couto de. Um episódio da história pátria [1720]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 25, p. 516, 1862.

[71] PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. A carioca: memória histórica e documentada. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 25, p. 528, 1862. Sobre o autor, sua biografia e bibliografia, ver MELO, Carlos Augusto de. As histórias literárias do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e o cânone literário brasileiro. *Terra Roxa e outras terras*: Revista de Estudo Literário, Londrina, v. 9, p. 1-124, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/pos/letras/terraroxa>. Acesso em: 31 ago. 2011.

A história das lutas que era narrada pelo letrado, esse pacífico burguês, que se pretende mártir sem nunca ter lutado, foi escrita a partir das amplificações que ele encontrava no seu repertório erudito e retórico. A obra histórica deveria ser uma obra de arte, para tanto, dizia Magalhães, não bastavam as aparências e "não era mister realidade alguma".[72] Ainda assim, a construção das imagens no Império fazia mesclar os mitos da modernidade e as experiências dos indivíduos em terras agrestes, em duras lutas, em artefatos cotidianos, monumentos arquitetônicos e muitos papéis escritos. A realidade, bem como, o universo dos desejos imaginados, projetados e descritos, somava-se nos documentos da história oitocentista. Jacques Le Goff aponta para o perigo da ingenuidade do historiador, "o documento é mentira" afirmou.

Em outra lição da história, seria preciso conhecer a perversão contida nos discursos. Artefatos culturais da sociedade que os produziram e artefato cultural das sociedades que deles se apropriaram, remontando-os sucessivamente pelos tempos. "É o resultado do esforço realizado pelas sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias."[73] O documento/monumento a ser desconstruído deixa assim os rastros das suas crenças e dos seus valores. Rastros em textos, rastros em imagem e rastros em história.

Outro documento publicado como artigo na Revista versava sobre o encanamento das águas da Carioca, obra que ocorreu ao longo dos séculos XVII/XVIII. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro apontou que os primeiros moradores do Rio de Janeiro ali muito sofriam com a falta de água; a morosidade na realização das obras e a emoção da inauguração das primeiras bicas foram algumas das noções apontadas pelo historiador, educador e sócio do IHGB.

O século XIX valorizou a industriosidade dos seus precedentes como se desejasse marcar uma continuidade histórica glorificadora e, no mais das vezes, falsa. Progresso humanitário, benefício, melhoramento da saúde pública eram elementos do discurso que utilizaram determinados eventos passados para construir sua própria modernidade. O aqueduto da Carioca ou Arcos de Santa Thereza, hoje Arcos da Lapa (Fotografias 32 e 39) são marcos da modernidade imperial, canalização para abastecimento de águas no século XVIII e trilhos para o bonde no século XIX. O uso atualizou os sentidos e incorporou os monumentos canonizados à imagem do Império.

Iniciando sua exposição por uma citação de Rocha Pitta, a quem chama de Tito Livio brasileiro, Fernandes Pinheiro resgata a etimologia da palavra Carioca para apresentar seu objeto, a casa de água corrente. Nascido na Serra da Tijuca, o rio Carioca, segundo o autor,

[72] MAGALHÃES, 1862, p. 531.

[73] LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* 2º volume: Memória. Trad. Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2000. p. 114.

fertilizava os campos de Botafogo e de Laranjeiras. O uso da água, disputa já dos habitantes dos tempos coloniais, deveria ser administrado pelo estado, que se colocara frente à obra. Trazer chafarizes para a urbe significava melhorar as condições de vida e marcar a permanência e o desenvolvimento da própria cidade.

Conduzir as águas da Carioca pelas encostas dos morros foi um plano administrativo do início do século XVII. O início da construção data de 1658 com a utilização de mão de obra dos indígenas, sendo somente inaugurado em 1750. Desmandos e corrupção também contribuíram para essa demora por parte do Império Português, segundo o autor. Mas isso eram águas passadas, a história regozijava-se na imagem de modernidade e, tendo o passado como modelo simbólico da grandeza, fazia do aqueduto um obelisco que ligava as casas reais portuguesas e brasileiras. Cartas do rei português e seus administradores acompanhavam o texto.

Desse mesmo volume da revista, destacamos ainda a publicação de um dicionário topográfico. Ilhas, serras, rios, recifes, brejos e outras marcas naturais existentes ao norte da província da Bahia e na província de Espírito Santo eram descritos em uma lista alfabética. O desejo de organização da natureza presente nos dicionários topográficos, nas tabelas de distâncias, nos inventários dos elementos naturais fazia lembrar o desejo de organização da história nas cronologias, nas *chorografias*, nas memórias, nos ensaios, nas lições e nos álbuns. Experiências do impulso cientificista da descrição e do registro que já faziam história.

A partir de Flora Süssekind, poderíamos observar a passagem de um paisagismo naturalístico para um paisagismo histórico,[74] os contornos e os detalhes, a profundidade e os panoramas formavam uma paisagem que marcou a memória dos monumentos. Na obra de Macedo – *Passeios* –, os eventos históricos se sucederam nos mesmos lugares em que o poeta pôde visitar e, assim, a descrição dá forma a um passeio pela memória da cidade do Rio de Janeiro. Um passeio pela sua arquitetura e pelas experiências de seus antigos habitantes.

O Passeio Público (Fotografias 30 e 33) era para Macedo um espaço grandioso, nele figurava a história da nação em seus louros e derrotas. Afirmou que, desde 1738, com sua abertura, o espaço constitui-se em um monumento ao vice-reinado de Luiz de Vasconcellos e Souza. Com pesar testemunhou que a memória de um homem se apagava pelo esvaziamento e descuido de um lugar. Contou Macedo do abandono lamentável e *tristíssimo* que sofreu o passeio no governo do vice-rei conde de Rezende e em posteriores, onde lhe foram direcionados insuficientes cuidados.

Mas, para o poeta, em 1862, isso era passado, finalmente o Passeio Público poderia reaparecer "mais belo que nunca, segundo o apregoa a fama, graças a uma reforma inteligente, artística e digna da capital do Império."[75] Quando fez essa afirmação, Macedo deixou patente a admiração à grandiosidade monárquica constitucional do segundo Pedro.

[74] SÜSSEKIND, 1990, p. 189. Também sobre o tema ver ROCHA, Fátima Cristina Dias. Três passeios sobre a cidade carioca: figurações do Rio de Janeiro em Joaquim Manoel de Macedo, Lima Barreto e Rubem Fonseca. In: OLIVEIRA, Ana Lúcia M. *Linhas de fuga*: trânsitos ficcionais. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p. 75

[75] MACEDO, 1861, p. 119.

Na obra *Passeios*, o historiador poeta mesclou acontecimentos reais com anedotas e histórias de particulares e marcou uma lição de história mais vigorosa, em seu ritmo candente e preciso, pretendeu sair dos quadros da elite e atingir leitores populares. O texto queria ensinar aos jovens os momentos decisivos da história pátria e ao mesmo tempo atingir um público mais amplo, por isso o recurso ao imaginário assumido pelo autor. Mesmo que faça por meio dos textos desta obra "um tipo de história da arquitetura e da cidade", como afirma Denise Gonçalves,[76] nele foi mais poeta.

Descreveu as festas que se fizeram em meio ao Passeio: sua iluminação, as músicas e danças executadas pela noite, "enchente de flores vegetais e humanas", o casamento do futuro príncipe em 1786 e outras noites mais comuns de lua cheia faziam as alamedas do Passeio o lugar de famílias, moças e mancebos que caminhavam pelo "ameno e elegante terraço" e se encontravam em "círculos de amigos" que junto aos "tetos de jasmim" e às mesas de pedra ouviam modinhas e lundus.[77] Macedo contava que em média viam-se essas festas 15 noites por mês. Mas os tempos destas *bellas noites* haviam também ficado para trás e a memória do seu fundador já se apagava. Seu melhoramento só foi retomado em 1841 no início do Império, quando "o olhar do artista e a ciência da botânica [seriam] os grandes instrumentos deste trabalho." Era o jardineiro paisagista que nivelava os terrenos, destruía as ondulações, cobiçava os panoramas longínquos e, por meio da arte, ligava-os ao jardim que pareceria, dessa forma, muito maior.

Diferente do paisagista pintor que representava em uma pequena tela os aspectos da vastidão e da imensidão das planícies, o jardineiro paisagista copiava em sua obra a obra da criação. Aproveitando-se de rios, lagos, grutas e bosques, cortava e cavava o terreno, escolhia plantas formosas e raras, organizando e reunindo em um jardim os encantos da natureza. Preocupar-se-ia ele com as leis da perspectiva para que os olhos do observador pudessem "espraiar-se ao longe e gozar ainda muito além dos limites do Passeio os panoramas admiráveis de sítios pitorescos que aformoseiam a cidade do Rio de Janeiro."[78]

Por outro lado, na obra *Lições de História do Brasil*, um compêndio de 23 lições para os alunos do 7º ano do Colégio D. Pedro II, Joaquim Manoel de Macedo é "mais historiador", marcou como limites temporais da sua obra: 1581, quando o domínio espanhol foi um "fato de imensa grandeza política" até a aclamação do primeiro Imperador do Brasil independente, em 1823. A síntese dos eventos mais destacados ganha quadros históricos e a defesa do Império se justificou pelos desejos da negação e o afastamento político do que se vivia nas "repúblicas provavelmente tumultuosas e anárquicas, como as americanas da língua espanhola".[79] A monarquia foi para ele o "antimural contra a anarquia, contra

[76] GONÇALVES, Denise. Uma história da historiografia de arquitetura: texto e imagem na definição de uma disciplina. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 112, jan./jun. 2010.

[77] MACEDO, 1861, p. 124.

[78] MACEDO, 1861, p. 144-145.

[79] MACEDO, Joaquim Manoel. *Lições de história do Brasil*: para uso do Imperial Colégio de Pedro II. Rio de Janeiro: Domingos José Gomes Brandão, 1863. p. 300.

ambições turbulentas, contra a separação das províncias",[80] na defesa por partidos, trouxe a ideia de que as repúblicas eram borrascas e que somente os *pedros* saberiam a elas sobreviver. Nobreza e grandiosidade de caráter, educação dos povos e bons costumes eram os termos que organizavam seu pensamento.

O desejo colecionador e a missão de mapear e interpretar os dados de uma história ou de uma província foi explícito também nas atas das reuniões de 1862 do IHGB. A 9 de maio, com a presença imperial, inúmeros são os mapas e documentos sobre as províncias ofertados. Também se listam atas das assembleias locais, descrições *chorográficas*, observações astronômicas, revistas de sociedades geográficas e históricas variadas, biografias, ofícios, relatórios, cartas hidrográficas, diários de reconhecimento de rios e de viagens. Não menos importantes as obras de história, já sistematizadas, eram igualmente recebidas pelo Instituto. Na reunião de 30 de maio, assistida pelo imperador, teve notícia a recomendação de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro para a publicação da *História da República Jesuítica do Paraguai* do cônego João Pedro Gay, aprovada na reunião seguinte em 13 de junho e publicada no ano seguinte. A conversão dos indígenas ao catolicismo foi tema de importante atenção no século XIX. A obra completa foi acompanhada do parecer institucional que orientava a sua publicação, dividida em capítulos ao longo dos 4 trimestres da revista, lembrando as publicações de folhetins, nas quais as paisagens da história eram constituídas de cenas que se seguiam em causas e consequências, em fatos e interdependências que se desenrolavam, deixando o leitor interessado, com a atenção presa para o capítulo posterior.

A circulação de livros, revistas e presentes fazia as instituições receberem materiais diversos, constituindo sua coleção, e também fazia as instituições enviarem suas publicações e trabalhos, constituindo as coleções e bibliotecas de outros. Assim também a Revista do IHGB é enviada para bibliotecas, institutos e academias nacionais e internacionais, o que permite ver os interesses e aproximações políticas e intelectuais do Império.

As repúblicas americanas foram alvo de interesse histórico e geográfico, obras sobre a História do Paraguai, da Venezuela, do Equador, dos Estados Unidos surgiam com as ofertas de livros e mapas. Os indígenas do Ceará, a conjuração mineira e a exumação dos ossos de Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, foram alguns dos temas lidos e discutidos nas sessões de 1862. Das dezesseis reuniões correntes nesse ano, o Imperador só não compareceu à sessão de 11 de julho e à Assembleia Geral de 22 de dezembro, sendo que a sessão de 25 de julho, na presença do Imperador, foi cancelada devido ao falecimento de Antonio Gonçalves Dias, membro bastante ativo da instituição que, paradoxalmente, não recebeu grandiosas homenagens da Instituição no ano de sua morte.

[80] MACEDO, 1863, p. 300.

A chave para essa leitura é a prática e o desejo do colecionismo.[81] Coleção de fatos, de indivíduos e de histórias que denotam o prazer dos eruditos, suas instituições e espaços de sua *dizibilidade*.[82] Coleção de imagens que discursam sobre as cidades, a natureza e os homens. O que elas nos dizem? Qual é a razão de sua contemporaneidade? Que prazeres elas podem nos causar?

Os olhares do colecionador transformam-no em *flâneur* benjaminiano[83] de ideias, experiências e objetos, indivíduos que se movimentaram por terras estranhas como se estivessem em seu próprio lar e, em sua própria *flanerie*, remetem a uma possível resolução do problema. Marcando as imagens de seu caminho como que deixando migalhas para conseguir voltar, o poeta, o fotógrafo e o historiador contaram sobre os lugares/tempos que compartiram, contaram sobre suas ideias, percepções e sobre as suas visões de mundo e as visões de mundo veiculadas em seu tempo. Em Sara Badia,[84] o *flâneur* é o próprio Castro Ordoñes, fotógrafo da expedição do Pacífico, pintor do circunstancial[85] que, entre setembro e outubro de 1862, visitou o Brasil e foi o responsável pelas miradas imagéticas dessa obra. Acompanhe-nos no voyerismo científico e ilustrado que essa convida.

[81] Em Walter Benjamin, o colecionador se renova a cada objeto que incorpora em sua coleção. O ato de colecionar forja a paixão pelas lembranças. BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II*: Rua de mão única. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 227-228. Ainda sobre o tema, pode-se destacar: ETTE, O. Os caminhos do desejo. Corografias na literatura de viagens. *Humboldt*, v. 46, n. 89, p. 10-14, 2004; MARSHAL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. *Episteme*, Porto Alegre, n. 20, p. 13-23, jan./jul. 2005; MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O Império do retrato: fotografia e poder na sociedade oitocentista. *Projeto História*, São Paulo, n. 32, p. 169-188, jun. 2007.

[82] FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense -Universitária, 1987. p. 150-151. Também ver DELEUSE, Giles. *Foucault.* São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 57.

[83] BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. Também ver D´ANGELO, Marta. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 237-250, abr. 2006. Para Jean Luis Neves Abreu, esse percebe a figura do *flâneur* em José de Alencar na obra *Memórias da Rua do Ouvidor.* ABREU, Jean Luis Neves. O *flâneur* e a cidade na literatura brasileira: proposta de uma leitura benjaminiana. *Revista Mneme*, Natal, v. 5, n. 10, abr./jun. 2004. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 17 jun. 2012.

[84] BADIA, Sara. *A obra de Rafael Castro y Ordóñez, fotógrafo da Comissão Científica do Pacífico (1863-1865)*. Trad. de Vinícius Oliveira Godo. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/PortoArte/article/viewArticle/10609>. Acesso em: 17 jun. 2012.

[85] "Observador, *flâneur*, filósofo, chamem-no como quiserem, mas, para caracterizar esse artista, certamente seremos levados a agraciá-lo com um epíteto que não poderíamos aplicar ao pintor das coisas eternas, ou pelo menos mais duradouras, coisas heróicas ou religiosas. Às vezes ele é um poeta; mais freqüentemente se aproxima do romancista ou do moralista; é o pintor do circunstancial e de tudo o que este sugere de eterno." BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. In: BARROSO, Ivo (Org.). *Charles Baudelaire*: poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 854.

## Referências


ABREU, Jean Luis Neves. O *flâneur* e a cidade na literatura brasileira: proposta de uma leitura benjaminiana. *Revista Mneme*, Natal, v. 5, n. 10, abr./jun. 2004. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 17 jun. 2012.

ALCANTARA, D. Pedro. Cartas do exílio ao Visconde de Taunay. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 75, parte 2, p. 763-765, 1912.

ALCANTARA, D. Pedro. A fé de oficio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 98, n. 152, p. 763-766, 1925.

ALENCASTRO, Luis Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*: Império. Organizado por Luis Felipe Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-93.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINENBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *Brasil Imperial*: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3.

BADIA, Sara. *A obra de Rafael Castro y Ordóñez, fotógrafo da Comissão Científica do Pacífico (1863-1865)*. Tradução de Vinícius Oliveira Godo. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/PortoArte/article/viewArticle/10609>. Acesso em: 17 jun. 2012.

BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. In: BARROSO, Ivo (Org.). *Charles Baudelaire*: poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 851-881.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire*, *um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*: magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II*: Rua de mão única. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERDONCES, Ana Carmen Lavín. La figura de Castellanos de Losada em la arqueologia del siglo XIX. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, [s.l.], tomo 15, n. 1-2, p. 249-258, 1997. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=95921>. Acesso em: 17 jun. 2012.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante. In: NOVAES, Adauto. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 347- 360.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/O teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Martinho de Melo e. Instrucções a Luiz de Vasconcelos acerca do governo do Brasil. 27/jan./1779. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 480, 1862.

CASTRO, Moacir Werneck. *O sábio e a floresta*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem.* Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAVALCANTE, Berenice. História e modernismo: herança cultural e civilização nos trópicos. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda*: perspectivas. São Paulo: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 137-154.

CÉSAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das et al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 93-124.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORBIN, Alain. *O território do vazio*: a praia no imaginário ocidental. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república:* momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

D´ANGELO, Marta. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 237-250, abr. 2006.

DELEUSE, Giles. *Foucault.* São Paulo: Brasiliense, 2005.

ETTE, O. Os caminhos do desejo. Corografias na literatura de viagens. *Humboldt*, v. 46, n. 89, p. 10-14, 2004.

FLEIUSS, Max. O imperador julgado por intelectuais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 98, n. 152, p. 958-963, 1925.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FORTE, José Matoso Maia. D. Pedro II: Notas próprias e alheias para uma biografia que não chegou a ser escrita. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 98, v. 152, p. 696-785, 1925.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIVONE, S. O intelectual. In: FURET, F. (Dir.). *O homem romântico*. Trad. Miguel Serra Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1999. p. 197-223.

GONÇALVES, Denise. Uma história da historiografia de arquitetura: texto e imagem na definição de uma disciplina. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 95-115, jan./jun. 2010.

HOLANDA, Sérgio (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II. O Brasil monárquico. Volume 3. Reações e Transações. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Africanos no Brasil. *Folha da Manhã*, São Paulo, 2 ago. 1950. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque_africanos.htm>. Acesso em: 22 dez. 2012.

JUSTEN, Helga Maria. *Incunábulos e pós-incunábulos portugueses*. (Ca. 1438-1518): em redor do material tipográfico dos impressos portugueses. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KATRA, Willian H. *The argentine generation of 1837*. London: Associate University Press, 1996.

LACOMBE, Américo Jacobina L. *O mordomo do imperador.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

LARA, Sílvia Hunold. C*ampos da violência*: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* 2º volume: Memória. Trad. Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2000.

LOPES, Aurelio. D. Pedro II e seus livros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 96, v. 151, p. 576 –591, 1927.

MACEDO, Joaquim Manoel. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 625-650, 1873.

MACEDO, Joaquim Manoel. *Lições de história do Brasil*: para uso do Imperial Colégio de Pedro II. Rio de Janeiro: Domingos José Gomes Brandão, 1863.

MACEDO, Joaquim Manoel. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de J. M. Nunes de Oliveira, 1861. Tomo 1.

MAGALHÃES, J. V. Couto de. Um episódio da história pátria [1720]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 25, p. 515-532, 1862.

MARSHAL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. *Episteme*, Porto Alegre, n. 20, p. 13-23, jan./jul. 2005.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*: Império. Organizado por Luis Felipe Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 181-231.

MELO, Carlos Augusto de. As histórias literárias do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e o cânone literário brasileiro. *Terra Roxa e outras terras*: Revista de Estudo Literário, Londrina, v. 9, p. 1-124, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/pos/letras/terraroxa>. Acesso em: 31 ago. 2011.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*: mestre de campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Lisboa: Centro de Estudos de História do Atlântico: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MONTEIRO, Mozart. A infância do Imperador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 98, n. 152, p. 32-44, 1925.

MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. José de Alencar e a organização do campo intelectual do Segundo Império. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 29, n. 2, p. 118, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl29(2)art18.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2012.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O Império do retrato: fotografia e poder na sociedade oitocentista. *Projeto História*, São Paulo, n. 32, p. 169-188, jun. 2007.

OLIVERA, Lúcia Lippi. *Americanos*: representação da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história*: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. A carioca: memória histórica e documentada. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 25, p. 565-587, 1862.

PUIG-SAMPER, Miguel Angel. *Cronica de una Expedicion romantica al nuevo mundo*. Madrid: CSIC, 1988.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBAS, Antonio Joaquim. A navegação do Paraná e seus afluentes, o Paraíba e o Mogi-guaçu, memória escrita e apresentada ao governo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 149-162, 1862.

SABATO, Hilda. *The many and the few*: political participation in Republican Buenos Aires. Califórnia: Stanford University Press, 2001.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. [S.l.]: Estação Liberdade, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. In: NOVAES, Aduto (Org.). *A crise do estado nação.* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003. p. 349-393.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa (Ed.). *Negras imagens*: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. O paraíso revelado pela ciência ou o Dr. Langsdorff e o descobrimento russo do Brasil. In: BECHER, Hans. *O Barão Georg Heinrich von Langsdorff.* São Paulo: Ed. Dia; Brasília, DF: Ed. UnB, 1990. p. 131-143.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio chamado Atlântico*: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*: o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831. São Paulo: Fundação Ed. Unesp, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAUNAY, Affonso d`Escragnolle. No Brasil Imperial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 231-346, 1920.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Trad. João Robert Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos*: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro: Funarte, 1995.

VELASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia. *Repensando o Brasil do Oitocentos, cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 71-100.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaio sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia da Franca Neto. São Paulo: Ed. USP, 1994.

# Anexo

# Uma coleção, uma biblioteca, uma dedicatória

As fotografias reproduzidas nesta coletânea pertencem à "Collecção D. Thereza Christina Maria", da Fundação Biblioteca Nacional, a qual constitui-se de documentos pertencentes à família real desde os tempos portugueses, tais como partituras, mapas, manuscritos, estampas, livros, revistas e, o que toca particularmente a esta obra, cerca de 23 mil fotografias, reunidas ao longo de muitos anos pelo segundo imperador do Brasil. Em 1891, no exílio parisiense, ao final de sua vida, D. Pedro de Alcântara doou estes e outros documentos às instituições que mais promoveu em seu reinado: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional.

Atualmente a Fundação Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura disponibiliza ao público esta e outras coleções em meio digital, ampliando as possibilidades de pesquisa, reprodução e apreciação de inúmeras histórias visuais. Na coleção que homenageia a imperatriz se encontram imagens e paisagens de diferentes lugares do Brasil e do mundo, retratos de autoridades e de indivíduos comuns. A história da fotografia no Brasil é a própria história desta coleção, dos interesses de um império e de seu imperador sobre as criações de sua época.

A fotografia, inventada em 1839, chega prontamente ao Brasil. Os primeiros daguerreótipos já eram encontrados no início de 1840 no Rio de Janeiro. Ao longo do século XIX, o Brasil – suas ruas, gentes, natureza – será bastante fotografado por homens cujos estúdios receberam destacados financiamentos por parte do imperador. A historiografia brasileira tem sido sensível a este processo e tem ensinado sobre as formas difusas que esta técnica pode assumir; sobre os recortes feitos pelo fotógrafo, nem sempre declarados; sobre os processos de captura da imagem e os olhares que os criaram e que construíram memórias e forjaram identidades e sentidos.

O álbum apresentado neste livro constitui um presente ao Imperador e não uma encomenda sua. Entretanto, faz parte do processo histórico de dar a ver um determinado mundo, de oferecer o seu olhar aos outros, de emprestar suas lentes às mais diversas perspectivas e interesses, de marcar seu tempo para uma possível posteridade. Já as fotografias deste anexo são um brinde ao leitor, contextualizando visualmente a produção do álbum, ao mostrar a Comissão Científica, o mapa da sua trajetória, o seu fotógrafo e o Imperador.



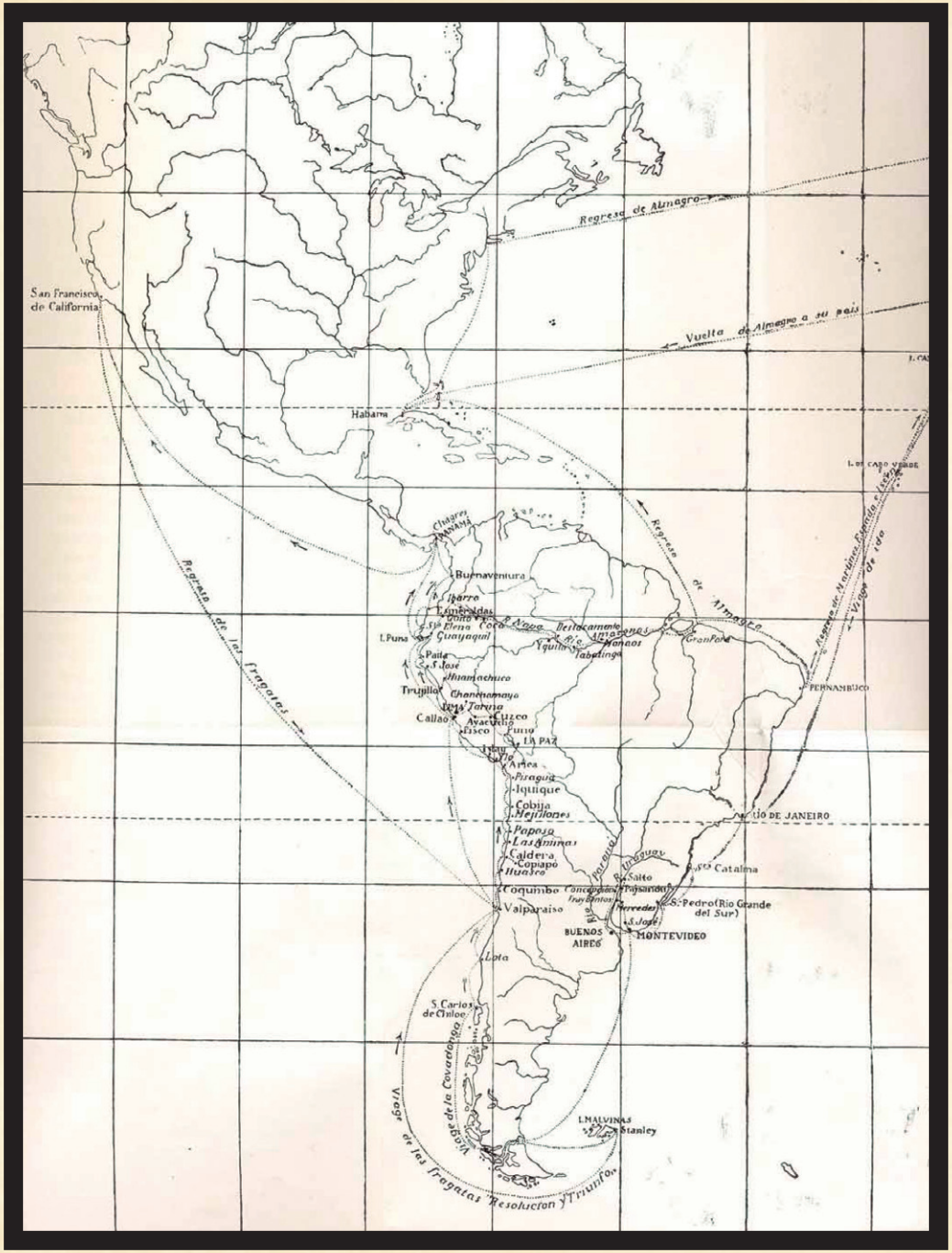
Viajantes da Comissão do Pacífico: Em cima, da esquerda para a direita: Juan Isern, Marcus Jimenéz de La Espada, Manuel Almagro. Abaixo, da esquerda para a direita: Rafael Castro y Ordoñez, Fernando Amor, Patricio Paz, Francisco de Paula Martinéz, Bartolomé Puig.



Rafael Castro y Ordoñez, fotógrafo da expedição. Ambas as fotos (página anterior e esta) em ARINERO, Maria Angeles Calatayud & MULERO, Miguél Angel Puig-Samper (Eds.). Pacífico Inédito (1862-1866): exposicion fotografica. Madrid: Museu Nacional de Ciencias Naturales; Lunwerg Editores, S.A.; Sociedade Estatal Quinto Centenário, 1992.




D. Pedro II (1825-1891), Imperador do Brasil entre 1840 e 1889. Fotografia de Luis Terragno, 1865. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon852422/icon852422.jpg. Acesso em 12 nov. 2013.




Mapa com os percursos feitos pela Comissão Científica do Pacífico. Publicado na "Breve descripción de los viajes hechos en América por la Comisión Científica enviada por el gobierno de S.M.C durante los años de 1862 a 1866", escrita por Manuel Almagro, Madri, maio de 1866. In: LÓPEZ-OCÓN, Leoncio. La Comisión Científica Del Pacífico: de la ciência imperial a la ciência federativa. Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines. 2003, 32 (3): 479-515. Disponível em http://www.ifeanet.org/publicaciones/boletines/32(3)/479.pdf. Acesso em 19 nov. 2013.

**Sobre o livro**

| | |
|---|---|
| Formato | 28 cm x 22 cm |
| Tipologia | Baramond |
| | Edwardian Script ITC |
| | Zurich Cn BT |
| Papel | Couchê fôsco 170 g |